

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

SANDOVAL ALVES ROCHA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Identidade, subjetividade e integração social em Maracanaú-CE

SÃO LEOPOLDO

2012

SANDOVAL ALVES ROCHA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Identidade, Subjetividade e Integração Social em Maracanaú-CE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes

São Leopoldo

2012

R672p	<p>Rocha, Sandoval Alves O Programa Bolsa Família: identidade, subjetividade e integração social em Maracanaú-CE / por Sandoval Alves Rocha. -- São Leopoldo, 2012.</p> <p>143 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2012. Orientação: Prof. Dr. José Rogério Lopes, Ciências Humanas.</p> <p>1.Programa Bolsa Família. 2.Programas de sustentação de renda – Ceará. 3.Pobreza. 4.Famílias pobres. 5.Identidade social – Subjetividade. 6.Política pública. I.Lopes, José Rogério. II.Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 364.422 364.422(813.1) 364.22</p>
-------	---

Catalogação na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

SANDOVAL ALVES ROCHA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Identidade, Subjetividade e Integração Social em Maracanaú-CE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 29 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JOSÉ ROGÉRIO LOPES – Orientador – UNISINOS

Prof. Dr. JOSÉ LUIZ BICA DE MÉLO – Avaliador – UNISINOS

Prof. Dr. HECTOR OMAR ARDANS-BONIFACINO – Avaliador - UFSM

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e gentil anfitrião do homem no jardim do universo.

A Companhia de Jesus, que me possibilitou o início e a conclusão deste curso, sobretudo às Províncias do Brasil Nordeste (BNE) e do Brasil Meridional (BRM), assim como aos meus companheiros jesuítas da Residência Conceição (São Leopoldo).

Ao professor José Rogério Lopes, que me orientou nesta empreitada.

Aos professores e funcionários da Unisinos, que se disponibilizaram a ajudar no que fosse necessário para a realização desse curso.

Aos amigos e amigas que colaboraram prontamente na elaboração deste trabalho, sobretudo, a Rejane e Juliana, que ajudaram no campo de pesquisa e nas discussões acadêmicas.

A Antônio Paulo, morador do Bairro Antônio Justa, guia no campo de pesquisa e amigo, assim como a sua família, que me acolheu nas tardes ensolaradas do Ceará, durante o tempo de coleta de dados.

As amigadas que construí ao longo desse tempo no Rio Grande do Sul, demonstrando que os estudos nos favorecem não somente na aquisição de conhecimentos, mas também no estabelecimento de relações cordiais de afetos e respeito mútuos.

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um Estudo de Caso que aborda as repercussões do Programa Bolsa Família nas subjetividades dos beneficiários no Município de Maracanaú-CE. Tem como objetivo destacar os rebatimentos do mencionado programa na configuração de ideais e identificações dos beneficiários, analisando como estas articulações subjetivas incidem nas suas ações e interações com a sociedade em que vivem. Para alcançar esta meta, a investigação exigiu a utilização do método qualitativo, recorrendo à pesquisa bibliográfica e documental, além de demandar a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e observação participante como técnicas de coleta de dados. Para tratar o material coletado, a análise de discurso constituiu o mais adequado procedimento para acessar ao mundo representacional dos entrevistados. Entre os resultados, o estudo destacou a emergência de sentimentos positivos de realização e a projeção de melhores perspectivas para o futuro, assim como viabilizou a elaboração de projetos de ações no cotidiano, almejando lidar com as situações de pobreza, buscando alcançar melhores condições de vida. Ao lado dessas expressões subjetivas, a pesquisa visualizou também elaborações, que levam ao questionamento das reais possibilidades da superação da pobreza, uma vez que as situações de carência e vulnerabilidade social e a experiência com os serviços públicos precários (Educação, Saúde, Assistências Social, etc.) implicam medidas mais estruturais, que ultrapassam a esfera de um programa de renda mínima.

Palavras-chave: Pobreza. Programa de transferência de renda. Subjetividade. Idealizações. Integração Social.

ABSTRACT

The present article refers to a Case Study which treats about the influences of the Family Bourse Program, in the subjectivities of the beneficiaries in the Municip of Maracanaú-CE. Its objective is to stress the rebates of the program in the configuration of ideals and identifications of the beneficiaries, analyzing how these subjective articulations of ideals and their actions and interactions with society in which they live reflect. In order to obtain this aim, the investigation needed to utilize the qualitative method, recurring to bibliographical and documental research, besides demanding the application of semistructured interviews and participating observation as techniques for obtaining the data (data collection). In order to process the material collected, discourse analysis proved the most adequate proceeding to access the representational world of the persons interviewed. Among the results, the study stressed the emergence of positive feelings and the projection of better perspectives for the future, as well as it enabled the elaboration of action projects in daily life, viewing to face the situations of poverty, and searching to obtain better life conditions. Besides these subjective expressions, the research also visualized elaborations that lead to the questioning of the real possibilities of superation of poverty, since the situations of want and social vulnerability, as well as the experience of deficient public services (Education, Health, Social Assistance, among others) imply more structural measures, that surpass the sphere of a program of minimum income.

Key-words: Poverty. Program of rent transfer. Subjectivity. Idealizations. Social Integration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Famílias com Renda Familiar Mensal de até R\$ 70,00 por pessoa.....	63
Tabela 2 - Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa.....	63
Tabela 3 - Distribuição do PBF por Regiões.....	66
Tabela 4 - O Programa Bolsa Família na Região Nordeste.....	67
Tabela 5 - Indicadores Educacionais do Ensino Fundamental.....	83
Tabela 6 - Indicadores de Saúde do Município de Maracanaú.....	85
Tabela 7 - Unidades do CRAS em Maracanaú.....	87
Tabela 8 – Escolaridade dos beneficiários do PBF.....	89

LISTA DE SIGLAS

- ACCMV — Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.
- ASCOM — Assessoria de Comunicação de Maracanaú.
- CAGED — Cadastro Geral de Emprego e Desemprego.
- CONSEA — Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- CRAS — Centro de Referência de Assistência Social.
- FAO — Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
- GESUAS – Gestão do Sistema Único de Assistência Social de Maracanaú.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICS — Instância de Controle Social.
- IDH — Índice de Desenvolvimento Humano.
- IDH-M — Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
- IGD — Índice de Gestão Descentralizada.
- IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
- IPECE — Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
- LEP — Laboratório de Estudos da Pobreza.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MEP – Movimento pela Ética na Política.
- MESA — Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.
- MS — Ministério da Saúde.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PBF — Programa Bolsa Família.
- PIB — Produto Interno Bruto.
- PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Pnud — Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento.
- RMF – Região Metropolitana de Fortaleza.
- SASC — Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú.
- SENARC — Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.
- SUAS — Sistema Único de Assistência Social.
- Unesco — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Situando e Delimitando o Objeto	9
1.2 Resumindo o Aporte Teórico.....	14
1.3 Justificando a Pesquisa	16
1.4 Percorrendo o Método	19
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	28
2.1 A Base Teórico-Argumentativa.....	28
2.2 Programa Fome Zero: um Processo em Construção	46
3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: FORMATO, DEBATE PÚBLICO E IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ	61
3.1 O Programa Bolsa Família, Afinal do Que Se Trata?.....	61
3.2 O Debate Público sobre o Programa Bolsa Família	68
3.3 O Programa Bolsa Família no Município de Maracanaú.....	81
4 O BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ: IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL	91
4.1 A Contribuição do Programa Bolsa Família na Construção de Subjetividades	92
4.2 Subjetividade, Identidade e Integração Social via o PBF	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A – Tópico Guia das entrevistas com os beneficiários do PBF:.....	141
ANEXO A – Mapa Político Administrativo da Região Metropolitana de Fortaleza	142
ANEXO B – Planta da Cidade de Maracanaú.....	143

1 INTRODUÇÃO

A implementação do Programa Bolsa Família (PBF) se alinha às iniciativas de combate à fome e à pobreza, que ganharam especial visibilidade a partir da década de 1980, num contexto de desemprego estrutural de trabalhadores assalariados estáveis no Brasil e no mundo capitalista. Desde então, “a discussão sobre os processos de pobreza e exclusão retornaram às preocupações centrais das ciências sociais, acompanhando também a agenda das agências internacionais” (IVO, 2008, p. 110). Nesse período, ocorreu uma intensa mobilização da sociedade civil brasileira, que através de inúmeros atores sociais, apareceu no cenário público apresentando suas reivindicações e configurando a redemocratização política (DOIMO, 1995).

No início da década de 1990, diversas iniciativas da sociedade brasileira foram desenvolvidas, buscando responder as impactantes situações de privação e carência vividas por um grande segmento da população brasileira. Para responder a estes desafios, emerge também nesta década o debate em torno dos programas de transferência de renda, que ganha ênfase com a aprovação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM - Projeto de Lei nº 80/1991), sendo as primeiras versões implantadas em vários municípios brasileiros. Reforçando esta tendência, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) implementou o Programa Bolsa Família no começo do seu mandato, consolidando, dessa forma, a prevalência desta modalidade de política social no Brasil (SILVA e SILVA, 2007).

A partir daí, este Programa tornou-se objeto de estudos de inúmeros pesquisadores nos diversos estados brasileiros e em variados países marcados pelo problema da pobreza. Trata-se de pesquisas que abordam não somente os aspectos da inovação, do formato e da organização do Programa, mas também analisam os impactos no que diz respeito à cidadania (REGO, 2008; NACIF, 2009), à questão de gênero (PEIXOTO, 2010), ao controle social (SENNA, 2007), à distribuição de renda (FREITAG, 2007; FERRAZ, 2008), etc.

1.1 Situando e Delimitando o Objeto

Entre os estudos sobre o Programa Bolsa Família, um grande número vislumbra as repercussões em âmbitos locais, realizados em diversos municípios do país, cada um expondo suas peculiaridades e potencialidades. Nesse sentido, abordaremos o PBF no Município de Maracanaú, que integra a Região Metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará. Situado na região nordeste do Brasil, onde historicamente se instalou elevados índices de pobreza

(ROCHA, 2003), Maracanaú, que possui 209.057 mil habitantes (IBGE/2010), apresenta cerca de 38% (22.158 famílias) da sua população¹ contemplada pelo referido Programa. Este Município se caracteriza por acentuadas contradições sociais, ressaltando a necessidade de vigorosa intervenção do Estado no sentido de melhorar as condições sociais de significativa parcela de seus habitantes.

Maracanaú se projetou nos últimos anos pelas suas iniciativas na área social, sendo tomado como referência nacional no desenvolvimento de políticas capazes de superar a pobreza e promover a inclusão social. Tal desempenho foi destacado no Simpósio Internacional Sobre Desenvolvimento Social (Brasília, 05/08/2009), que contou com a participação de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como representantes de diversos países dos vários continentes. Esse evento teve como objetivo analisar os avanços e desafios encontrados pelos países emergentes na superação da pobreza e da desigualdade, além de avaliar o papel desenvolvido pelas nações visando a melhorar as condições de vida de suas populações (Brasil, 2009a).

Esta atuação do Município atraiu a atenção de agências internacionais de notícias (Agência Lusa, El País), que buscaram conhecer o Sistema de Proteção Social instalado no seu território. A Agência Lusa, de Portugal, ao visitar vários bairros mostrando os serviços de proteção social vinculados ao Programa Bolsa Família (centros de convivência para crianças e adolescentes, cozinha comunitária, cursos de qualificação profissional, incentivo à produção na reserva indígena, restaurante popular, etc.), destacou o local como “escolhido para a divulgação dos projetos concretos do maior programa social do governo brasileiro” (THOMASI, 2009). O jornal espanhol, El País, também percorreu vários bairros, constatando o desafio da erradicação da pobreza e registrando as melhorias que o PBF trouxe para as famílias mais carentes, garantindo ao menos a alimentação de cada dia e proporcionando melhores oportunidades de trabalho para as futuras gerações (BARÓN, 2009).

Ademais, Maracanaú despontou entre os municípios que contribuíram na criação de iniciativas inovadoras, promovendo a redução da pobreza e a proteção social de famílias pobres. Através dos projetos “Projeto Família: despertando para o cuidar” e “Um mais um é sempre mais que dois”, desenvolvidos em 2009, o Município destacou-se no Observatório de Boas Práticas da Gestão do Programa Bolsa Família². Entre os resultados destes projetos,

¹ A média de moradores por família no Município de Maracanaú é de 3, 61 pessoas (IBGE/2010).

² **Observatório de Boas Práticas:** espaço criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, orientado para identificar, reunir e divulgar práticas bem sucedidas na gestão do PBF, visando a apoiar a

frisa-se a não reincidência no descumprimento das condicionalidades de educação nas famílias participantes do projeto, o fortalecimento de vínculos entre pais e filhos, o surgimento de um maior interesse dos adolescentes pela construção de um projeto de vida, uma melhoria expressiva no Índice de Gestão Descentralizada³, além da melhoria no fluxo de informações entre as Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde (Brasil, 2009b).

Importa salientar ainda a participação de Maracanaú na V Jornada Internacional de Políticas Públicas, que ocorreu na Universidade Federal do Maranhão (23/08/2011), onde o Município expôs a sua experiência positiva no painel que discutia a articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Tratava-se de um evento em que se ressaltava a possibilidade das trocas de experiências entre instituições nacionais e internacionais através de estudos, pesquisas e debates acerca das políticas públicas, estabelecendo um intercâmbio científico e cultural (ASCOM, 2011).

Diante deste desempenho, pesquisas sobre o Programa Bolsa Família foram realizadas por Lima (2008) e Silva (2009a), disponibilizando significativas informações sobre Maracanaú, visualizando a implementação do referido Programa no município e a situação social dos seus beneficiários. A pesquisa de Lima (2008)⁴ revelou algumas das estratégias cotidianas desenvolvidas pelos beneficiários, visando a galgar melhores condições de vida, de modo a aliviar a situação de pobreza. Destacou-se a criatividade dos beneficiários, que se apoiando nos recursos auferidos pelo Programa lançavam mão dos instrumentos disponíveis no próprio contexto social, buscando melhorar as suas condições de existência. Mesmo frisando a precariedade de tais estratégias, a autora ressaltou desfechos positivos, como, a aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis, o “empoderamento” da mulher no *locus* familiar e o acesso das crianças e adolescentes à escola.

A pesquisa de Silva (2009a)⁵ remeteu às experiências e visões de pobreza vivenciadas cotidianamente pelas famílias inscritas no Cadastro Único⁶ e/ou beneficiários do PBF no

constituição de uma rede de gestores que atuam na implementação e no acompanhamento do Programa. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/observatorio>>. Acesso em: 20 out. 2011.

³ **Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**: instrumento criado pelo MDS para medir a qualidade de gestão do Programa Bolsa Família em níveis estadual e municipal. O índice varia entre zero e 1 e com ele o MDS espera incentivar o aprimoramento da qualidade da gestão local do Programa e contribuir para que estados e municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade.

⁴ Dissertação para a obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Sociedade. Título: Contribuições do Programa Bolsa Família na Inclusão Social em Maracanaú-Ceará.

⁵ Dissertação para a obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Sociedade. Título: As múltiplas faces da pobreza: uma análise sobre as formas de manifestação e enfrentamento da pobreza no município de Maracanaú-Ceará.

⁶ **Cadastro Único para Programas Sociais**: instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total (<http://www.mds.gov.br/>). O Programa Bolsa Família contempla famílias cujo corte de renda não ultrapasse os R\$ 140,00 *per capita*,

Município de Maracanaú, mostrando que a pobreza constitui não somente um problema econômico, mas também possui um significado social e simbólico. A partir do mundo vivencial deste público, a autora mostrou em que consistia ser pobre numa sociedade, cujo desenvolvimento social sempre foi preterido em relação ao desenvolvimento econômico, fazendo do desemprego, da violência urbana e do precário acesso aos direitos básicos, fenômenos constantes. Num contexto em que a pobreza se manifestava de variadas formas (carências diversas, insegurança alimentar, preconceitos e discriminações, desigualdade social, ciclo intergeracional da pobreza, dissociação dos vínculos sociais, ausência de proteção social, privação de capacidades e liberdade, etc.), a autora analisou as principais maneiras pelas quais os beneficiários buscavam manter a vida: trabalho informal, ajudas como alternativa de sobrevivência e inserção em programas de transferência de renda.

Importa notar que nestas pesquisas, tanto as estratégias colocadas em prática pelos beneficiários visando a galgar melhores condições de vida quanto às formas de sobrevivência mais comuns encontradas entre eles, foram vistas como iniciativas marcadas pela precariedade, representando perspectivas incluídas “nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que racionalmente é conveniente, além de necessário, à reprodução do capital” (SILVA, 2009a, p. 106).

Diante destas informações sobre o PBF no Município de Maracanaú, pretendíamos, em um primeiro momento, abordar seus impactos na vida política dos beneficiários. Nosso primeiro contato (pesquisa exploratória)⁷ com o campo de pesquisa se deu através da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município (SASC), em especial com o GESUAS (Gestão do Sistema Único de Assistência Social), onde adquirimos informações importantes sobre o Programa em tela, além de sabermos como e onde poderíamos interagir diretamente com os beneficiários.

O CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) constituiu outro lugar essencial na obtenção das informações necessárias para a realização da pesquisa. Os três CRAS visitados, que abrangem as áreas mais pobres do Município (Alto Alegre, Antônio Justa e Indígena), nos possibilitaram contatar os profissionais que lidavam diretamente com os beneficiários e viabilizavam o funcionamento do Programa nos territórios. Nessa presença em

portanto, todas estas famílias correspondem ao perfil do Cadastro Único, mas nem todas aquelas que constam no Cadastro Único podem ser beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

⁷ Nesta primeira presença no campo de pesquisa (19 a 23 jul. 2010), numa perspectiva exploratória, realizamos 12 entrevistas semi-estruturadas. Nestas entrevistas adquirimos informações junto aos CRAS (Alto Alegre, Antônio Justa e Indígena), no contato com o GESUAS e junto aos beneficiários do Bairro Antônio Justa (4 entrevistas), do Bairro Alto Alegre (3 entrevistas) e do território indígena (1 entrevista grupal).

campo, interagimos com os beneficiários, nos bairros onde eles viviam, apreendendo informações fundamentais para definição do assunto da pesquisa.

Esses dados contribuíram para redefinir o tema da presente dissertação na medida em que ampliaram não somente as possibilidades de pesquisa, mas também apontaram alternativas de diálogo com as propostas do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Levando em consideração a nossa Linha de Pesquisa (Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania) e os subsídios adquiridos nestes primeiros contatos, definimos o tema de pesquisa, buscando uma adequação entre as propostas da Linha, as nossas inquietações acadêmicas e os rebatimentos mais visíveis do Programa nas vidas dos beneficiários.

Com o tema “Programa Bolsa Família: Identidade, Subjetividade e Integração Social em Maracanaú-CE”, pretendemos analisar as alterações subjetivas dos beneficiários do Município de Maracanaú promovidas⁸ pela inserção no Programa Bolsa Família. Trata-se de averiguar como esse Programa viabiliza a emergência de atores sociais num contexto preciso (Município de Maracanaú), promovendo processos subjetivos de idealização e identificação (BERTRAND, 1989) e repercutindo nas estratégias de ação, que visam melhorar as condições de vida, numa melhor integração com a sociedade em que vivem.

Esta investigação se faz significativa em função da equivocada concepção de que os pobres são um nada, de que a vida subjetiva e social é privilégio das pessoas que se encontram nos patamares superiores da hierarquia social. De fato, do ponto de vista dos direitos, os pobres sempre representaram a figura clássica da destituição (TELLES, 1999). Sob esta perspectiva, eles não existem, muito menos possuem uma subjetividade e uma identidade. Nossa pesquisa, no entanto, ao vislumbrar os seus mundos representacionais e sociais, buscará destacar como eles, mediante o seu dinamismo subjetivo, recorrem aos limitados instrumentos disponíveis, emergindo como sujeitos capazes de agir sobre si mesmos e sobre a realidade que os situam.

Em suma, partimos da hipótese de que a inserção no Programa Bolsa Família, articulando-se com o dinamismo subjetivo de todo ser humano, configura identificações, que se refletem em posturas, atitudes e modos pessoais e coletivos de agir dos beneficiários. Nossa pretensão, nesta pesquisa, consiste em visualizar tais processos subjetivos e verificar

⁸ Neste estudo queremos evitar a representação segundo a qual o PBF produz mecanicamente um esperado efeito sobre as vidas dos beneficiários. Trata-se de evitar a noção de causa-efeito sugerida por palavras, tais como, impacto e consequência. De fato, não se pode mensurar rigorosamente o efeito do PBF nas vivências dos beneficiários, uma que estas são constituídas de grande complexidade, sendo configuradas por numerosos fatores. Além disso, esta noção compromete a liberdade dos beneficiários. Para caracterizar a relação entre o PBF e a vida dos beneficiários preferimos usar termos, como incidência, rebatimentos, repercussões, etc.

até que ponto estes processos rebatem na melhoria das condições de vida dos beneficiários num movimento de integração à sociedade moderna.

1.2 Resumindo o Aporte Teórico

Para atingir o objetivo desta pesquisa prosseguiremos, depois desta Introdução, realizando uma abordagem teórica, destacando alguns autores que nos ajudarão a interpretar os dados empíricos coletados junto aos beneficiários do PBF e no seu ambiente vital, assim como no contato com os implementadores do referido programa no Município de Maracanaú. Entre os autores, merecerão destaque Rocha (2003), Bertrand (1989), Schutz (1974), Appadurai (2008), Hespanha (2000) e Zimmermann (2005; 2006; 2008; 2009).

Com estes autores, vislumbraremos aspectos essenciais da pesquisa, tais como as concepções de pobreza, historicamente presentes no Brasil, mas que ganharam nos últimos tempos características e extensões peculiares (ROCHA, 2003). Com Bertrand (1989), visualizaremos as articulações subjetivas do ser humano, que se apropria da realidade, buscando resolver as suas contradições, predispondo-se para a ação social. Schutz (1974) explicitará o dinamismo do pensamento do homem comum, revelando o modo como ocorrem os processos acionistas na vida diária, levando em conta as determinações e condicionamentos sociais dos atores. Appadurai (2008) nos fornecerá uma leitura cultural do consumo, ressaltando-o como importante vínculo de interação com a sociedade. Trata-se de superar a visão economicista e pejorativa do consumo de bens e mercadorias, percebendo-os como marcadores de identidades coletivas, classificadores de papéis sociais, assim como articuladores de relações sociais. Com efeito, Douglas e Isherwood (2009), em seus estudos antropológicos sobre o consumo, comparam os bens com as pontes e, ao mesmo tempo, com as cercas, podendo servir tanto para unir as pessoas quanto para separá-las, classificando-as. Hespanha (2000) e Zimmermann (2009) ressaltarão a importância da implementação de políticas sociais no apoio às pessoas afetadas pelos processos excludentes do capitalismo moderno e contemporâneo. Eles destacarão a ação do Estado que intervêm na sociedade, buscando promover a integração social de grandes segmentos sociais.

Levando em consideração o envolvimento dos diversos atores sociais nas iniciativas, buscando resolver as contradições sociais impostas pela sociedade capitalista, também descreveremos neste capítulo o processo de constituição do Programa Fome Zero, cujos primeiros arranjos ganharam visibilidade no início dos anos noventa. Ressaltaremos o surgimento de iniciativas da sociedade civil (Campanha 2000 Sem Miséria, Ação Contra a

Fome e a Miséria, pela Vida, etc.), que afetada pelas situações de fome e miséria vividas por grandes contingentes populacionais em todo o Brasil, se mobilizaram, pautando-se pelo princípio da solidariedade, buscando construir uma sociedade livre da fome e da pobreza. Verificaremos que este impulso de solidariedade, que consolidou mecanismos de atuação na sociedade (parcerias governo e sociedade civil, articulação entre ações emergenciais e estruturais, dialética entre o local e o nacional, etc.) incorporados pelo Programa Fome Zero coadunou-se com as propostas dos programas de transferência de renda, que ganharam destaque no Brasil nesta mesma época, desembocando no atual Programa Bolsa Família.

No capítulo 2, trataremos especificamente do Programa Bolsa Família, expondo, primeiramente, o seu desenho estrutural e os objetivos que pretende atingir. Recorreremos aos documentos oficiais do governo, assim como aos órgãos implementadores do município, a fim de entender adequadamente o desenvolvimento do Programa em todo o território nacional, vislumbrando as repercussões no seu público-alvo, os pobres. Depois, caracterizaremos o campo de conflito inerente ao Programa em questão, uma vez que toda política social incorpora demandas apresentadas pelos atores sociais, além de outros fatores, como, a luta de classes, a negociação entre os envolvidos em tais lutas e, o outorgamento por parte do Estado (PASTORINI, 1997).

Ressaltaremos, com isso, o equívoco que representa a ideia de que as políticas sociais são meras concessões do governo ou simples conquistas do público demandante. Trata-se de um campo de conflito, onde os diversos setores da sociedade assumem suas posturas ideológicas, defendendo os seus interesses. Essa disputa também é travada nos municípios, que têm boa parte da responsabilidade pelo êxito do programa social em questão. Por isso, importa, ademais, descrever como o Programa Bolsa Família tem se adequado ao contexto social e econômico do Município de Maracanaú. Assim, destacaremos as características que o PBF tomou neste Município, nosso campo empírico de pesquisa.

No capítulo 3, diante das informações adquiridas ao longo do processo de coleta, no contato com as diversas fontes, analisaremos as representações dos beneficiários, vislumbrando a incidência do Programa na configuração de suas subjetividades. Sem pretender exaurir a complexidade desta questão, observaremos as relações que os beneficiários estabelecem consigo mesmos, com os outros e com a sociedade em que vivem a partir de sua inserção no Programa Bolsa Família. Para isso, levaremos em consideração as formas como os beneficiários vivenciam suas idealizações, identificações (BERTRAND, 1989), nas suas interações diárias com a realidade. Através destas expressões subjetivas

poderemos acessar o mundo representacional dos beneficiários, observando o desdobramento de iniciativas concretas no seu dia-a-dia.

A partir dos autores acima mencionados, ressaltaremos no capítulo 4, como os beneficiários do PBF, mediante os seus discursos e movidos pelo desejo de realização (BERTRAND, 1989), constroem imagens de si, fortalecem seus laços familiares, estabelecem redes de relações com as pessoas mais próximas, se posicionam politicamente diante das ações do Estado e das elites da sociedade, ousam elaborar projetos de ações de repercussão cotidiana e se descobrem sujeitos capazes de influenciar na sua realidade diária, esperando remediar o sofrimento das gerações passadas e angariar um pouco mais de dignidade no presente e no futuro. Diante deste conjunto de reações subjetivas (e também objetivas) que implicam rebatimentos de curto alcance, teremos a oportunidade de avaliar até que ponto ocorre uma real integração dos beneficiários na sociedade moderna.

Concluiremos com algumas considerações finais, vislumbrando alguns aspectos que mereçam ser aprofundados em estudos posteriores.

1.3 Justificando a Pesquisa

Este estudo se nos impõe a partir de diversas motivações, tanto de caráter pessoal quanto de ordem acadêmica, sem desconsiderar a dialética entre estas duas dimensões. Possuindo uma trajetória de vários anos de experiência pastoral, na qual nos vinculamos às iniciativas de inúmeras organizações da sociedade civil (Comunidades Eclesiais de Base, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Movimento dos Sem Teto - MSTs, Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, Pastoral Carcerária, etc.), que buscam promover e concretizar os Direitos Humanos, encontramos no Programa Bolsa Família um instrumento que traz à tona o problema da miséria e da pobreza, uma das principais situações de violação dos Direitos do Homem (PIOVESAN, 2003). Atribuímos este desempenho ao PBF não somente por seu mérito de convocar a sociedade a opinar sobre a temática da pobreza (promoção de um debate público), tirando-a do esquecimento, mas também por vermos nesta iniciativa um avanço civilizacional do Estado brasileiro, que reconhece a gravidade e a extensão deste problema no seu território, promovendo a criação do maior programa de transferência de renda da América Latina (MODESTO, 2010).

O contato com as referidas organizações mostrou-nos variadas formas de trabalhar pela concretização dos Direitos Humanos desenvolvidas pela sociedade civil, desde aquelas mais imediatas, de pouco impacto social, até aquelas mais sistematizadas, que reivindicam

uma presença mais decisiva do Estado, promovendo um impacto mais abrangente e de longo alcance. Descobrimos o valor e a importância de cada uma dessas experiências, levando em conta as circunstâncias específicas de cada caso, mas conferindo atenção especial às iniciativas em que o Estado assume o seu papel de outorgador de direitos, reconhecendo, enquanto representante da sociedade, a legitimidade das demandas apresentadas. Esta atenção às intervenções do Estado, no entanto, não anulou nosso interesse pela ação social desempenhada pelos grupos organizados da sociedade civil, mas visualizamos tais iniciativas como sendo parte essencial do processo de outorgamento, destacando o dinamismo das negociações entre os vários atores sociais envolvidos (PASTORINI, 1997).

Por onde andamos, vimos que as situações de miséria e pobreza, enquanto violação de direitos, geralmente ocorre em paralelo às situações visivelmente opostas, em que se percebe a abundância de recursos e a existência de altos padrões de qualidade de vida. Mas, em meio a estas contradições, não deixa de chamar a atenção o potencial de resistência manifestado por diversos grupos e pessoas em situação de pobreza. Este potencial revela-se na capacidade criativa dessas pessoas lidarem com a precariedade das suas condições materiais, utilizando-se dos poucos meios disponíveis, o que implica tecer estratégias de ação na vida cotidiana (CERTEAU, 1994; LIMA, 2008). Isso nos leva a perceber que esses grupos humanos não se renderam ao comodismo e ao pessimismo imobilizador, mas vivem numa constante “luta pela vida”. Nessa luta, manifestam-se como protagonistas e sujeitos, que tomam em suas mãos seus próprios destinos, lidando com as adversidades impostas por uma sociedade competitiva e desigual. A vida cotidiana destas pessoas porta um dinamismo subjetivo, marcado tanto pelas circunstâncias sociais desfavoráveis quanto pelas expectativas de um futuro melhor, que implica em superar a situação de pobreza, alcançando melhores padrões de vida.

O contato com esta realidade constitui fator determinante para a escolha do tema desta pesquisa. Essa escolha implica uma convicção de que a superação da miséria e pobreza será resultado de uma mobilização da sociedade, representada entre outros elementos, pela intervenção dos poderes públicos mediante políticas públicas, garantindo direitos e ampliando a cidadania. A superação da pobreza será resultado também, e, sobretudo, do mencionado potencial das pessoas por ela atingidas, que impelidas pelos sonhos de uma vida melhor, projetam estratégias de ações, visando melhorar suas condições de existência.

Entre as motivações acadêmicas para realizar esta pesquisa podemos citar a importância que o estudo da vida cotidiana vem adquirindo na sociologia atual. Embora esta dimensão da vida social tenha sido desqualificada pela academia nos séculos XIX e primeira metade do século XX, no período recente ela tem se mostrado como interessante objeto de

conhecimento. Esta recorrência aos estudos da vida cotidiana, segundo Martins (2008), pode ser explicada pelas desilusões provocadas pela notável capacidade de autorregeneração da sociedade capitalista, assim como pela crise das grandes certezas, que vinculavam ao progresso moderno a promessa de uma civilização melhor. Diante deste contexto de desilusão, segundo este autor, a vida cotidiana tornou-se um refúgio para os cétricos, que desencantados em relação ao futuro, engajaram-se na pesquisa do momento atual, vivendo intensamente o aqui e agora, desprovido de sentido e dando evasão a uma sociologia do detalhe.

No entanto, este engajamento no cotidiano deslanchou na abertura de novas perspectivas, descobrindo um amplo campo de investigações teóricas e provocando uma verdadeira “reinvenção da sociologia” (MARTINS, 2008, p. 52). É nesse contexto que vemos no conhecimento do senso comum um movimento que supera a desqualificação da vida cotidiana visualizada pelas tendências positivistas das ciências. O senso comum constitui “o conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social” (MARTINS, 2008, p. 54), onde o significado da realidade e da ação é experimentado de forma recíproca. Este conhecimento compartilhado, porém, não é estável e imutável, mas implica num constante processo de produção, revelando as descontinuidades que atravessam a vida cotidiana de todos os dias. Nesse sentido podemos dizer, com Martins, que o cotidiano está sujeito, a cada momento, às mudanças e revoluções impulsionadas por novos conhecimentos a ele integrados.

É de grande valor acadêmico vislumbrar a vida cotidiana, o senso comum e as representações dos beneficiários do Programa Bolsa Família, assim como as repercussões que esta política social pode ter neles infligido, uma vez que inúmeros estudos ressaltam as novidades desta política não somente enquanto iniciativa do Estado, mas também no fazer cotidiano das pessoas que dele se beneficiam. Desta forma, frisamos, com Martins (2008, p. 52), que

Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos cétricos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.

Importa, portanto, que a academia avalie as possíveis rupturas e alterações na vida cotidiana dos beneficiários promovidas pela inserção no Programa Bolsa Família, uma vez que a experiência destas descontinuidades poderá criar as bases para transformar a vida

concreta dessas pessoas, cujas condições existenciais lhes imprimem a marca da destituição (TELLES, 1999).

Para corroborar a importância das investigações sobre a vida cotidiana dos beneficiários do Programa Bolsa Família, importa remetermos aos estudos de Celina Souza (2003), que visualizam a emergência dos modelos *bottom-up*, como os modelos de pesquisa mais apropriados para abordar as políticas públicas na contemporaneidade. Estas abordagens, surgidas a partir da década de 1980, vêm equilibrar a postura acadêmica tradicional que prioriza os modelos explicativos (modelos *top down*), que primam pela elegância discursiva, mas ocultam a complexidade das políticas públicas. Os modelos *bottom-up* de políticas públicas, em sintonia com as tendências da sociologia contemporânea, que se volta para a compreensão do dinamismo da vida cotidiana e das relações sociais estabelecidas neste estrato, passam a usar

análises que partem de três premissas: a) analisar a política pública a partir da ação dos seus implementadores, em oposição à excessiva concentração de estudos acerca de governos, decisores e atores que se encontram na esfera “central”; b) concentrar a análise na natureza do problema que a política pública busca responder; e c) descrever e analisar as redes de implementação (SOUZA, 2003, p. 17).

Estes modelos de análise, portanto, buscam aproximar-se da realidade complexa que configura a formulação e implementação das políticas públicas vislumbrando a sua dimensão política, as relações sociais que se encontram na natureza dos problemas a serem solucionados (a miséria e a pobreza, no caso do Programa Bolsa Família), assim como a rede de iniciativas que buscam atingir o problema nas suas múltiplas causas. Com efeito, os modelos *bottom-up* implicam uma aproximação da vida cotidiana dos beneficiários, “em oposição à excessiva concentração de estudos acerca de governos, decisores e atores que se encontram na esfera central” (SOUZA, 2003, p. 17), uma vez que é no cotidiano onde os problemas são vividos e interpretados, assim como é também nesse espaço onde se percebe mais intensamente as suas repercussões e soluções.

1.4 Percorrendo o Método

Como foi frisado anteriormente, buscaremos em nossa pesquisa vislumbrar as repercussões do Programa Bolsa Família na configuração das subjetividades dos seus beneficiários, observando as relações que eles estabelecem consigo mesmos, com os outros e

com a sociedade em que vivem, a partir de sua inserção nesta política social⁹. Diante da complexidade deste objetivo, se fará necessária a utilização do paradigma qualitativo de pesquisa, que segundo Melucci (2005), possibilita uma melhor visualização do papel dos atores sociais na pesquisa contemporânea. Referindo-se aos atores sociais, esse autor ainda frisa que,

mais sensíveis a sua individualidade e mais sintonizados com a vida cotidiana, eles exigem uma prática de pesquisa mais próxima da sua experiência, mais presente no campo do seu agir, como aquela que a pesquisa qualitativa coloca à disposição (MELUCCI, 2005, p. 30).

Ao abordarmos as subjetividades dos beneficiários do Município de Maracanaú, recorreremos à pesquisa qualitativa, que segundo o mencionado autor, é capaz de vislumbrar com maior precisão os processos de individualização e as dinâmicas da vida cotidiana. Bauer, Gaskell e Allum (2008) também corroboram esta postura, frisando que a pesquisa qualitativa é apropriada para explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre um assunto determinado (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2008).

Para atingir o objetivo proposto lançaremos mão do Estudo de Caso como estratégia de pesquisa. Segundo Yin (2003, p. 32),

um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

De fato, ao nos propor averiguar as ressonâncias do Programa Bolsa Família nas subjetividades dos beneficiários, importa vislumbrar as relações entre as representações e concepções destes beneficiários e o contexto social em que eles se inserem, uma vez que as articulações subjetivas do ser humano possuem uma base social (BERTRAND, 1989). Trata-se de ressaltar as formações subjetivas dos beneficiários do PBF em meio ao seu contexto vital específico, salvaguardando a complexidade subjetiva das pessoas em questão, ou seja, sem reduzir estas articulações a meras relações de causa e efeito. Importa notar que, mesmo sendo tais representações contemporâneas, elas não podem ser controladas por se tratar de fenômenos imprevisíveis e cambiáveis ao longo do tempo e dentro do seu contexto vital.

⁹ Por questões práticas, focamos as entrevistas dos beneficiários no Bairro Antônio Justa, indicado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania como um dos bairros mais pobres do Município. Sendo a maioria dos moradores contemplada pelo Programa, encontramos facilmente os informantes, agilizando, assim, o processo da pesquisa e assegurando tempo suficiente para contatar os órgãos implementadores no Município.

Outra vantagem que nos leva a escolher a estratégia do Estudo de Caso consiste em que através deste instrumento se pode “ilustrar certos tópicos dentro de uma avaliação, de um modo descritivo” (YIN, 2003, p. 34). Como vimos acima, as ressonâncias do PBF sugerem uma grande variedade de fenômenos (econômico, político, gênero, etc.), sendo que nossa proposta consiste em averiguar as repercussões subjetivas e suas implicações na integração social dos beneficiários. Ressaltaremos as articulações subjetivas dos beneficiários, considerando as condições contextuais do Município de Maracanaú, uma vez que postulamos o rebatimento destas no mundo representacional dos mencionados beneficiários, gerando idealizações e identificações (BERTRAND, 1989), assim como promovendo interações com o conjunto da sociedade.

Diante dos resultados deste Estudo de Caso, poderemos ousar algumas generalizações, apoiando-nos nas semelhanças com outros casos e numa abordagem teórica adequada. Nesse sentido, de acordo com Yin (2003), o estudo de caso não representa uma “amostragem”, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Para este autor, esta estratégia de pesquisa possibilita a realização de uma análise “generalizante” e não “particularizante”.

A fim de realizarmos o mencionado Estudo de Caso, faz-se necessário recorrermos às variadas técnicas de coleta de dados disponíveis. A primeira e mais importante técnica a ser utilizada na nossa pesquisa é a Entrevista¹⁰ que, segundo Gaskell (2008), diz respeito a uma técnica amplamente utilizada nas ciências sociais e tem como pressuposto básico a concepção de que o mundo social é ativamente construído pelas pessoas, enquanto tecem suas relações no cotidiano de vida, mesmo em condições não estabelecidas por elas. Levando em consideração esta perspectiva, o autor assegura que a entrevista qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (GASKELL, 2008, p. 65).

Analisar o PBF, almejando caracterizar suas ressonâncias nos sonhos, ideais e expectativas de vida dos beneficiários, assim como as alterações em seus comportamentos e atitudes recíprocas e em relação ao conjunto da sociedade, exigirá também a utilização de técnicas que possibilitem visualizar seus mundos vivenciais em profundidade. Para isso, usaremos a Entrevista qualitativa, que objetiva, segundo Gaskell, chegar a “uma compreensão

¹⁰ Realizamos entre os dias 07 e 28 de fevereiro de 2011 quarenta entrevistas individuais, contatando os beneficiários do PBF (28 entrevistas), proprietários de comércios locais (2 entrevistas), lideranças comunitárias (4 entrevistas), implementadores do Programa (secretária municipal e assistentes sociais) e outros moradores do bairro Antônio Justa.

detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2008, p. 65).

Abordando a Entrevista qualitativa, Gaskell frisa a importância de que já se tenha previamente um referencial teórico ou os conceitos-chaves que envolvem o tema de estudo, uma vez que eles guiarão a investigação a ser realizada. Com esta base teórica, o entrevistador será capaz de definir o tópico guia¹¹ da entrevista e o perfil dos entrevistados. Estes elementos, ao considerarem os fins e objetivos da pesquisa, proporcionarão a realização de entrevistas adequadas, além de evitar o desperdício de tempo.

Levando em conta nossos objetivos, optaremos pela entrevista qualitativa individual, uma vez que segundo o referido autor, ela possibilita uma maior observação do mundo subjetivo das pessoas. Gaskell nos assegura que mediante este tipo de entrevista “podemos conseguir detalhes muito mais ricos a respeito das experiências pessoais, decisões e sequências das ações, com perguntas indagadoras dirigidas a motivações, em um contexto de informação detalhada sobre circunstâncias particulares da pessoa” (GASKELL, 2008, p. 78). Esta modalidade de entrevista também foi motivada pelo fato dos encontros poderem ocorrer, sem maiores alterações no ritmo de vida das pessoas e das famílias envolvidas.

A fim de conseguirmos informações mais detalhadas, possibilitando uma melhor análise do fenômeno estudado, lançaremos mão também da técnica de Observação Participante, que segundo Minayo (2010, p. 273) é “considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa”. Para esta pesquisadora, a Observação Participante é tão importante que é utilizada tanto como estratégia no conjunto da investigação quanto como método em si para compreensão da realidade social. Minayo (2010) também destaca o consenso dos estudiosos em afirmarem a necessidade de o pesquisador relativizar seu espaço social, entrando no contexto vital dos pesquisados, assumindo a atitude de colocar-se no lugar deles. Além disso, Yin (2003) frisa a oportunidade de acessar as evidências que não se poderia obter de outra forma, a não ser mediante a presença efetiva, como a participação em eventos de interesse da pesquisa.

Dentro do debate a respeito do “o que” e do “como” observar, Minayo (2010) frisa que a Observação Participante enquanto técnica de pesquisa possui uma função complementar na pesquisa qualitativa e se caracteriza pelo fato de que tanto o pesquisador quanto o grupo de pesquisados têm uma exata consciência da provisoriabilidade da relação do pesquisador com o

¹¹**Tópico guia:** trata-se da relação das perguntas feitas aos beneficiários ao longo da pesquisa. No nosso caso, se trata de entrevistas semi-estruturadas, que possibilitam um maior aprofundamento nas questões que surgem ao longo do encontro. Ver em APÊNDICE A o tópico guia utilizado.

campo da pesquisa. Trata-se de uma relação que se restringe ao tempo do trabalho investigativo. A autora ainda acrescenta que a participação do pesquisador no contexto de estudo “tende a se aprofundar e se dar pela adoção de hábitos, formas de atuação solidária, vivência conjunta e acompanhamento de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados dentro de suas rotinas cotidianas” (MINAYO, 2010, p. 281).

Segundo Becker (1997), a presença participante no ambiente vital possibilita o acesso às informações sobre as percepções dos sujeitos pesquisados, seus modos de vida, enfim suas experiências sociais e políticas. O mencionado autor frisa, além disso, que ela ajuda a dirimir possíveis dissimulações dos entrevistados (os depoimentos serão ratificados ou negados pela realidade circundante) e favorece a coleta de informações adicionais do próprio contexto social. Finalmente, o autor considera que o pesquisador poderá, mediante a observação dos fatos e dos signos disponibilizados pela realidade, reorientar suas hipóteses, ou até mesmo abandoná-las mediante constatações factuais.

Minayo (2010) destaca ainda a importância da utilização do Diário de Campo na Observação. Na definição da autora, trata-se de um “caderninho de notas”, onde o investigador anota, dia-a-dia, o que observa. Nele, segundo a autora,

devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos (MINAYO, 2010, p. 295).

Ainda sobre o Diário de Campo, a autora conclui que as análises das impressões e notas a respeito das variações das falas, comportamentos e atitudes são elementos que tornam a pesquisa de campo mais verdadeira e confiável (MINAYO, 2010).

Outra técnica de coleta de dados a ser utilizada na pesquisa consiste na Informação Documental. Esta técnica, segundo Yin (2003), representa um essencial instrumento em sociedades que dominam a escrita. Para o autor, “devido a seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao se realizar estudos de caso” (YIN, 2003, p. 114). Abordando a importância da Documentação, o autor privilegia o seu papel para corroborar e valorizar as evidências provenientes de outras fontes de informação.

Na pesquisa sobre o Programa Bolsa Família, será de essencial importância o acesso aos documentos emitidos pelos órgãos implementadores dessa política social. Avaliaremos os documentos administrativos que versam sobre o tema, emitidos pelas instâncias federais, estaduais e municipais. Analisaremos também os recortes de jornais e outros artigos que

aparecem na mídia de massa. Os estudos e avaliações formais do lugar pesquisado serão levados em consideração na construção do conjunto de conhecimentos sobre o PBF no município de Maracanaú-CE e na análise das repercussões do Programa no mundo social dos beneficiários. Yin (2003), apontando as vantagens da documentação para um Estudo de Caso, destaca fatores como, a estabilidade – pode ser revisada inúmeras vezes; a discrição - não foi criada como resultado do estudo de caso; a exatidão – contém nomes, referência e detalhes sobre um evento; e a ampla cobertura – longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos.

Yin (2003) também ressalta a importância de se analisar cuidadosamente todos os documentos, a fim de evitar possíveis vieses. A preocupação do autor está em demonstrar que os documentos, ao contrário do que se pode pensar, não possui a verdade absoluta, havendo assim a necessidade de que o pesquisador realize as devidas investigações antes de fazer inferências definitivas a partir dos mesmos.

A realização da pesquisa qualitativa implica o conhecimento do momento em que se deve cessar a coleta de dados, uma vez que esta modalidade de pesquisa não se baseia em estimativas previamente calculadas. Neste sentido, Bauer e Aartes (2008) orientam a adoção do critério de Saturação. Para explicar isto, seguimos as considerações desses autores, para quem o principal interesse dos pesquisadores qualitativos é identificar a variedade de representações das pessoas sobre um determinado tema. Estas representações são “as maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discursos, cosmovisões, hábitos e práticas” (BAUER E AARTES, 2008, p. 57), sendo que, para os autores, todos estes espectros estão relacionados com os lugares específicos que os sujeitos ocupam na sociedade.

Sabendo que a noção de Saturação implica a concepção de que a variedade de representações vivenciais é limitada às circunstâncias sociais (tempo e espaço), materializadas aqui nos estratos ou funções dos pesquisados, os citados autores constatam que os pesquisadores qualitativos “investigam diferentes representações, apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo” (BAUER E AARTES, 2008, p. 59). Em outras palavras, a Saturação ocorre quando a inclusão de novos estratos numa pesquisa remete a obtenção de dados redundantes, ou repetitivos. A maximização das variedades, desde a perspectiva dos objetivos da pesquisa, chega ao fim e a coleta de dados deve ser suspensa.

Diante do material coletado, fornecido pelas mencionadas técnicas de pesquisa, lançaremos mão da análise de discurso, como procedimento técnico para tratar os dados e

evidências encontradas. Este procedimento adquiriu relevância no âmbito acadêmica na medida em que se afirmou “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2008, p. 244). Sob esta perspectiva subjaz a visão da linguagem como sendo ao mesmo tempo construída e construtiva (criadora). Dessa forma, destaca-se o fato de que o conhecimento é resultado de processos sociais e o nosso mundo constitui uma realidade construída pela linguagem.

Neste sentido, a linguagem também é vista como prática social e a análise proposta busca ressaltar a “orientação da ação” ou “orientação da função” do discurso. Com efeito, para Gill (2008, p. 248), “as pessoas empregam o discurso para *fazer* coisas – para acusar, para pedir desculpas, para se apresentar de uma maneira aceitável, etc.”. Tudo isso trás à tona a relevância da linguagem na vida social, levando os analistas de discurso a buscarem na linguagem, não um meio de acesso à outra realidade (material, psicológica, etc.), mas a se interessarem pelo seu conteúdo e organização, buscando identificar as funções, ou atividades, da fala e dos textos, e explorando como elas são realizadas.

Para analisarmos as entrevistas recorreremos à noção de construção da imagem de si no discurso, uma vez que através desta noção poderemos apreender como o locutor durante a sua fala e mediante o seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas e suas crenças implícitas, construirá a representação de sua pessoa (AMOSSY, 2005). Trata-se de uma apresentação de si, que segundo Amossy (2005, p. 9), “se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros da comunicação, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais”. Na análise, os estudiosos buscam explicitar o processo através do qual o discurso, situado dentro de um contexto e baseado na força da palavra, se torna eficaz, recobrando, de certa forma, o antigo projeto da retórica nos estudos dos filósofos clássicos, nos quais surge a noção de ethos, que designa a formação da imagem do locutor, munido dos caracteres oratórios presentes no enunciado, visando influenciar o interlocutor.

Nesta discussão a autora remonta às investigações que visualizam a inscrição do locutor e a construção da subjetividade da língua. Ela, mencionando os estudos de Catharine Kerbrat-Orechioni, destaca que o locutor, recorrendo a procedimentos linguísticos (shifters, modalizadores, termos avaliativos, etc.), imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ela. Esta perspectiva leva a autora a destacar a noção de “quadro figurativo”, cunhada por Émile Benveniste, que vislumbra na enunciação a presença de duas “figuras” imprescindíveis, uma origem e outro destino da enunciação, numa dependência mútua. A partir de Michel Pêcheux, Amossy frisa o

processo de construção da imagem de si no discurso, afirmando que este autor concebe A e B nas duas extremidades da cadeia de comunicação. Ao longo da comunicação “o emissor A faz uma imagem de si mesmo e de seu interlocutor B; reciprocamente, o receptor B faz uma imagem do emissor A e de si mesmo” (AMOSSY, 2005, p. 11).

A noção de ethos como construção da imagem de si no discurso é retomada também por Maingueneau, que busca superar a perspectiva retórica da mera persuasão por argumentos e “refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva” (MAINGUENEAU, 2005, p. 68). Segundo este autor, o ethos está estreitamente relacionado à enunciação (a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos, etc.), indicando os caracteres do enunciador, independente do saber extradiscursivo sobre ele. Refere-se à projeção de uma instância subjetiva, que exerce o papel de fiador. Segundo o autor (MAINGUENEAU, 2005, p. 72),

o “fiador”, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios de diversos ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social.

No processo de comunicação, este conjunto de representações é incorporado pelo co-enunciador, mediante os estereótipos culturais sobre os quais a enunciação se apoia (conjunto difuso de representações sociais), levando-o a estabelecer uma relação não somente com o ethos do discurso, mas também com a comunidade dos que aderem ao mesmo discurso pela participação no universo de sentido construído. Este relacionamento entre o co-enunciador e o universo de sentido do discurso, do qual o ethos é o fiador, implica uma identificação com a posição discursiva, ou seja, a participação imaginária em um vivido proposto pela enunciação. Juntamente com Maingueneau, pode-se dizer, portanto, que no discurso “as ‘ideias’ apresentam-se por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser” (MAINGUENEAU, 2005, p. 73).

A partir deste dinamismo subjacente ao discurso, o autor visualiza uma profunda interação entre o enunciador e a instituição discursiva que é configurada por um sistema cultural, implicando papéis, lugares e momentos legítimos de enunciação e que representa o suporte material do enunciado. Trata-se de perceber que o ethos projetado no discurso não representa uma mera “estratégia” ou “procedimento” persuasivo independente do conteúdo da cena de enunciação, mas constitui parte desta cena. Se de um lado, os discursos, sobretudo os

literários, os políticos, os publicitários, pressupõem cenas de enunciação para poderem ser anunciados, de outro lado, eles devem legitimá-las com suas próprias enunciações, de forma que a eficiência do discurso dependerá da relação interativa entre estes dois elementos, desembocando na adesão do co-enunciador, que incorpora ou participa do mundo do fiador.

Através da análise de discurso, desvendaremos o “lugar” dos beneficiários no seu contexto social, destacando seu dinamismo subjetivo diante da inserção no Programa Bolsa Família. Perceberemos como suas identidades se reconfiguram ao longo das interações que estabelecem com o governo, com os serviços públicos disponibilizados, com os bens acessados através do PBF, enfim, com a sociedade que os envolve. Como sugerimos acima, essa percepção será possível à medida que também levarmos em consideração os seus projetos de ação elaborados no dia-a-dia, uma vez que eles expressam sentidos e intencionalidades. Dessa forma, destacaremos a atuação de sujeitos, intervindo na sua realidade concreta a partir de sua situação historicamente determinada.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para visualizar a importância do PBF nas vidas dos seus beneficiários, não basta recorreremos às análises que utilizam critérios quantitativos e generalizantes usados para medir o desempenho das políticas sociais. Estes critérios se mostram incapazes de vislumbrar importantes aspectos inscritos no mundo representacional das pessoas, que dizem respeito aos sentidos e significados das suas ações (GASKELL, 2008). De fato, Rego constatou a inépcia de análises dos programas de transferência de renda destinados aos mais pobres, cujos resultados basicamente se desdobraram em críticas que postulavam o crescimento econômico como matriz automática de dispensa de tais programas ou a sua simples desqualificação por tratar-se de esmola de caráter populista (REGO, 2006).

Weissheimer (2006), por sua vez, alude à importância de se averiguarem os impactos do PBF a partir de entrevistas com os próprios beneficiários afetados pela situação de pobreza e exclusão social. Nesta perspectiva, depois de delimitarmos o conceito de pobreza, nos remeteremos através de bases teóricas adequadas ao dinamismo subjetivo e intersubjetivo do ser humano, que procura solucionar os dilemas e desafios sociais oriundos da lógica capitalista contemporânea.

Enfim, neste capítulo, frisaremos as formas pelas quais os problemas da pobreza e da exclusão social têm sido abordados pelo governo e pela sociedade civil nos últimos anos, desembocando na criação do Programa Bolsa Família, objeto de análise deste trabalho.

2.1 A Base Teórico-Argumentativa

Para os seus implementadores (instâncias locais), o Programa Bolsa Família constitui uma política social de transferência de renda que visa beneficiar pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, importa frisarmos a discussão em torno da temática da pobreza, que ganha relevância internacional a partir da década de 1970. Depois de constatar que a solução deste problema não resultaria automaticamente do processo de crescimento econômico, variadas organizações internacionais (ONU, Banco Mundial, etc.) postularam uma reorientação estratégica da noção de crescimento, destacando a necessidade de se levarem explicitamente em conta as condições sociais das populações mais pobres na formulação e implementação das políticas econômicas nos diversos países (ROCHA, 2003).

A iniciativa de enfrentar a desigualdade social e a pobreza provocou a reflexão sobre os conceitos relacionados a estes fenômenos sociais, desembocando na busca de

procedimentos de mensuração. Neste sentido, Rocha fornece a definição geral de pobreza como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2003, p. 8). Ao aclarar esta definição, a autora frisa a necessidade de se ter em conta o padrão de vida de uma sociedade e as formas como as diferentes necessidades são atendidas nos variados contextos socioeconômicos.

Diante disso, a autora explicita três abordagens utilizadas na definição de pobreza, sendo elas de acentuada importância na mensuração e equacionamento deste problema, uma vez que, para a autora, os conceitos e técnicas de mensuração da pobreza estão diretamente relacionados com o aparato analítico e o consequente desenvolvimento das políticas sociais implementadas para a sua solução. A primeira abordagem diz respeito à questão da pobreza absoluta *versus* pobreza relativa. Em seguida, destaca-se a pobreza enquanto insuficiência de renda. E, finalmente, vislumbra-se a abordagem das *basic needs*.

A pobreza está relacionada às situações de privação, mas estas não implicam necessariamente colocar em risco a sobrevivência física das pessoas que a vivenciam. Esta situação diz respeito, de acordo com Rocha (2003), à pobreza relativa, cuja discussão foi iniciada nos países ricos, depois da segunda guerra mundial. Para a autora, “o conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social” (ROCHA, 2003, p. 11). Trata-se de vislumbrar neste contexto um contingente de pessoas “relativamente pobres”, cujas condições de vida implicam o acesso ao mínimo vital já garantido a todos.

A partir do momento em que a discussão sobre a pobreza extrapola os limites dos países ricos e entra nos contextos diferenciados dos países, cujos desenvolvimentos se mostram menos acentuados, coloca-se em pauta a definição de pobreza absoluta, que “está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física” (ROCHA, 2003, p. 11). Ao contrário do cenário anterior, aqui se destacam as populações que enfrentam situações de não-atendimento das necessidades vinculadas até mesmo ao mínimo vital.

Esta abordagem é questionada por analistas em vários aspectos, como por exemplo, a eficácia da mensuração das necessidades mínimas de sobrevivência, uma vez que se constata uma heterogeneidade quantitativa e qualitativa dessas necessidades. As necessidades nutricionais, por exemplo, devem levar em consideração, não somente as diferentes características dos indivíduos e de suas condições de vida, mas também os aspectos culturais ao se definir a dieta mínima (ROCHA, 2003). Ademais, como foi dito, a noção de pobreza

absoluta foi historicamente preterida, uma vez que os estudos de pobreza se desenvolveram basicamente em países ricos, onde esta noção não expressava a realidade vivida.

Prosseguindo o debate, Rocha também ressalta que, em países de economias modernas e monetizadas, como o Brasil, prevalece a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda, uma vez que as necessidades das pessoas são atendidas através de trocas mercantis e operacionalizadas de forma indireta por meio da renda. Neste sentido, estabelece-se um valor monetário correspondente ao custo das necessidades médias de uma pessoa numa determinada população. A autora destaca, então, que

quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza (ROCHA, 2003, p. 12).

Diante disso, a população de um país passa a ser distinguida em função da renda que auferir: indigentes e não-indigentes, no caso da linha de indigência, e pobres e não-pobres, quando se considera a linha de pobreza. Assim,

pobres são aqueles que com renda situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais (ROCHA, 2003, p. 13).

No estabelecimento destas linhas considera-se que há uma estreita correlação entre nível de renda e os indicadores de bem-estar físico. Destaca-se, no entanto, que o estabelecimento dessas linhas de indigência e de pobreza a partir de um consumo mínimo necessário constitui objeto de controvérsias, uma vez que arraigadas posturas colocam em questionamento se estas delimitações deveriam ser estabelecidas numa sociedade, cujo consumo médio, embora sendo marcadamente habitual, é, ao mesmo tempo, reconhecidamente não-vital (ROCHA, 2003).

Vimos acima que a tendência mais visível, a partir dos países ricos, consiste em adotar a linha de pobreza relativa, vinculada ao projeto de distribuição de renda, uma vez que as necessidades mais básicas, como as nutricionais, já não representam um problema, mas são necessidades já garantidas. Para a autora, em países como o Brasil, em que ainda persiste a pobreza absoluta, o estabelecimento das linhas de indigência e de pobreza ainda se faz relevante para a formulação e implementação de políticas sociais, sem deixar de considerar,

no entanto, que a cesta de consumo indica apenas um ponto de partida para o estabelecimento dessas linhas. Ademais, nota-se que as restrições a este indicador aumentam em países com baixos níveis de desenvolvimento social e produtivo, uma vez que ele se vincula ao grau de integração das famílias na economia de mercado, desconsiderando a auto-produção e outros consumos que exercem acentuado impacto nas condições de vida das populações mais pobres.

Na perspectiva de Rocha, os poderes públicos, visando intervir na sociedade, combatendo os problemas da pobreza e da desigualdade social, viabilizaram a implantação de políticas, cujos efeitos, em termos de ofertas de serviços públicos e benefícios sociais, não podiam ser mensurados através da renda. Esta iniciativa estimulou o uso de indicadores sociais, em substituição à renda como medida de bem-estar. Mesmo existindo situações em que a linha de indigência ainda é útil na mensuração da precariedade da satisfação das necessidades nutricionais, alguns analistas ressaltam a importância de uma abordagem em que se visualiza a pobreza, ou necessidades básicas insatisfeitas, considerando uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação, etc.

Rocha indica que esta abordagem, além de representar uma oportunidade de definir de forma mais clara quais são as necessidades básicas (*basic needs*) numa sociedade determinada, permite a articulação com a noção de pobreza relativa, uma vez que o critério de atendimento das necessidades básicas leva em conta a situação de cada sociedade em particular. Neste sentido, numa sociedade em que a alfabetização é generalizada, saber ler e escrever não pode ser definido como uma necessidade básica e, portanto, não constitui um critério útil para definir se um indivíduo é pobre. Neste caso, o critério de atendimento dessa necessidade básica seria o acesso a um nível mais elevado de educação, educação primária completa (ROCHA, 2003).

Diante disso, pode-se caracterizar a abordagem das *basic needs* indicando que nesta perspectiva se abandona o indicador de renda, uma vez que o interesse está em constatar o nível efetivo de qualidade de vida dos indivíduos. Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao fato de que nesta abordagem se busca vislumbrar o atendimento das necessidades básicas levando-se em consideração o conjunto da população, ao invés de distinguir subgrupos populacionais de um país. Finalmente, ressalta-se que na perspectiva da abordagem das *basic needs* se tem em conta o caráter multidimensional da pobreza e a inter-relação entre as diversas carências. Isso implica, para a autora, “a implementação de políticas que privilegiem a complementaridade no combate aos diferentes aspectos da pobreza” (ROCHA, 2003, p. 20). Trata-se de criar políticas sociais que promovam a integração entre os diversos fatores que

potencializam a superação das condições de pobreza, tais como nutrição, saúde, educação, saneamento, habitação, etc.

Tendo em vista esta abordagem, os analistas e instituições internacionais buscam conceber um indicador social sintético que considere os diferentes aspectos das necessidades básicas. Para a autora, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), resume de certa forma a discussão sobre estes índices sintéticos. Este indicador baseia-se na média aritmética simples de três indicadores que contemplam aspectos fundamentais das condições de vida (a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*). Note-se, no entanto, que o IDH, ao contemplar o PIB *per capita*, volta a considerar a renda como indicador de condições de vida, destoando da abordagem clássica das *basic needs*. Ademais, Rocha comenta que o IDH não permite realizar uma adequada comparação e monitoramento da incidência da pobreza nos diferentes países não somente por causa das especificidades culturais, mas também devido ao fato de o indicador ser constituído por médias, “o que mascara a ocorrência de situações extremas associadas à desigualdade de bem-estar entre os indivíduos” (ROCHA, 2003, p. 24).

Como o exposto acima, a noção de pobreza enquanto “situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2003, p. 8), dá margem a uma ampla representação do fenômeno. Pode-se, a partir desta perspectiva, vislumbrar a pobreza como o não atendimento das necessidades vitais, como alimentação (pobreza extrema), mas também é possível ampliar esta noção para a não satisfação de necessidades mais amplas, tais como saúde, educação, moradia, etc. Ademais, qualquer nível de qualidade de vida que não atinja o perfil médio de uma sociedade determinada pode também ser contemplado como situação de pobreza relativa, sendo aqui a erradicação da desigualdade social o objetivo desejado.

Ensejando caracterizar melhor a situação específica na qual os beneficiários do Programa Bolsa Família se encontram, faz-se necessário recorrermos ao conceito de Exclusão Social, que na compreensão de Campos e Pochmann (2003) expressa a situação de grupos da população brasileira que permanece à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico, social e político nos últimos tempos. Segundo esses autores, num contexto de consolidação do regime de propriedade e de divisão capitalista do trabalho, a exclusão social pôde ser associada, num primeiro momento, “à situação de *não ter*”. Ou seja, não ter acesso à terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficiente para atender as necessidades básicas e assim por diante.

Posteriormente, a partir de um processo mais amplo e complexo, o fenômeno passou a representar os constrangimentos do *ter*. Nesse sentido, a exclusão social ganha nova configuração à medida que

assume características de natureza política e econômica, fazendo com que alguns segmentos sociais sejam algo *porque têm*, enquanto outros não sejam *porque não têm* e, possivelmente, jamais serão, pois nunca terão. Em síntese, as raízes da exclusão social encontram-se inseridas nos problemas gerais da sociedade (CAMPOS E POCHMANN, 2003, p. 29).

A partir de uma perspectiva antropológica, os autores identificam os processos de exclusão social fazendo alusão às sociedades primitivas que engoliam (antropofagia) a parcela social considerada desviante. Tratava-se de uma assimilação (inclusão) dos elementos destoantes do conjunto da sociedade, “permitindo adquirir as suas forças e transformá-las em vantagem adicional” (CAMPOS E POCHMANN, 2003, p. 29). Nas sociedades modernas o processo se complexifica, ganhando relevância os movimentos que expõem do seu interior tudo aquilo que é considerado desviante. Para os autores, “estes seriam, então, conservados fora da sociedade, praticamente ausentes da vida social, política e econômica” (CAMPOS E POCHMANN, 2003, p. 30).

As sociedades contemporâneas, num movimento dialético de inclusão/exclusão, apresentam tanto a capacidade de devorar (incluir) os seus desviantes quanto a capacidade de expeli-los (excluir). Trata-se das sociedades *bulímicas*, que

possuem condições de assimilar culturalmente as massas da população por intermédio da educação, da mídia e da lógica do consumismo individualista no interior do mercado, ao mesmo tempo em que deslocam segmentos populacionais, desfavorecendo-os por motivos econômicos e sociais (CAMPOS E POCHMANN, 2003, p. 31).

Nesse sentido, os autores vislumbram, portanto, que as sociedades contemporâneas combinam de forma instável a inclusão cultural e a exclusão econômica. Alguns países, através da afluência produtiva e impulsionados pelo progresso econômico, conseguiram romper com as condições de privação absoluta (pobreza extrema), mas ganharam mais relevância as privações relativas (maior seletividade material), “com acesso diferenciado às oportunidades, com déficit na coesão social e com declínio nos valores de justiça e mérito” (CAMPOS E POCHMANN, 2003, p. 31). No Brasil, a exclusão permanece generalizada. De um lado, a marca da velha exclusão estigmatiza as regiões menos desenvolvidas do país, que ainda lida com a baixa escolaridade, com a pobreza absoluta e com a desigualdade nos

rendimentos. De outro lado, a nova exclusão¹² aparece nas regiões mais desenvolvidas notabilizando-se no desemprego generalizado e de longa duração, no isolamento juvenil, na pobreza no interior de famílias monoparentais, na ausência de perspectiva para a população com maior escolaridade e na explosão da violência (CAMPOS E POCHMANN, 2003).

O *Atlas da Exclusão Social no Brasil* permite visualizar os aspectos da exclusão em cada cidade, desvelando “as enormes distâncias existentes entre os cidadãos residentes nas regiões incluídas e os ‘não-cidadãos’ residentes naquelas excluídas” (CAMPOS E POCHMANN, 2003, p. 19). Para tanto, elaborou-se o Índice de Exclusão, que reúne três dimensões da exclusão social: a dimensão da *Vida Digna*, que averigua o bem-estar material da população, incluindo um indicador de pobreza, um indicador de emprego e um indicador de desigualdade; uma segunda dimensão é definida como *Conhecimento*, que mede o acúmulo simbólico e cultural da população, incorporando um indicador de alfabetização e um indicador de estudo dos chefes de família; uma terceira dimensão é a *Vulnerabilidade Juvenil*, que avalia a exposição da população jovem a situações de violência. Aqui foi considerado o indicador juvenil e o indicador de mortes violentas.

Levando em consideração as informações do Índice de Exclusão, pode-se perceber, segundo Pochmann e Amorim (2003), a heterogeneidade que configura a exclusão social no Brasil, separando, de um lado, as regiões Norte e Nordeste, e, de outro lado, as regiões Centro-Sul. Para os autores, o primeiro grupo de regiões é caracterizado por uma ampla “selva” de exclusão, marcado pela pobreza e também pela fome, atingindo famílias numerosas, jovens, população pouco instruída e sem experiência salarial formal (trata-se da velha exclusão), enquanto no segundo grupo de regiões se nota uma “selva” de exclusão “pontuada por alguns ‘acampamentos’ de inclusão”. Aqui, a pobreza afeta principalmente famílias pouco numerosas, sendo que os indivíduos que a compõem são relativamente escolarizados e com experiência formal de assalariamento (nova exclusão). Além de fornecer uma geografia nacional da exclusão, este mapa pretende também, segundo Campos e Pochmann (2003), influir na concepção e implementação de políticas públicas capazes de reduzir as distâncias sociais entre as pessoas, que variam de acordo com o acesso aos bens e serviços disponibilizados pelo desenvolvimento.

Nas sociedades contemporâneas, além de destacarmos o caráter dialético dos processos sociais, que promovem ao mesmo tempo a inclusão e a exclusão (sociedades

¹² As condições de exclusão social, identificadas a partir da primeira metade da década de 1970 nas economias desenvolvidas, passaram a se manifestar de forma distinta daquelas até então conhecidas. O conceito de nova exclusão social identifica a manifestação de novas categorias de desigualdade (CAMPOS E POCHMANN, 2003).

bulímicas), convém ressaltar a importância do dinamismo social que subjaz a estas sociedades. Trata-se de não se limitar exclusivamente à ótica economicista desses processos, que visualizam a exclusão como resultado da ação unilateral das instâncias de poder (o Estado, as multinacionais, os órgãos reguladores da política e da economia mundiais, etc.). Ao invés disso, seguindo a intuição de Martins (1997), importa considerarmos a vitalidade das relações sociais estabelecidas pelos pobres e excluídos. Para este autor, nestas sociedades “existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva”. (MARTINS, 1997, p. 14). Estas reações, destaca o autor, ocorrem dentro dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder, onde as vítimas realizam a sua participação transformativa, configurando a sua concreta integração¹³.

Para esse autor, nas sociedades modernas devem ser levadas em consideração “as contradições que fazem com que a força se torne frágil, que abrem brechas na armadura do Estado e dos sistemas (econômicos e políticos) que criam no interior do que parece forte e dominante o nicho de ação eficaz dos frágeis” (MARTINS, 1997, p. 14). Estas tendências e este dinamismo social de conflitos, contradições e negociações entre os diversos setores da sociedade merecem ser notabilizados, uma vez que eles representam o contexto no qual os sujeitos pobres projetam suas idealizações e identificações, com mudanças de suas condições (LOPES, 2010).

As condições sociais dos sujeitos se alteram, porém, à medida que eles, dentro das suas limitações históricas, ou seja, movendo-se no interior do possível estabelecido pelas limitações excludentes, tentam a transformação social, levando em consideração as perspectivas que se abrem (MARTINS, 1997). Ensejando compreender os processos que levam os sujeitos a se comprometerem com a transformação social da sua realidade faz-se necessário recorrermos às formulações de Bertrand (1989), que explicita o dinamismo do imaginário e sua repercussão na configuração identitária e no agir do homem em sociedade. Esta autora, a partir de uma perspectiva marxista, reflete sobre a incidência das motivações subjetivas no engajamento social, estabelecendo relações entre os ideais, as estruturas sociais e as moções subjetivas. Mediante uma teoria do imaginário, ela visualiza a importância dos processos subjetivos para a transformação social da realidade.

¹³ Martins promove uma discussão acerca do conceito de exclusão, questionando a pertinência do termo, uma vez que, segundo o autor, não há excluídos, mas vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Para ele, a exclusão ocorre, mas somente como um dos momentos daquilo que se traduz como privação, pobreza (MARTINS, 1997).

A partir dos pressupostos marxistas, que postulam um ser humano separado de sua essência, onde esta essência constitui a própria sociedade, ou o conjunto das relações sociais, Bertrand sugere que a ilusão do homem tem sua fonte nas contradições sociais, que provocam o sofrimento e a angústia. Trata-se aqui de postular que a ilusão do ser humano tem uma raiz social. Mesmo reconhecendo esta influência procedente de fora, a autora frisa que a ilusão possui um dinamismo autônomo que lhe é próprio. Somente assim se pode explicar o grande investimento emocional em ações políticas cujos resultados são racionalmente modestos. Visibiliza-se assim não somente “o elemento irracional de todo projeto racional” (BERTRAND, 1989, p. 19), mas também se destaca o impulso inconsciente do ser humano que busca restabelecer a unidade com a sua essência, ou seja, que investe subjetivamente na busca de sua realização. Trata-se do desejo de reconciliação de cada ser singular com um todo, com o conjunto da comunidade humana (BERTRAND, 1989).

Para Bertrand, o ser humano investe subjetivamente na sua realização através dos processos de Idealização, de Identificação e de Projeção. Na perspectiva de Marx, estas articulações constituem “os três modos subjetivos de inscrição no processo social” (MARX, Apud BERTRAND, 1989, p. 23). O movimento de Idealização ocorre quando as pessoas aderem a uma grande causa. Mediante a Idealização, as pessoas “superam” as limitações históricas presentes nos projetos concebidos e forjam subjetivamente um ideal nobre e universal para além dos interesses particulares e classistas, mobilizando suas emoções. Importa notar que no processo de Idealização, mesmo visando à transformação da realidade social, as pessoas buscam inconscientemente a sua própria transformação. Nesta perspectiva, através da Idealização, o ser humano não somente se mobiliza subjetivamente, engajando-se nas lutas sociais, mas também age sobre si mesmo, forjando uma imagem engrandecida de si.

Para a autora, o ideal supera a materialidade e a objetividade das realizações sociais e tece a promessa de um ser realizado e restaurado para além da satisfação das reivindicações, que embora legítimas, constituem ocorrências limitadas. A satisfação gerada pelas realizações ultrapassa os benefícios materiais decorrentes e figuram numa dimensão simbólica, que alimenta uma esperança muito mais abrangente. Portanto, se de um lado, os sonhos e ideais são reflexos das estruturas sociais, esboçando um sistema determinado, de outro lado, os seus efeitos subjetivos pertencem a uma esfera bem diferente (BERTRAND, 1989).

A Identificação constitui outro movimento subjetivo que vincula as pessoas ao mundo social. Este fenômeno, assim como a Idealização, remonta à construção de uma imagem de si restaurada e enaltecida. Trata-se, segundo a autora, da identificação, parcial ou limitada, de um povo com uma determinada classe, considerando-a seu representante. A Identificação tem

como suporte um interesse comum, mas, sobretudo, um ideal comum, uma vez que a força dos ideais é superior à força dos interesses. Os ideais sociais, para Bertrand, portam uma promessa de reparação. “Frente às privações infligidas pela natureza, frente ao sofrimento infligido pelos outros homens, oferece-se a imagem de um eu reparado, restaurado com suas capacidades plenamente desenvolvidas, com seus direitos restabelecidos” (BERTRAND, 1989, p. 27). Nesta perspectiva, os ideais podem ser visto como “uma ação auto-plástica, que adquire tanto mais importância quanto a ação alo-plástica (transformadora da realidade externa) se revela impossível” (BERTRAND, 1989, p. 29). Sublinha-se o dinamismo imaginário em que as pessoas agem inconscientemente sobre si mesmas buscando adaptar as suas aspirações mais profundas de realização a sua realidade social concreta.

O seguinte processo subjetivo diz respeito à Projeção. Segundo os postulados marxistas, este fenômeno implica a concepção de um outro, com atributos negativos. A fim de que as emoções sejam mobilizadas em função de uma grande causa, projeta-se de forma idealizada um adversário que representa todos os obstáculos e atitudes adversas. “O caráter radical, universal, da emancipação requer uma oposição radical: fim de um antigo mundo e começo de um novo mundo. A injustiça e o direito não são injustiças particulares e direitos limitados, mas injustiça absoluta e direito absoluto” (BERTRAND, 1989, p. 27). Da mesma forma que se forja uma idealização positiva, que é a Identificação, concebe-se uma idealização negativa, qual seja, a Projeção.

A descrição desses processos subjetivos (Idealização, Identificação e Projeção) coloca em relevo a capacidade mobilizadora dos grandes objetivos históricos. No entanto, na emancipação, destaca-se, de acordo com Bertrand (1989, p. 28), o seu efeito subjetivo, que

consegue se articular no real precisamente através do simbólico, ou seja, aquilo não é apenas um *dizer*, uma elaboração do mundo em que se vive para conhecê-lo e dominá-lo, mas um *fazer* que *antecipa o gozo no plano imaginário* daquilo que pode ser esperado com uma realidade vindoura.

Estes processos articulam o homem com a sua realidade social, não somente por eles refletirem as contradições e sofrimentos promovidos pelas estruturas sociais, mas também por eles o mobilizarem para a ação social, uma vez que, de acordo com a autora, o ser humano busca constantemente um projeto onde investir a sua esperança. “A fé nos ideais é, portanto, uma forma de vida social; é o processo subjetivo pelo qual os homens se apropriam do mundo real e tentam imaginariamente resolver suas contradições” (BERTRAND, 1989, p. 32). Assim, o ideal pode ser visto como um “mito operante”, que mobiliza subjetivamente o

homem, engajando-o numa ação em curso, engrandecendo na imaginação a tarefa a ser cumprida.

Ao tratar dos efeitos subjetivos dos ideais, Bertrand indica a capacidade de o ser humano experimentar com antecedência, no nível simbólico, uma realidade esperada. Confirmando as proposições supracitadas, esta faculdade implica uma ação do homem sobre si mesmo, na medida em que ele projeta uma imagem de si engrandecida em função de uma realidade vindoura, mas também visualiza um ser engajado numa ação em curso, sustentada pelo desejo de auto-realização.

Ao visualizar os ideais, na sua capacidade de antecipar subjetivamente o futuro, podemos nos remeter às formulações de Schutz (1974) que, analisando as estruturas do pensamento de sentido comum, vislumbra a ação como sendo “a conduta humana concebida de antemão pelo ator, ou seja, uma conduta baseada num projeto preconcebido” (SCHUTZ, 1974, p. 49). Segundo este autor, o ser humano para realizar uma ação, projeta primeiramente esta ação realizada no futuro, ou seja, antecipa a conduta futura mediante a imaginação, vislumbrando a sua repercussão na realidade vindoura. Somente colocando-se imaginariamente no futuro, o ator poderá elaborar o projeto da sua ação, constituindo os passos necessários (ações parciais) para a sua adequada concretização.

Este processo acionista se apoia no pressuposto de que o ser humano, no momento da ação, acumula ao longo da sua história de vida uma grande variedade de tipicidades de ações e padrões de condutas subjetivamente internalizadas, servindo para ele de suporte para a projeção de ações similares no futuro. Trata-se de perceber que, apoiando-se nos modelos de ações similares depositadas no seu reservatório de experiências (mas também no reservatório social de experiências), o ator prevê com certa segurança os efeitos causados pela ação a ser desenvolvida. Neste sentido, podemos averiguar que a ação situa o ser humano não somente em relação com os seus contemporâneos (recorre aos padrões de ação socialmente legitimados), mas também numa fronteira entre o passado e o futuro. O passado está presente na medida em que o homem, ao viver em sociedade, incorpora ao seu conjunto de conhecimentos as tipicidades de ações e condutas desenvolvidas pelos seus antepassados, transmitidas por diversas vias (escola, convívio familiar, convívio com vizinhos, meios de comunicação, etc.). O futuro se apresenta à medida que estas tipicidades representam potencialidades de ações que repercutirão no seu futuro, ou seja, horizontes abertos de experiências similares antecipadas (SCHUTZ, 1974).

Diante disto, importa destacar a relevância da “situação biograficamente determinada” do ator. Com esta terminologia, Schutz (1974, p. 40) indica que o homem, em qualquer momento de sua vida diária, se encontra

em um meio físico e sociocultural que ele define e dentro do qual ocupa uma posição, não só em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de *status* e seu papel dentro do sistema social, mas também uma posição moral e ideológica.

A situação biograficamente determinada diz respeito às circunstâncias únicas de cada pessoa, uma vez que representa a sedimentação de todas as experiências vitais e o conjunto de todos os conhecimentos que determinam sua conduta, definem o objetivo de sua ação, os meios disponíveis para alcançá-lo, enfim, que o ajuda a orientar-se dentro de seu meio natural e sociocultural e relacionar-se com ele. Esta situação biográfica, que é condição necessária para a convivência social, promove também as possibilidades de ações práticas e teóricas futuras, à medida que as pessoas, diante de cada novo contexto, podem se situar e agir baseando-se nas experiências similares contidas nos seus reservatórios de conhecimentos à mão. Aqui também está inscrito o campo de significatividades constitutivo de cada história de vida, ou seja, o conjunto de aspectos da realidade que interessa a cada pessoa de maneira particular, fazendo-a mais singular em relação ao todo da sociedade.

As potencialidades e conhecimentos que integram a situação biograficamente determinada não são distribuídos igualmente por toda a sociedade. De fato, de acordo com Schutz, (1974, p. 45), “todo acervo de conhecimentos que um indivíduo tem à mão num momento qualquer de sua vida está estruturado em zonas de diversos graus de clareza, nitidez e precisão”. Há conhecimentos cujos níveis de profundidade variam de pessoa para pessoa. Se determinada pessoa possui conhecimento adquirido por mero trato direto com uma temática, outras pessoas portam um conhecimento muito mais profundo acerca da mesma temática e vice-versa. Estas diferenças no acesso ao conhecimento determinarão ações, condutas e atitudes em contextos diversos, influenciando o ator social na elaboração de suas estratégias para lidar com a realidade que o circunda.

As normas, condutas e atitudes típicas contribuem também para o conhecimento que formulamos sobre as pessoas, sobre as suas personalidades e identidades. De acordo com Schutz, nas relações intersubjetivas as pessoas manifestam somente parte de sua personalidade ao outro, que, por sua vez, busca complementá-la imaginariamente mediante os padrões, ou tipos de condutas e atitudes conhecidas. Quanto mais formal é uma relação,

menos conteúdo da personalidade é manifesto e mais se recorre aos padrões anônimos. Quanto mais próxima é a relação, mais se apreende a singularidade do outro, porém nunca ela será totalmente apreendida em sua situação biograficamente determinada (SCHUTZ, 1974). Infere-se, neste dinamismo, que as identidades pessoais são forjadas em contextos de relação intersubjetiva em meio a grupos específicos ou grupos de maior abrangência, como a sociedade. No interior destas organizações os padrões de condutas, valores e ações são reconhecidos e legitimados, tendo em vista os propósitos visados.

Neste processo de tipificação da personalidade do outro, segundo o autor, produz-se também a auto-tipificação. Na relação intersubjetiva, à medida que busco apreender o outro mediante as tipicidades de conduta disponíveis na sociedade, eu ajusto minha própria conduta a essas tipicidades para fazer-me compreender por ele. Para Schutz (1974, p. 48), “ao definir o papel do Outro, eu mesmo assumo um papel. Ao tipificar a conduta do Outro, estou tipificando minha própria conduta, que se inter-relaciona com a sua, transformando-me em passageiro, consumidor, contribuinte, leitor, etc.”.

Numa perspectiva antropológica, o consumo também exerce importante atuação na configuração das identidades e dos papéis sociais. Os estudos de Douglas e Isherwood (2009) constatarem que o consumo é um sistema de significação, que remete à dimensão simbólica do ser humano e cujas principais implicações, além de evidenciar e estabilizar categorias culturais, é dar sentido, construindo um universo inteligível. Partindo da lógica dos procedimentos etnográficos, estes autores destacam que o consumo se insere dentro de um sistema de relações sociais, promovendo a visibilidade e a estabilidade de categorias da cultura à medida que comunica significados sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que o consumo é duplamente inclusivo: não somente porque o consumo de bens remete a outros bens relacionados, mas também porque as identidades e as relações sociais são elaboradas amplamente a partir deles (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009).

Estes autores propõem a superação da ideia de que as mercadorias são usadas de forma irracional, buscando a mera satisfação de necessidades como comer, vestir e abrigar. Contemplando a capacidade de dar sentido, inerente aos bens, eles sugerem tratá-los “como meio não verbal para a faculdade humana de criar” (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009, p. 108). Assim, o consumo deixa de ser pensado como símbolo do individualismo e do isolamento e passa a ser visto como um meio através do qual o homem se projeta subjetivamente, e ainda como instrumento de comunicação com a sociedade, baseado em padrões socialmente ordenados. Neste sentido, o consumo obedece a um ritual subjacente às

relações sociais de forma que “o homem que ouve a música a sós compartilha um processo intensamente social e cultural” (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009, p. 115).

Arjun Appadurai (2008) confirma esta postura visualizando o consumo como um fenômeno “eminente social, relacional e ativo, em vez de privado, atômico ou passivo” (APPADURAI, 2008, p. 48). Este autor mostra, mediante numerosos estudos, que o consumo (demanda) não constitui mero reflexo da produção e da tecnologia, mas é resultado de complexas articulações sociais, culturais e políticas, de forma que o ato de consumir implica uma integração com todo o sistema social e econômico de uma sociedade. Para o autor, o desejo por bens não pode ser visto como algo sem fundamento ou separado da cultura e a demanda não constitui uma reação natural e mecânica à oferta de bens e à disponibilidade de dinheiro para gastar. Ao contrário, ele percebe “o consumo (e a demanda que o torna possível) como um ponto de convergência não apenas de *envio* de mensagens sociais (como propôs Douglas), mas, igualmente, de *recepção* destas mensagens” (APPADURAI, 2008, p. 48), ou seja, o consumo obedece às forças sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, pode configurar, dentro de certos limites, estas mesmas forças.

Appadurai constata este dinamismo, por exemplo, na Índia quando observa a demanda régia no século XVIII. Na perspectiva da sociedade indiana, a demanda régia envia mensagens, influenciando gostos e moldando a produção interna no seu campo específico. No entanto, a demanda real também representa, segundo Appadurai, uma força de recepção de mensagens, na medida em que se relaciona com os estilos e produtos europeus. Assim, os “gostos da elite, em geral, têm essa função de ‘torniquete’, fazendo seleções a partir de possibilidades exógenas e, então, fornecendo modelos, assim como controles políticos diretos, para os gostos e a produção interna” (APPADURAI, 2008, p. 49). Trata-se de ver o consumo de luxo como “registro” especial, ao qual são atribuídos aspectos como:

- 1) restrição, quer por preço ou por lei, a elite; 2) complexidade de aquisição, que pode ou não ser uma função de ‘escassez’ real; 3) virtuosidade semiótica, isto é, a capacidade de assinalar, com legitimidade, complexas mensagens sociais; 4) um conhecimento especializado como pré-requisito para serem usados ‘apropriadamente’, isto é, regulamentação pela moda; e 5) um alto grau de associação entre seu consumo e o corpo, a pessoa e a personalidade (APPADURAI, 2008, p. 57).

O autor frisa que estes aspectos do registro de luxo podem ser observados em “toda e qualquer mercadoria”, realçando “a complexidade das ligações entre os bens de luxo e mercadorias mais mundanas”. Isto pode ser visto, sobretudo, no processo de produção,

quando se notou na Europa moderna que os bens de produção primários estão vinculados a processos secundários e terciários de produção, como, por exemplo, a serraria produz madeiras essenciais para a produção de escrivatinhas sofisticadas. Com isto Appadurai explicita a relação entre a demanda e o consumo de artigos de luxo com a demanda e o consumo de mercadorias mais cotidianas e de alta rotatividade, simbolicamente menos carregados. Para este antropólogo, “a demanda não é nem reação mecânica à estrutura e ao nível de produção, nem uma ânsia natural insondável. É um complexo mecanismo social que intermedeia padrões da circulação de mercadorias de longo e curto prazo” (APPADURAI, 2008, p. 60).

Diante disto, pode-se remeter à relação entre o uso de objetos e o *status* dos seus usuários. Trata-se de superar a visão reflexionista, que preconiza que os objetos de valor refletem o alto *status* das pessoas que os usam. Ao contrário, na perspectiva cultural aqui adotada, postula-se que o uso de objetos de alta tecnologia é crucial para alteração na estrutura de *status* (Appadurai, 2008). Da mesma forma, o autor, ao estudar o sistema de troca *kula*, nas sociedades de Nova Guiné, visualiza as rotas e desvios da circulação de objetos de valor (braceletes e conchas), concluindo que, embora pareça que os homens definam os valores dos objetos ao longo de sua circulação, na verdade, sem estes objetos eles não podem definir seu próprio valor. “Quanto a isso, conchas e homens são agentes recíprocos na definição do valor de um e do outro” (WEINER, apud APPADURAI, 2008, p. 36).

Ao definir o *status* social das pessoas, o consumo indica o seu envolvimento no conjunto da sociedade (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009). Dessa forma, os padrões de consumo, à medida que mensuram a inserção social das pessoas, permitem também uma leitura acerca do fenômeno da pobreza:

A medida correta de pobreza, neste caso, não são as posses, mas o envolvimento social. Antes de centrarmos a atenção sobre se o pobre tem o suficiente para comer, devemos ocupar-nos dos seus laços com a sociedade moderna (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009, p. 35).

Embora a renda seja o meio privilegiado de se acessar ao sistema social, restringindo ou potencializando este acesso (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009), a leitura cultural do consumo pode sugerir iniciativas de combate à pobreza, na medida em que vislumbra o consumo de bens e serviços como indicadores da inserção das pessoas no sistema social. Desta forma, pode-se verificar certa afinidade com a noção de pobreza delineada pela abordagem das *basic needs*, que busca superar o critério da renda e vislumbrar a qualidade de

vida das pessoas tendo em vista o nível médio de uma sociedade determinada. A pobreza, nesse sentido, diz respeito à capacidade das pessoas de operarem no sistema social a que pertencem (ROCHA, 2003).

Destaca-se o consumo como dispositivo que permite as pessoas se integrarem na sociedade em que vivem, uma vez que não acessar ao consumo médio de uma sociedade (a pobreza) pode extrair pessoas da plena participação na vida da comunidade de que são membros (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009). O consumo, ao ser levado em conta, pode influenciar decisões e projetos de políticas públicas de combate à pobreza. Tendo em vista que vivemos em sociedades altamente monetizadas interessa averiguar se as políticas de transferência de renda permitem o acesso dos pobres ao consumo de bens e serviços necessários para uma razoável qualidade de vida possibilitando a articulação ao conjunto da sociedade.

Em um momento em que a questão da pobreza se torna ponto relevante na agenda pública nacional e internacional, importa levarmos em consideração as políticas sociais contemporâneas de combate à pobreza e o seu desempenho no intuito de garantir melhores condições de vida àqueles afetados pelas privações materiais e sociais. As formulações de Clóvis Zimmermann e Marina Silva (2009) destacam as políticas sociais como importante instrumento de proteção social e promoção da autonomia e independência dos indivíduos em relação ao mercado, na medida em que este, além de gerar desigualdade social, contribui para a concentração da riqueza nas mãos dos grandes capitalistas e promove o controle dos trabalhadores pelos patrões. No entanto, segundo os autores, a eficácia das políticas sociais dependerá da sua capacidade de realizar a desmercantilização¹⁴ das relações sociais.

Ao constatarem os efeitos da mercantilização¹⁵ nas relações sociais, que promovem a dependência dos trabalhadores em relação ao mercado de trabalho, Zimmermann e Silva (2009), ratificam o pensamento de Esping-Andersen (1990), destacando a importância de o Estado implementar políticas sociais que promovam a desmercantilização, ou seja, a possibilidade de cada cidadão decidir trabalhar, ou não trabalhar, quando assim julgar necessário, sem que isso coloque em risco a sua sobrevivência. Estes autores frisam que os Estados de Bem-Estar, ao criarem políticas de proteção social, podem ser classificados em fracos, médios e fortes quanto à capacidade de gerarem a desmercantilização (MARRIEN,

¹⁴ O conceito de “Desmercantilização” é configurado por Gosta Esping-Andersen: *The three worlds of welfare capitalism*, publicado em 1990.

¹⁵ A mercantilização das relações sociais se consolida com a emergência do capitalismo, tornando os produtores independentes trabalhadores assalariados sem propriedades, obrigando-os a vender sua força de trabalho no mercado para poderem sobreviver. Esta situação causa alienação e dificulta a mobilização dos trabalhadores com vistas a ações solidárias (ZIMMERMANN e SILVA, 2009).

Apud ZIMMERMANN E SILVA, 2009). Vislumbra-se, portanto, o grau de justiça social promovido pelas políticas sociais na medida em que estas podem colaborar com maior ou menor intensidade para a melhoria das condições materiais, para a cobertura de riscos e na qualidade de vida e bem-estar da população.

Estudando os efeitos dos programas de renda mínima, Zimmermann e Silva (2008) reconhecem que eles têm contribuído significativamente no combate à pobreza nos países em que foram implantados (Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Finlândia, Suécia, Países Baixos, Áustria, Bélgica, Irlanda, França, Espanha, Portugal, etc.). Além disso, estes autores visualizam também importantes efeitos na redução da desigualdade social. Para eles, quanto mais universais e generosos são os programas, mais eles corrigem a desigualdade. Trata-se de uma postura a favor de um Estado de Bem-Estar social capaz de garantir um mínimo de proteção social aos cidadãos, diante dos efeitos negativos do mercado. Assim, os autores confirmam que o Estado é mais “santo” do que o mercado à medida que esse promove a desigualdade social e a pobreza de grande número de famílias.

Os autores reconhecem a importância dos programas de renda mínima, visualizando também seus impactos positivos no cotidiano das pessoas e famílias carentes. Baseando-se em entrevistas com os beneficiários do Programa Bolsa Família em alguns municípios brasileiros, Zimmermann (2005, p. 63) destaca o sentimento de “ruptura com o passado, caracterizado pela agonia da falta de comida e pelas necessidades e problemas decorrentes dessa falta”. A melhoria alimentar e nutricional, segundo o autor, desemboca em consequências psicológicas e motivacionais, gerando “mais alegria e encanto pela vida”, além de disposição para enfrentar as necessidades e o trabalho do dia-a-dia. Trata-se, para muitos beneficiários, de galgar condições de vida um pouco mais dignas e humanas.

Mesmo diante desses fatores positivos promovidos pelos programas de transferência de renda para os mais pobres, Zimmermann e Silva explicitam suas ressalvas a respeito do Programa Bolsa Família. Para eles, este programa “deveria conceder benefícios bem mais generosos, extinguindo os rigorosos testes de meio de caráter vexatório de comprovação da pobreza e as demais condicionalidades” (ZIMMERMANN E SILVA, 2009, p. 5). Em outro estudo, Zimmermann (2006) questiona as bases sobre as quais está construído o PBF, confrontando-o com os Direitos Humanos. Entre outros aspectos, pode-se citar a incompatibilidade entre condicionalidades e direitos, a restrição à participação da sociedade civil de forma deliberativa, assim como a seletividade (não universalidade) do Programa. Dessa forma, embora reconhecendo a importância do Programa, o autor diz que ele segue uma tendência de inspiração neoliberal que desloca a responsabilidade social do Estado para

uma perspectiva filantrópica e de ajuda. O autor sugere, portanto, um maior esforço de aperfeiçoamento do Programa para que ele consiga, de fato, atingir a meta de erradicar a pobreza, distribuindo a riqueza disponível.

Pedro Hespanha colabora na nossa pesquisa remetendo-nos aos estudos sobre “as políticas de ativação social”, iniciativa do mundo europeu que goza atualmente de grande prestígio nas instituições governamentais na medida em que busca minimizar os efeitos do desemprego e da derrocada do Estado de Bem-Estar Social. São políticas sociais que visam à potencialização dos desempregados para ingressarem novamente no mercado laboral. Segundo Hespanha e Matos (2000, p. 90), trata-se de

novas políticas orientadas para manter os trabalhadores em atividade, quer promovendo a criação de novos empregos — sejam eles de que natureza forem — quer aumentando a empregabilidade dos desempregados, quer ainda atribuindo-lhes uma ocupação útil.

Os autores explicitam que estas políticas incidem diretamente no combate à exclusão social, fenômeno cada vez mais comum nos países europeus. As políticas de ativação se legitimam tanto pela sua capacidade de inclusão no mercado de trabalho quanto pela sua capacidade de inclusão no tecido social, através de atividades reconhecidas como socialmente úteis, e, portanto, aptas a erradicar e a prevenir novas situações de exclusão. Portanto, se de um lado, estas políticas estão baseadas no direito à inserção no mercado de trabalho, do outro lado, elas também se referem ao direito à vida digna.

Dessa forma, Pedro Hespanha nos disponibiliza a análise de um importante instrumento de integração social, levando-nos a considerar, analogicamente, a relevância do Programa Bolsa Família na medida em que esse insere os seus beneficiários nos sistemas de educação e saúde, além de oferecer, mediante os programas complementares, a possibilidade da profissionalização e, conseqüentemente, a inserção ou reinserção no mercado do trabalho.

O Programa Bolsa Família, para atingir as metas a que se propõe, não atua de forma isolada, mas em articulação com um aparato mais amplo de programas sociais, além de obedecer a condicionamentos históricos. Nesse sentido, convém explicitar o conjunto de programas articulados ao Programa Bolsa Família, que configuram o Programa Fome Zero. Para isso, faz-se necessário remeter-nos a alguns aspectos históricos, destacando o seu caráter processual.

2.2 Programa Fome Zero: um Processo em Construção

A pobreza, ao emergir como fenômeno relevante na agenda social e política das sociedades contemporâneas, motivou o surgimento de variadas formulações teóricas com o intuito de melhor compreender as questões concernentes, gerando, a partir daí, suportes técnicos para a elaboração de políticas sociais direcionadas ao seu equacionamento. A implementação dessas políticas de combate à pobreza (e de todas as políticas sociais), no entanto, não ocorre de forma passiva, mas constitui o resultado de um processo contínuo de negociações entre os diversos setores sociais envolvidos. De acordo com Pastorini (1997. p. 100),

para analisar todas e cada uma das políticas sociais devemos levar em consideração o processo de demanda, luta, negociação e outorgamento, seja ele implícito ou explícito, já que de todas as formas esses elementos estão presentes no processo de elaboração, definição e implementação das políticas sociais e, portanto, cada um desses momentos deve estar presente nos estudos a elas referidas.

Trata-se, portanto, de visualizar as políticas sociais como sínteses de processos, no decorrer dos quais atuam as diversas circunstâncias históricas e onde os diversos sujeitos se fazem protagonistas, definindo as orientações e determinações aplicadas. Nesse sentido, podemos vislumbrar os programas Fome Zero e Bolsa Família¹⁶, como sendo resultados de um processo histórico originado em um contexto social, político e econômico gerador de contradições, dialéticas, reivindicações, sonhos e esperanças e, onde há, ao mesmo tempo, perdas e ganhos para as várias partes envolvidas (o Estado, as elites sociais, os pobres, etc.).

Mesmo tendo sido lançado oficialmente em janeiro de 2003, podemos remontar a origem do Programa Fome Zero ao início da década de 1990. De acordo com Zimmermann (2005), o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), proposto pelo senador Eduardo Suplicy e aprovado pelo Senado Federal em 1991, constituiu uma das bases da adoção dos programas de combate à fome e à pobreza em diversos municípios brasileiros. Para este autor,

o Projeto do Senador Suplicy motivou a publicação de vários artigos na grande imprensa e provocou intensos debates, dividindo opiniões, resultando em adesões e divergências. Esse Projeto acabou por abrir caminhos inovadores e criativos ao enfrentamento da fome e pobreza no plano local (ZIMMERMANN, 2005, p. 18).

¹⁶ O Programa Bolsa Família integra um dos eixos articuladores do Programa Fome Zero (Brasil, 2011a).

Ao observar, no Brasil, a gravidade do problema da pobreza na década de 1990, pode-se compreender, em parte, a emergência deste debate e as iniciativas tomadas nesta época. Sonia Rocha (2003) destaca que a evolução da pobreza no início dessa década segue a tendência verificada no final do decênio anterior, que foi tumultuado por frustradas tentativas de estabilização da economia. Na década de 1980, os múltiplos planos de combate à inflação fracassaram, criando, cada vez mais, turbulências macroeconômicas que contribuíram, junto com a inflação, para desestimular o investimento e desorganizar a produção (Rocha, 2003). Diante desse cenário de crise recessiva, o índice de pobreza¹⁷ flutuou, até 1993, em elevados patamares, atingindo percentuais em torno de 44% da população brasileira. Isto representa, do ponto de vista do rendimento, mais de 62,5 milhões de indivíduos pobres.

Embora os números da pobreza tenham sofrido alterações no decorrer da década de 1990, os índices demonstravam a gravidade e a extensão desta questão. Ademais, podem-se identificar algumas características estruturais do fenômeno neste período. Segundo a autora, percebe-se um forte componente regional, uma vez que o aumento da incidência ocorre nas regiões do Norte e Nordeste, enquanto diminui em direção ao Sul. O Nordeste constitui a região mais pobre do Brasil, não somente em função de os indicadores de insuficiência se mostrarem mais adversos, mas também quando se leva em consideração o contingente de pessoas que vivem nessa situação. Destaca-se também a pobreza nas grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, caracterizando um fenômeno essencialmente metropolitano. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao alcance da pobreza nas áreas rurais, levando a que a maior proporção de pobres se encontre nessas regiões (40%), embora os pobres urbanos sejam largamente a maioria, correspondendo a 78% dos pobres brasileiros em 1999.

Impactada por esta realidade, a sociedade brasileira tenta encontrar alternativas para além das instituições oficiais do governo. Em 10 de dezembro de 1990, o Arcebispo de Olinda (PE), Dom Hélder Câmara, lança oficialmente a Campanha Ano 2000 Sem Miséria, visando a mobilizar o conjunto da sociedade para celebrar a passagem do Terceiro Milênio, erradicando a fome e a miséria no país. Tratava-se de colocar em movimento o ideal fraterno, estimulado pelo sentimento de solidariedade humana projetando

chegar ao ano 2000 sem que nenhuma criatura humana tenha que envergonhar-se de ver um semelhante, irmão ou irmã, vivendo em situação degradante, onde o mínimo essencial lhe falta para levar uma vida humana digna e honrada (CÂMARA, 1990, p. 1).

¹⁷ A linha de pobreza aqui representa um rendimento familiar *per capita* entre $\frac{1}{4}$ e dois salários mínimos.

Esta Campanha, que pretendia enraizar-se nas iniciativas mais próximas de cada pessoa, grupo ou comunidade, baseava-se na convicção de que “não adianta esperar que os governos resolvam os problemas dessa imensa população marginalizada” (CÂMARA, 1990, 1) e convocava a todos os setores da sociedade (governos municipais, estaduais e federal, igrejas, movimentos religiosos ou leigos, associações) a se engajarem neste ideal de erradicação da miséria. Dom Helder costumava fazer a distinção entre a pobreza e a miséria: "na pobreza, o indivíduo tem o indispensável para viver, mas na miséria, nem o indispensável existe", dizia. Para o religioso, ao identificar situações de miséria, cabe à pessoa, sozinha ou em grupo, tentar reverter o quadro, ajudando como pode (Arcebispo, 1999). Iniciada por uma simples “ideia sentimento”, a campanha atraiu primeiramente um grupo de amigos mais próximos do Arcebispo. Depois conseguiu a adesão da imprensa e se transformou num “movimento” mais amplo. Por todas as cidades e estados onde passava, o bispo convidava as pessoas a se engajarem nesta meta otimista e transformadora (Jornal Opinião, 1990¹⁸). A organização da campanha era simples e consistia em dividir os grupos locais criados segundo as necessidades, além de constituir uma coordenação geral.

Com esta campanha, o tema da miséria ganhou visibilidade, passando a ser tratado de frente pela sociedade brasileira. Entre as ações de reconhecido êxito estão o Projeto Criança e Vida, que mostrou resultados surpreendentes no bairro de Tabatinga, em Camaragibe (PE), reduzindo a mortalidade infantil. A campanha também incentivou a formação de grupos de estudos, de pesquisas informais e a realização de fóruns mais amplos ou específicos, com vistas à abertura de novos canais para criação e divulgação de ideias. Nesta perspectiva, se realizou em março de 1996, em Recife, o Seminário Internacional sobre Pobreza Urbana, almejando discutir estratégias integradas para combater a miséria (JC Online, 1999). As propostas oriundas deste seminário integraram a Declaração de Recife, que por sua vez foi apresentada na II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em julho deste mesmo ano, em Istambul, na Turquia. Dom Helder esteve presente, em 1994, na instalação do Conselho Nacional Contra a Fome, em Brasília, onde prestou seu apoio a Betinho e à Ação da Cidadania, que mobiliza inúmeras instituições em todo o Brasil.

Seguindo este ímpeto de solidariedade, o Movimento pela Ética na Política (MEP)¹⁹ deflagrou, em março de 1993, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

¹⁸ Jornal Opinião, 5 de março de 1990, acesso no Instituto Dom Helder (Recife-PE), em 20 de setembro de 2011.

¹⁹ MEP: criado em 1992, este movimento tornou-se conhecido pelo poder de mobilização que teve para o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (GIUMBELLI, 1994).

(ACCMV), tendo Herbert de Souza (Betinho) como figura emblemática²⁰. Descrevendo este Movimento, Gohn (2008 p. 148) frisa que,

partindo de ações clássicas da filantropia, que é a distribuição de alimentos em cestas básicas, o movimento, de caráter suprapartidário procurou sensibilizar diferentes camadas e setores sociais para a necessidade de se fazer alguma coisa no país de modo a minorar as condições de sofrimento por que passa a grande maioria do povo brasileiro.

Neste movimento, que angariou grande adesão em todos os setores da sociedade, podem-se visualizar alguns aspectos que merecem ser destacados.

●Apelo à solidariedade:

Visibilizar a situação de indigência vivida por milhares de pessoas em um país que se encontrava entre as dez maiores potências mundiais representou uma maneira de mobilizar a sociedade brasileira emocional e eticamente. Os dados do “Mapa da Fome”, publicado no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA/1993), foram os números mais divulgados naquele ano: “trinta e dois milhões de pessoas vivem na miséria”. Segundo Giumbelli (1994, p. 33), “nos jornais, na televisão, nas salas de aula (sem falar das instâncias da própria Ação da Cidadania), não há quem não os tenha escutado em alguma oportunidade como a medida da fome no Brasil”. De acordo com este autor, este número passou a ter um significado simbólico. Se até então a miséria indicava a situação monetária de um indivíduo, a partir desta divulgação estas pessoas foram definidas como indigentes. Tratava-se de pessoas que não se alimentavam do suficiente para suprir suas necessidades nutricionais. Passa a existir uma linha nítida entre os indigentes e os não indigentes e a condição dos primeiros dizia respeito a um drama humano – a fome.

Abordando este drama, a Campanha remetia às questões históricas (escravidão, exploração, desigualdade social, etc.) que produziram a miséria e que ainda a estavam sustentando naquele momento. Com isso destacava que a sociedade, da mesma forma que construiu a fome, poderia erradicá-la, dependendo do engajamento de todos. Ademais, a Campanha, através do “Mapa da Fome”, portava um significado moral, na medida em que

²⁰ Nesta época, o Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores apresenta ao presidente da República Itamar Franco, uma “Política Nacional de Segurança Alimentar”, onde eram sugeridas estratégias de combate à miséria, coordenadas por um órgão Interministerial ligado diretamente à Presidência da República. O governo encampa a proposta e convida Betinho para coordenar a elaboração de um programa de combate à fome. Este, por sua vez, envolve nas discussões o Bispo de Duque de Caxias (RJ), Dom Mauro Morelli (GIUMBELLI, 1994).

denunciava que a sociedade se havia acostumado a conviver diariamente com o “exílio” e o “genocídio” provocado por esta situação. Este apelo moral envolvia a todos, não somente chamando a atenção em relação ao aumento da violência nas cidades, mas também mostrando que o que estava em jogo era a dignidade de todos como pátria e como povo. Nesse sentido, a erradicação da fome era considerada uma obrigação ética de cada um e de todos (Giumbelli, 1994). Para Plasencia (2001, p. 27),

o convite se dirige a todos. Constituindo um apelo para que cada um assuma o compromisso radical de transformar a questão da fome e da miséria numa questão própria, num problema a ser resolvido por todos, solidariamente e de forma concreta.

Na Campanha contra a Fome, a solidariedade ganha um novo sentido para além da caridade individual e devocional, remetendo a um horizonte mais amplo, em que cada pessoa, orientada pelo sentimento de compaixão pelo outro, assume a responsabilidade de transformar as estruturas injustas (PLASENCIA, 2001).

- Articulação entre Estado e Sociedade Civil:

A Campanha contra a Fome se desenvolveu propondo uma relação de “parceria” entre Estado e Sociedade Civil. Para Giumbelli (1994), esta relação indicava a união de esforços entre o poder público e as iniciativas da sociedade civil, objetivando erradicar a fome no Brasil. Com efeito, em níveis locais e estaduais, ocorreram inúmeros eventos em nome da Campanha, envolvendo comitês e órgãos do poder público. No entanto, o autor frisa que havia uma preocupação de manter a autonomia da Ação da Cidadania em relação ao órgão governamental, estabelecendo uma esfera própria à Campanha. Assim, “ao lado da constituição de um espaço de encontro e de cooperação a partir do compromisso em torno do mesmo objetivo, era mantida e reafirmada uma distinção básica entre os domínios da sociedade civil e do Estado” (GIUMBELLI, 1994, p. 42).

Nesta concepção, a Ação da Cidadania, enquanto autônoma e pertencente à sociedade civil, exercia também o papel de vigiar o aparato estatal. Segundo esta perspectiva, a sociedade civil, enquanto autônoma e soberana, indicava, através da organização e do recurso da pressão política, os rumos que o Estado deve tomar. Ademais, a Campanha, ao direcionar seu apelo às consciências individuais, também estimulava a expansão das articulações entre os

diversos atores sociais dentro da sociedade civil, colaborando para a expansão de suas fronteiras e legitimando ações e alianças inusitadas (GIUMBELLI, 1994).

Esta articulação entre Estado e Sociedade Civil desenvolvida na Campanha contra a Fome, desencadeou na criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)²¹, através do Decreto Presidencial nº 807, de abril de 1993. Tratava-se de um órgão consultivo ligado à Presidência da República, que era presidido por Dom Mauro Morelli e composto ainda por 7 ministros e 21 representantes da sociedade civil, 19 dos quais foram indicados pelo Movimento pela Ética da Política. O seu papel seria o de promover e coordenar a articulação de setores governamentais e não-governamentais em torno de ações de combate à fome em todo o país, propondo-se, para tanto, a estimular a criação de comitês associados à Ação da Cidadania (GIUMBELLI, 1994).

- As questões do Emergencial e do Estrutural:

A Campanha contra a Fome foi ocasião privilegiada para se discutirem os conceitos de ações emergenciais e ações estruturais. Segundo Giumbelli, muitas posições foram explicitadas ao longo deste debate. Geralmente as ações emergenciais eram vistas como sendo ações que podiam ser concretizadas de forma autônoma pela sociedade civil e até em parcerias com o poder público local, como por exemplo, a distribuição de alimentos, enquanto as ações estruturais eram aquelas ações em que se recorreria ao poder do Estado, de forma que ele assumisse a sua responsabilidade na promoção e defesa da cidadania. Também aqui se remete ao questionamento dos processos que promoviam a exclusão social na sociedade brasileira.

Outra postura presente na Ação da Cidadania tendia a enxergar o emergencial e o estrutural como sendo duas dimensões que se articulam mutuamente. Giumbelli, fazendo referência às concepções de Betinho, diz que atuar no emergencial sem considerar o estrutural é contribuir para perpetuar a miséria, mas propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar o cinismo de curto prazo em nome da filantropia de longo prazo. Esta discussão, ao ser posta ao longo da Campanha contra a Fome, implicava abrir espaço para se pensar como é possível atuar no primeiro nível, dando, ao mesmo tempo, conta do outro, e vice-versa.

Levando em consideração esta estreita relação entre o emergencial e o estrutural, pode-se dizer que a intervenção da Campanha contra a Fome não pode ser vista simplesmente

²¹ O CONSEA foi extinto em 1995, dando lugar aos projetos sociais da Comunidade Solidária.

como ações emergenciais ou assistencialistas, mas havia uma preocupação de exercer uma repercussão na dimensão estrutural, de forma que se podia dizer que “qualquer ação, por menor que seja, faz uma grande diferença” (GIUMBELLI, 1994, p. 47). Esta preocupação com a dimensão estrutural se explicitou com mais nitidez no primeiro período da Campanha (1993-1995), quando, ao lado das iniciativas de distribuição de alimentos, se buscou estimular o aumento do número de empregos e as propostas de geração de renda, além de enfatizar as questões que envolvem a temática da reforma agrária.

Diante destas duas iniciativas protagonizadas pela sociedade civil (Ano 2000 Sem Miséria e ACCMV), remontamos às formulações de Doimo (1995), que analisa a emergência dos “novos movimentos sociais”²² no pós-70, ocorrida no mundo capitalista. Trata-se de manifestações da sociedade civil, marcadas pela “lógica consensual-solidarística, própria para gerar estados de mobilização e recursos de pressão” (DOIMO, 1995, p. 59), num contexto em que ganha destaque a participação fora das instâncias convencionais de comunicabilidade política. Subjacente a estas iniciativas postula-se uma desconfiança em relação às instâncias oficiais de representação política, dando margem a uma discussão em torno da polarização autonomia-institucionalização e potencializando as ações-diretas da própria sociedade civil na busca de responder aos desafios sociais apresentados. De fato, para a mencionada autora, “a marca comum desses novos impulsos participativos encontram-se, na verdade, na ação-direta” (DOIMO, 1995, p. 50).

Seguindo o pensamento de Doimo, pode-se dizer também que estas novas experiências participativas contemporâneas, de caráter diverso, fragmentário e localizado, são próprias do fenômeno da socialização da política, em que se percebe um duplo movimento:

por um lado, interesses e questões que antes pertenciam exclusivamente ao domínio privado das relações, referidos portanto ao mundo doméstico ou ao mercado, como o lixo caseiro, o cuidado com os filhos, a questão salarial, a fixação de preços, etc. acabam migrando para a esfera pública à espera de regulamentação; por outro lado, questões abrangentes como políticas estratégicas de seguridade nacional ou medidas de política econômica, antes pertencentes somente à esfera pública, há muito passam a atravessar o cotidiano do cidadão comum (DOIMO, 1995, p. 55).

Doimo, no entanto, identifica a evolução de grupos de ação-direta, que superaram sua característica volátil, ganhando fôlego e passando a marcar presença no espaço público na

²² Novos movimentos sociais – categoria europeia, cunhada por intelectuais europeus para dar conta daquele perfil de condutas coletivas e de conexões ativas entre diversos agenciamentos que, nos anos pós-70, passaram a girar em torno da crise do padrão assistencial-previdenciário do *welfare state* e das transformações da sociedade industrial (DOIMO, 1995).

medida em que constituíram redes sociais e criaram “energias sociopolíticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política” (DOIMO, 1995, p. 66). No Brasil, estas redes sociais constituíram o Movimento Popular, que desenharam, entre os anos 1970-1990, um expressivo campo ético-político à base de movimentos reivindicativos de ação-direta, mediante apoio de significativos setores da Igreja Católica, do ecumenismo, de segmentos da academia e agrupamentos de esquerda, estes quase sempre inseridos nas chamadas ONGs, organizações não-governamentais (DOIMO, 1995).

Neste contexto situamos as iniciativas descritas acima - Campanha 2000 Sem Miséria e ACCMV - que, lançando mão de ações-diretas sobre o sistema de decisões, atuaram para além das reivindicações locais e pontuais, influenciando nos padrões de convivência política. Estas iniciativas colocadas em prática no início da década de 1990, tentando responder às contradições sociais expressas nos altos níveis de pobreza vividos por grandes contingentes populacionais, vislumbram um período de aprendizado para toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, Plasencia destaca o caráter educativo da ACCMV. Para esta autora, o Movimento da Ação da Cidadania

constituiu-se num espaço que favoreceu o processo educativo na e para a cidadania a partir da ação. Este é o lugar privilegiado para educar na cidadania. É no processo de luta, no interior da prática social, no acúmulo de experiências construídas que se aprende a ser cidadão (PLASENCIA, 2001, p. 106).

Neste trecho a autora frisa a força educativa da ACCMV, que rebateu, sobretudo, na vivência cidadã daqueles que tomaram parte do movimento, mas não deixa de sugerir também uma repercussão pedagógica no conjunto da sociedade, que direta ou indiretamente foi mobilizada neste momento histórico em que as preocupações e esforços do Estado e da sociedade civil se centraram em responder o problema da fome no Brasil²³.

O teor pedagógico da ACCMV nos remete às formulações de Alfred Schutz (1974), que, em seus estudos sobre a constituição do pensamento comum, nos sugere que todos os projetos de ação são baseados em padrões típicos de experiências similares vividas

²³ “Tendo como principal meio de disseminação a formação de comitês, a Ação da Cidadania, com seus apelos e questões, em muito pouco tempo, passou a circular por outros canais e atingiu uma amplitude que ninguém podia imaginar. A popularidade da figura do ‘Betinho’, a recorrência com que ouvíamos o número dos ‘32 milhões de indigentes’, o aparecimento quase diário de notícias nos jornais, os filmes publicitários que todos puderam assistir nas TVs, o número incontável de eventos para os quais o quilo de alimento servia de ingresso, a possibilidade de o assunto surgir numa roda de amigos – são alguns exemplos de formas através das quais a ‘Campanha contra a Fome’ invadiu o cotidiano de boa parte da população brasileira” (GIUMBELLI, 1994, p. 29).

anteriormente, servindo para a elaboração de planos de intervenção na realidade presente. Com efeito, em programas sociais implementados posteriormente, como o Programa Fome Zero, percebemos elementos que indicam certa continuidade em relação à experiência da Campanha contra a Fome. O aprendizado adquirido nesta Campanha construiu bases teóricas e práticas necessárias para a elaboração de projetos de ação e políticas sociais posteriores. Plasencia frisa que a Campanha (sobretudo no período entre 1993-1995) e as iniciativas nela adotadas desembocaram em mudanças de mentalidade e em alterações nas formas de agir das pessoas nelas envolvidas. A autora ratifica, destacando que, embora não sendo inovadoras, essas alterações eram, até então, “pouco usuais” (PLASENCIA, 2001).

Visualizando esta relação entre as mencionadas campanhas desenvolvidas ao longo da década de 1990 e a implementação do Programa Fome Zero, nos alinhamos ao pensamento de Pastorini (2004), que estudando a “nova questão social”, ressalta a processualidade da realidade social. Neste estudo, a autora rechaça as interpretações históricas fechadas, que levam a pensar em períodos cronológicos rigidamente fixados em que existe uma sucessão de acontecimentos históricos, onde cada momento é visto como superação do anterior. Ao contrário, Pastorini nos propõe uma visão dialética do tempo e da realidade social em que se percebe uma inter-relação entre o passado, o presente e o futuro. Dentro de um horizonte amplo e realista, importa superar os dualismos antes/agora, passado/presente, antigo/novo e entender o desenvolvimento histórico como um processo contraditório e não-linear. Por isso, segundo a autora,

entendemos que além da novidade é imprescindível conhecer aqueles traços que permanecem no percurso do devir histórico; ou seja, trata-se de desvendar de que forma o passado está presente, mas ao mesmo tempo, projetado para o futuro aberto (PASTORINI, 2004, p. 47).

Seguindo esta perspectiva, Pastorini nos apresenta uma concepção de políticas sociais, cuja elaboração e implementação dependem das negociações entre os diversos atores sociais interessados, remontando a uma dinâmica processual que implica “demanda-luta-negociação-outorgamento”. Este processo abrange os elementos marxistas das lutas de classes, onde os sujeitos concretos se fazem protagonistas, e da totalidade, pela qual se visualiza um horizonte amplo, onde têm lugar as questões políticas, sociais e econômicas.

Pastorini (1997, p. 96) também prevê que esse processo comporta “uma relação onde todos os sujeitos em luta implicados nessa negociação concedem e conquistam ao mesmo tempo”. Nesse sentido, a autora frisa que

embora seja verdade que o Estado “concede” e que as classes subalternas “conquistem”, essa verdade é relativa enquanto não pensarmos conjuntamente esse processo pelo avesso, analisando de que forma, e em que medida, existem ganhos e perdas naqueles sujeitos implicados nesta complexa relação (PASTORINI, 1997, p. 96).

Para essa autora, a negociação que definirá as políticas sociais caracteriza-se por um dinamismo que implica uma constante interação dos setores entre si e com os novos contextos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, percebemos o Programa Fome Zero como a síntese de um processo de negociação de longo prazo, cujas iniciativas procederam das experiências e conhecimentos produzidos por iniciativas, tais como a Campanha contra a Fome, assim como de outras atividades que contribuíram para a formação do acervo de conhecimentos e estratégias de combate à pobreza socialmente legitimadas. O Programa Fome Zero, embora não possa ser considerado resultado direto e exclusivo da Campanha contra a Fome, encontra neste movimento um espaço onde ganharam visibilidade alguns de seus principais aportes teóricos e práticos.

De fato, segundo Coggiola, este Programa constitui uma iniciativa impulsionada pelo ideal de erradicar a fome e a miséria no Brasil, que ganhou agenda nacional no início dos anos 1990, tendo especial influência da campanha nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (COGGIOLA, 200-). No entanto, a proposta fora apresentada de forma mais definida à sociedade somente em 2001, pelo Instituto Cidadania²⁴, sendo implementada pelo Governo Federal em fevereiro de 2003, visando assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos.

A partir de uma postura mais analítica, Peliano (2010) aborda a evolução das políticas de combate à fome no Brasil, atribuindo à ACCMV várias contribuições que tornaram a sociedade brasileira mais democrática e justa. Entre essas contribuições destaca-se a politização do problema da fome. Este fenômeno promoveu a mobilização do governo na busca de soluções para o flagelo da fome em todo o país. Com efeito, segundo Zemmermann (2006), nessa época se começa a produzir uma política nacional de segurança alimentar. Sob

²⁴ **Instituto Cidadania:** organização não-governamental criada em 1990 por Luiz Inácio Lula da Silva, acadêmicos, sindicalistas e participantes de movimentos sociais para atuar na elaboração de projetos e políticas públicas para o fortalecimento do Brasil (<http://www.icidadania.org/>).

esta perspectiva pode-se visualizar as propostas do candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, que, depois de eleito, em 2003, convocou toda a sociedade brasileira a realizar um grande mutirão nacional contra a fome e implementou oficialmente o Programa Fome Zero (SILVA, 2003). Para tal propósito, Lula criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que tinha como meta principal formular e coordenar a implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, objetivando garantir o direito humano à alimentação em todo o país. Este Ministério foi substituído, em janeiro de 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Ensejando assegurar o direito à alimentação de todos os brasileiros, o Programa Fome Zero atua nos âmbitos Emergenciais e Estruturais, reportando-se ao debate realizado ao longo da Campanha contra a Fome (ACCMV), na década de 1990. Para Plaseñcia, nos primeiros anos da Campanha, essa discussão era orientada pela pergunta: “em que medida o movimento atinge não só o emergencial, mas mobiliza processos de mudança estrutural visando à transformação da sociedade?” (PLASENCIA, 2001, p. 93). As ações do movimento articulavam estas duas dimensões, de forma que os membros da Campanha afirmavam que a mudança estrutural não era uma questão só das instâncias políticas estabelecidas, mas era fundamentalmente responsabilidade de cada cidadão no seu agir cotidiano e comprometido com a realidade a partir de suas possibilidades (PLASENCIA, 2001).

Esta dialética entre os dois âmbitos (estrutural e emergencial) foi assumida pelo Programa Fome Zero à medida que nele se desenha iniciativas nos níveis estruturais e específicos. No primeiro nível esse programa busca enfrentar as condições socioeconômicas que expõem as famílias às situações de vulnerabilidade. No segundo nível encontram-se as ações específicas de segurança alimentar. Estas ações perpassam os quatro eixos que integram o programa: Eixo 1- Acesso aos alimentos; Eixo 2- fortalecimento da agricultura familiar; Eixo 3- geração de renda; e Eixo 4- Articulação, mobilização e controle social. As ações estruturais são contempladas não somente na interface com o programa de transferência de renda, Bolsa Família, com os serviços públicos de Educação e Saúde, mas também mediante os programas de Apoio à Agricultura Familiar e os programas de Geração de Renda, que abrangem a qualificação social e profissional, estimulam a Economia solidária e a inclusão produtiva, promove o Consócio de segurança alimentar e desenvolvimento local, impulsiona a Organização produtiva de comunidades, o Desenvolvimento de cooperativas e o Microcrédito produtivo (Brasil, 2011a).

O Programa Fome Zero também é caracterizado pela sua atuação no âmbito local, ensejando articulações com os municípios ou regiões²⁵, considerando suas especificidades. Reconhece-se a diversidade regional e econômica do Brasil e a importância de se levar em conta a especificidade de cada realidade local na solução de seus problemas e desafios. Trata-se de um tema estreitamente vinculado ao funcionamento da Campanha contra a Fome, uma vez que essa se apoiava na criação de comitês locais, espalhados nos diversos municípios do país. A relevância dessas unidades na Campanha é expressa por Giumbelli, que retomando as palavras de Betinho referindo-se aos comitês, frisa: “se o Brasil for capaz de criar milhares desses comitês em todas as cidades, o Brasil vai mudar de rumo, o Brasil vai ser outro” (BETINHO, apud GIUMBELLI, 1994, p. 38).

Nesta relação com as instâncias locais, o Programa Fome Zero conta de forma estratégica com os municípios no diagnóstico dos problemas e na elaboração de soluções eficientes. Nesse sentido, se aposta na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e à produção para o autoconsumo, assim como em iniciativas de estímulo à criação de Bancos de Alimentos, formação de parcerias com varejistas e outras ações que levam em consideração os contextos e as potencialidades locais.

Destaca-se também no Programa Fome Zero a articulação entre o Estado e a Sociedade Civil. Como visto acima, essa constitui uma das mais emblemáticas questões tratadas na ACCMV, que atribuía ao termo “parceria” especial conotação. Chamou a atenção na Campanha não somente a “ação conjunta” realizada entre o Estado e os diversos setores da sociedade civil na implementação de iniciativas objetivando a erradicação da fome, mas também as formas criativas de articulação entre as pessoas e organizações no interior da sociedade. Para destacar a importância deste aspecto na Campanha contra a Fome, Plasencia, recorre aos estudos de Gonh (1997), que vislumbra a criação do CONSEA, como sendo “uma parceria inédita na história do Brasil, porque, pela primeira vez, essa prioridade foi definida e assumida por um governo e a Ação da Cidadania conseguiu intervir nas políticas públicas elaboradas neste período” (GOHN apud PLANSENCIA, 2001, p. 95).

No Programa Fome Zero a articulação entre o Estado e a Sociedade Civil é contemplada no eixo que diz respeito à Articulação, Mobilização e Controle Social, propondo estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional. Entre os dispositivos

²⁵A organização local do Programa Fome Zero nos remete ao seu caráter descentralizado. A descentralização, segundo assinala Melo, é percebida tanto em nível governamental, a partir da articulação interministerial e da articulação entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), quanto em nível social, mediante a formação de Conselhos de Segurança Alimentar nas três esferas de governo (MELO, 2004).

voltados para a realização e consolidação dessas parcerias, destacam-se os Mutirões e Doações, as Parcerias com Empresas e Entidades, além dos Conselhos Sociais e dos Conselhos da Área Social. Os Mutirões e Doações dizem respeito a um grande movimento nacional de solidariedade voltado para aqueles que sofrem a cada dia com a falta de alimentos e não podem esperar pelos resultados de mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais. Existem muitas formas de fazer doações, seja em dinheiro, alimentos, seja em parcerias; As Parcerias com Empresas e Entidades vislumbram projetos executados pelos parceiros do Programa Fome Zero, que servem de apoio às políticas sociais do Governo Federal. Os Conselhos Sociais e os Conselhos da Área Social se referem à participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações do Fome Zero. Os órgãos de controle social dos programas que integram o Fome Zero são alinhados à realidade das instâncias no âmbito local (Conselhos Sociais existentes, Comitês Gestores).

Destaca-se também a recriação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), em janeiro de 2003, visando a ser um instrumento de articulação entre o governo e a sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. O Conselho tem caráter consultivo e assessoria a Presidência da República na formulação de políticas e na definição de orientações no sentido de garantir o direito humano à alimentação. O CONSEA acompanha e propõe programas, como o Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, entre outros. A atual gestão do Conselho é formada por 57 conselheiros (38 representantes da sociedade civil e 19 ministros de Estado e representantes do Governo Federal), além de 28 observadores convidados. A sociedade civil preside o órgão mediante um representante (Brasil, 2011a).

Nesta exposição visualizamos a constituição do Programa Fome Zero a partir de alguns elementos que se destacaram na Campanha contra a Fome, desencadeada em 1993, ensejando responder aos altos índices de miséria constatados neste período. Trata-se de vislumbrar este programa social como um processo de demanda-luta-negociação-outorgamento, que se desenvolve ao longo da história, levando em consideração os contextos sociais, políticos e econômicos envolvidos (PASTORINI, 1997). Conceber as políticas sociais sob a perspectiva de um processo implica destacar sua inerente instabilidade, uma vez que as forças sociais que agem sobre estas políticas estão num constante processo de luta e negociação, exercendo influências nas suas configurações. Para visualizar esta instabilidade no Programa Fome Zero, importa destacar alguns aspectos significativos que ocorreram a partir da sua implementação.

Um dos eventos que explicita o processo contínuo de configuração e reconfiguração do Programa Fome Zero diz respeito à unificação dos diversos programas de transferência de renda do governo federal, formando o PBF. Pouco tempo depois de implementado o Programa Fome Zero, ficou claro que para ser administrativamente viável chegar a todos aqueles que precisam, vários programas de proteção social deveriam ser convertidos em um único programa de transferência de renda (MACMILLAN, 2010). Segundo Zimmermann, essa união teve como objetivo

aumentar a qualidade dos gastos públicos, a partir de uma gestão coordenada e integrada, de forma intersetorial. Através da Bolsa família pretendeu-se abranger o conjunto de necessidades e carências básicas das famílias pobres, aumentando a eficiência nos gastos públicos (2005, p. 43).

Além desta alteração, importa ressaltar o papel atribuído às políticas estruturais, consideradas de grande relevância para os objetivos previstos pelo Programa. Já nos primeiros anos de funcionamento do Programa Fome Zero, Zimmermann (2005) realiza uma avaliação em vários municípios da região nordeste do Brasil, reconhecendo o seu impacto positivo em vários aspectos das vidas dos beneficiários, mas chama a atenção para a inexistência, em alguns municípios, de uma articulação entre o programa de transferência de renda e as ações estruturais, podendo acarretar a setorialização e a fragmentação das políticas públicas. Nesta ocasião, o autor ainda destaca que havia municípios em que, após a implantação do programa de transferência de renda, outras ações de caráter estruturante ainda não tinham sido adotadas. Nesse sentido, ele recomendava que o governo ampliasse as políticas estruturais, para evitar que o Programa Fome Zero se desenvolvesse num viés assistencialista, paliativo e compensatório (ZIMMERMANN, 2005).

Finalmente, convém destacar a relevância assumida pelo programa de transferência de renda dentro do conjunto de iniciativas que compõem o Programa Fome Zero. Esta prevalência é ressaltada a partir da unificação de quatro programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação), constituindo, assim, o Programa Bolsa Família. Estudando a evolução das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil, Peliano (2010, p. 39) destaca que

de todos os programas governamentais abrangidos pelo Fome Zero, sem dúvida, o que dominou a cena foi o Bolsa Família que unificou, aprimorou e ampliou os diversos programas de transferência de renda, até então dispersos em vários Ministérios.

A importância atribuída ao Programa Bolsa Família, no entanto, despertou muitas críticas aos rumos que o Programa Fome Zero estava tomando. Mesmo reconhecendo o impacto positivo do PBF nas condições de vida de milhares de famílias que viviam na miséria, Betto (2009) assegura que a ascensão do Programa Bolsa Família ocorreu em detrimento do Programa Fome Zero. Para este autor, “aqueles que, dentro do governo, operaram a morte do Fome Zero em troca do Bolsa-Família trocaram um projeto de nação por um projeto de poder” (BETTO, 2009). Retificando esta assertiva, o autor frisa que o Programa Fome Zero era mais abrangente e possuía caráter emancipatório, enquanto o Programa Bolsa Família possui caráter compensatório. A vantagem do Programa Fome Zero, segundo o mesmo autor, estava no fato de que se vislumbrava um conjunto de políticas públicas (alfabetização, recursos hídricos, cooperativismo, capacitação profissional, etc.), que implicava criar “portas de saída” aos beneficiários e tinha a reforma agrária como questão essencial na formação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil. O Bolsa Família é visto pelo autor como uma política pública que, podendo ser desativada, deixará novamente as famílias na miséria.

Como percebemos, o processo evolutivo do Programa Fome Zero nos remete à análise da atual prevalência dos programas de transferência de renda, adotados pelo governo brasileiro como principal forma de combate à pobreza. Nesse sentido, ganha relevância a investigação sobre o Programa Bolsa Família, abordado na presente pesquisa.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: FORMATO, DEBATE PÚBLICO E IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

Para melhor compreendermos o Programa Bolsa Família (PBF) e a sua repercussão nas vidas dos beneficiários, faz-se necessário conhecermos as noções básicas do seu funcionamento, vislumbrar o debate que ele tem gerado na sociedade, além de observar a sua acomodação em um contexto social concreto. Neste capítulo, trataremos primeiro, de explicitar as suas principais determinações, sempre levando em consideração a sua continuidade e ruptura em relação aos programas de transferência de renda que o precederam.

Este aspecto coloca em relevo o fato de que o PBF é resultado de um processo que remonta a uma história de debates e negociações entre os diversos atores sociais sobre a realidade que desejam afetar - os problemas da fome e da pobreza – assim como a respeito dos modelos de políticas sociais historicamente possíveis na sociedade brasileira.

Isto nos leva a empreender uma excursão panorâmica sobre o debate acadêmico em torno da sua configuração, das consequências dessa para nossa sociedade, e ainda, dos seus pressupostos políticos e ideológicos. O último aspecto a ser abordado refere-se a sua implantação no município de Maracanaú, levando em conta que cada contexto social, político e cultural confere perfis e consequências singulares a uma política social (JUSTO, 2007).

3.1 O Programa Bolsa Família, Afinal do Que Se Trata?

O Programa Bolsa Família, que integra o Programa Fome Zero, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (rendimento mensal *per capita* varia entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 reais) e extrema pobreza (rendimento mensal *per capita* até R\$ 70,00 reais). O PBF constitui uma das estratégias do Estado brasileiro na busca por assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a construção da cidadania da população socialmente vulnerável (Brasil, 2011b).

A finalidade deste Programa também se desdobra, segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC²⁶), em objetivos, tais como, promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza e a desigualdade (SENARC, 2006). Trata-se de uma iniciativa do

²⁶ SENARC: Órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome.

Governo Federal, em parceria com os governos Estaduais e Municipais, instituída em 20 de outubro de 2003, através da MP nº 132 (Brasil, 2003) e convertida na Lei nº 10.836/04.

O PBF possui uma coordenação única que encaminha o seu desenvolvimento e implementação, baseando-se nas diretrizes, normas e procedimentos definidos pelo Decreto nº 5.209/04. Este Decreto, além de criar o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família (Formado pelos ministérios da Educação, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, a Casa Civil da Presidência da República e a Caixa Econômica Federal), coordenado pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), explicita também as competências e responsabilidades dos Estados e Municípios na execução do programa. Dentre as competências do MDS estão as de coordenar, gerir e operacionalizar o programa. Isso implica atribuições que dizem respeito a:

concessão e ao pagamento de benefícios, a gestão do Cadastro Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e da oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e a fiscalização de sua execução (Decreto nº 5.209/04, Art. 2).

Quanto às competências da esfera estadual, o Decreto determina a implantação de iniciativas que vislumbrem, essencialmente, apoio e estímulo às ações desempenhadas pelos Municípios, além de “promover, em articulação com a União e os Municípios, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades” (Decreto nº 5.209, Art. 13). Os Municípios se responsabilizam pela inscrição das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, disponibilizam serviços e estruturas, oferecem suporte técnico e outras ações locais.

O PBF é constituído basicamente por três eixos: Transferência de Renda, Condicionalidades e Programas Complementares. O primeiro eixo se propõe aliviar a pobreza e leva em consideração a renda familiar (limitada a R\$ 140,00 reais), o número e a idade dos filhos. Aos núcleos familiares são transferidos valores entre R\$ 32,00 e R\$ 242,00 reais, sendo que o benefício médio é estimado em R\$ 115,00 reais. O cálculo do benefício para as famílias é visualizado nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - Famílias com Renda Familiar Mensal de até R\$ 70,00 por pessoa²⁷

Nº de Crianças e Adolescentes de até 15 anos	Nº de jovens de 16 e 17 anos	Tipo do benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 Var.	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 Var.	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 Var.	R\$ 166,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 Var. + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 Var. + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 Var. + 1 BVJ	R\$ 204,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 Var. + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 Var. + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 Var. + 2 BVJ	R\$ 242,00

Fonte: Brasil (2011c).

Tabela 2 - Famílias com Renda Familiar Mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa

Nº de Crianças e Adolescentes de até 15 anos	Nº de jovens de 16 e 17 anos	Tipo do benefício	Valor do benefício
0	0	Ñ recebe benef. Básico	-
1	0	1 Variável	R\$ 32,00
2	0	2 Variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 Variáveis	R\$ 96,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 Variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 Var. + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 Var. + 1 BVJ	R\$ 134,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 Variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00

Fonte: Brasil (2011c).

Atingindo um público de 3.615.596 milhões de famílias no seu primeiro ano de funcionamento (a meta era de 3 milhões e 600 mil famílias), o PBF atende, atualmente, a mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional, sendo o principal programa de transferência direta de renda do Brasil e um dos maiores do mundo (MOREIRA, 2011).

As Condicionais dizem respeito a um dos mais importantes eixos do PBF, reforçando o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência

²⁷ Var = Benefício Variável; BVJ = Benefício Variável para Jovem.

social. Trata-se das contrapartidas assumidas pelos beneficiários ao ingressarem no Programa. O seu descumprimento ocasiona efeitos gradativos que vão desde a advertência da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento se o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos (Brasil, 2011d).

Entre os compromissos dos beneficiários podemos citar, no caso de existência de gestantes, o comparecimento às consultas de pré-natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde (MS), a participação em atividades educativas ofertadas pelo MS sobre aleitamento materno e alimentação saudável; no caso das nutrizes, manter em dia o cartão de vacinação das crianças de 0 a 6 anos; garantir frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; garantir frequência mínima de 75% na escola, para adolescentes de 16 e 17 anos; e participar, quando for o caso, de programas de alfabetização de adultos (Brasil, 2011e).

O terceiro eixo do PBF refere-se aos Programas Complementares, que objetivam, segundo o Governo, o desenvolvimento econômico e social das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de pobreza e vulnerabilidade social em que se encontram. Trata-se de ações regulares, ofertadas pelas três esferas de governo - União, Estados e Municípios - e pela sociedade civil, voltadas ao desenvolvimento das capacidades dos beneficiários. Busca-se, com essas ações, complementar e potencializar os impactos proporcionados pelas transferências condicionadas de renda.

Os Programas Complementares constituem iniciativas que envolvem os diversos níveis do governo e para serem colocados em prática necessitam de uma articulação entre os vários setores do aparelho público. Levam em consideração o perfil das famílias, suas vulnerabilidades e potencialidades, buscando atender suas necessidades em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais. Entre os programas articulados em nível federal, podemos citar o Programa Brasil Alfabetizado (Alfabetização), o Próximo Passo (Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar), o Programa Nacional de Microcrédito (Concessão de crédito orientado e acompanhado), Crediamigo e Agroamigo (Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural), etc.

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) constitui um importante instrumento no funcionamento do PBF. Com mais de 7.200 unidades em todo o território nacional, estes equipamentos públicos promovem a intervenção do Estado nas áreas de maior vulnerabilidade social. Atuando como a principal porta de entrada do Sistema Único de

Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios, eles são responsáveis pela organização e oferta de ações, benefícios, projetos e serviços da Proteção Social Básica.

Formado por uma equipe de profissionais (assistentes sociais, psicólogos e educadores), o CRAS se propõe a atender as necessidades mais urgentes do território a ele vinculado. Para isto, ele realiza a busca de famílias que não estejam inseridas no Cadastro Único, identifica o perfil e as necessidades das famílias, encaminhando-as para as políticas públicas de Saúde, Educação, Justiça, etc., e, acompanha, de forma sistemática, as que sofrem maiores dificuldades econômicas e sociais.

O Decreto nº 5.209/04, que regulamenta o PBF estabelece uma Instância responsável pelo Controle Social (ICS), oportunizando a participação da sociedade na sua implantação e funcionamento. Trata-se de um instrumento de constituição paritária (50% do governo + 50% da sociedade civil), cujos representantes da sociedade civil podem ser provenientes de organizações, como movimentos sindicais, associações profissionais e empresariais, instituições religiosas, movimentos populares, associações comunitárias e organizações não-governamentais (ONGs), populações tradicionais existentes em seu território (indígenas e quilombolas), beneficiários do PBF, entre outros.

As ICS também devem ter uma composição intersetorial, ou seja, elas devem ser formadas por pessoas das áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar e da Criança e do Adolescente, entre outras (SENARC, 2006). Salientamos que as ICS viabilizadas pelos Governos Estaduais e Municipais têm como principais atividades acompanhar o Programa Bolsa Família no município ou estado; auxiliar na fiscalização do Programa Bolsa Família no município ou estado; apoiar o trabalho de outras políticas sociais para favorecer as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; verificar os serviços de educação e saúde oferecidos no município; auxiliar na identificação das famílias mais pobres e mais vulneráveis do município, para que sejam cadastradas e possam entrar no Programa; apoiar a comunidade a participar, bem como sempre fiscalizar as atividades do Programa Bolsa Família, no município ou estado (SENARC, 2006).

Outro aspecto relevante a ser considerado na estruturação do Programa Bolsa família refere-se ao aspecto não contributivo que o caracteriza. Por vivermos numa sociedade capitalista, que é regida pelo dinheiro e pela mercadoria, este aspecto tem sido objeto de grandes discussões, uma vez que “o sentido de não contributivo significa do ponto de vista econômico o acesso a algo fora das relações de mercado, isto é, desmercantilizado ou desmercadorizado” (SPOSATI, 2009, p. 23). Este caráter não contributivo, atribuído pela Constituição Federal de 1988 à Assistência Social representa, de acordo com Sposati, uma das

grandes inovações da ação estatal no Brasil contemporâneo. Entre muitos elementos assinalados, esta noção favorece o rompimento com a exclusividade do paradigma do Seguro Social “ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal” (SPOSATI, 2009, p. 19).

O Programa Bolsa Família chama atenção dos pesquisadores não somente por inserir os problemas da fome e da pobreza na agenda pública nacional (WEISSHEIMER, 2006), mas também devido ao “ineditismo da ampla cobertura” (IVO, 2008). Neste sentido, importa visualizar a incidência do PBF ao longo do território nacional:

Tabela 3 - Distribuição do PBF por Regiões

Região	nº de Famílias	Percentual (%)
CENTRO OESTE	722.309	5,57%
NORDESTE	6.612.320	51,05%
NORTE	1.374.382	10,61%
SUDESTE	3.207.413	24,76%
SUL	1.035.615	7,99%
TOTAL	12.952.039	100%

Fonte: Brasil (2011f)

Como observado na tabela, o Programa Bolsa Família representa uma política social de abrangência nacional, presente em todas as regiões do Brasil, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas com renda mensal *per capita* de até R\$ 140,00 reais. Observamos, também, que a região Nordeste do Brasil é a região com o maior número de beneficiários (51,05%) e a região Centro Oeste possui o menor número de famílias beneficiadas pelo Programa (5,57%). A segunda região mais favorecida pelo programa é a região Sudeste, a mais populosa do Brasil (24,76% dos beneficiários). O terceiro e o quarto lugar em número de bolsas são ocupados pelas regiões Norte e Sul, respectivamente.

Importa considerar que as estatísticas mais recentes (IBGE/2010), que delineiam o mapa da extrema pobreza no Brasil, assinalam que a proporção de extremamente pobres no território nacional é de 8,53%, totalizando mais de 16,2 milhões de pessoas²⁸. Com relação às regiões, observa-se uma distribuição desigual desta população. A região Nordeste abriga mais de 59% da pobreza extrema do país. A região Sudeste, que possui mais de 42% da população do Brasil, tem menos de 17% dos extremamente pobres. Juntas, as regiões Norte e Nordeste

²⁸A população extremamente pobre será o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria, que dentre muitas iniciativas prevê uma alteração do Programa Bolsa Família e ainda a sua expansão em número de beneficiários.

possuem mais de 75% das pessoas que vivem abaixo da linha de miséria do país. O total de pessoas extremamente pobres na região Nordeste atinge 18,10% de sua população. Na região Norte, este indicador é ligeiramente inferior, sendo igual a 16,76%. Nas demais regiões, observam-se valores em torno dos 3% no Sul e Sudeste, e dos 4% no Centro-Oeste, evidenciando a disparidade ainda existente entre os dois grupos de regiões (LEP, 2011a).

Estes dados sinalizam para o fato de que na região Nordeste, onde reside o maior número de extremamente pobres, verifica-se também a maior performance do Programa Bolsa Família. Diante destas informações, interessa visualizar, na tabela abaixo a incidência do Programa Bolsa Família na região Nordeste do Brasil:

Tabela 4 - O Programa Bolsa Família na Região Nordeste

Estado	nº de Famílias	Percentual (%)
ALAGOAS	419.044	6,33%
BAHIA	1.657.062	25,06%
CEARÁ	1.040.094	15,72%
MARANHÃO	903.073	13,65%
PARAÍBA	473.882	7,16%
PERNAMBUCO	1.099.666	16,63%
PIAUI	438.263	6,62%
RIO GRANDE DO NORTE	340.663	5,15%
SERGIPE	240.573	3,63%
TOTAL	6.612.320	100%

Fonte: Brasil (2011f).

Ao vislumbrarmos a incidência do Programa Bolsa Família na região Nordeste, podemos notar que os Estados que mais recebem os benefícios são os Estados da Bahia (25,06%), de Pernambuco (16,63%) e do Ceará (15,72%), recebendo, juntos, mais de 56% do montante dos recursos destinados a toda a região (3.796.822 milhões de famílias).

Mais especificamente em relação ao estado do Ceará, onde está situado o município de Maracanaú, além destes dados referentes ao Programa Bolsa Família, podemos acrescentar o fato de este estado possuir 15,91% (8.448.055 pessoas) da população da região Nordeste, contribuindo com apenas 4,43% da população brasileira, mas reunindo por volta de 8% de toda a pobreza do país (LEP, 2011b). Quando consideramos o mapa da extrema pobreza, as estatísticas constataam que dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem nesta situação (IBGE/2010), 9% deles estão no Ceará, o que representa quase um milhão de pessoas.

Com oito anos de existência, o Programa Bolsa Família tem sido objeto de inúmeros trabalhos de pesquisa nas diversas universidades brasileiras. Muitos estudiosos, sejam eles de dentro ou de fora do país, se debruçam sobre os vários aspectos desta política social na

medida em que são impactados não somente pela sua grande abrangência, mas também pela sua novidade, uma vez que a consolidação dos programas de transferência de renda para pessoas com idade produtiva constitui uma experiência relativamente recente na história da Proteção Social (SPOSATI, 1997).

O PBF ganha visibilidade também à medida que diversas organizações internacionais reconhecem a sua importância no combate à fome e à pobreza (Unesco, World Food Prize, FAO, Banco Mundial, etc.). Este cenário é composto, no entanto, por variadas concepções a respeito do papel desta iniciativa no âmbito da sociedade brasileira. Objetivando aprofundar este debate, segue-se a seção posterior.

3.2 O Debate Público sobre o Programa Bolsa Família

O debate sobre o Programa Bolsa Família insere-se na discussão internacional a respeito dos programas de transferência de renda, que ganharam maior visibilidade a partir da década de 1980, “situando-se no âmbito das grandes transformações econômicas, sociais e no mundo do trabalho em decorrência da *Revolução Tecnológica da Era da Informação*” (SILVA E SILVA, 2007, p. 13). Segundo Silva e Silva (2007), tais transformações operaram uma reestruturação no mercado capitalista, cuja principal manifestação é visualizada no processo de Globalização e Regionalização dos Mercados, num dinamismo concentrador do capital, pautado pela internacionalização da economia e orientado pela lógica do capital financeiro. Estas alterações produziram significativas mudanças sociais, entrando em choque com a sociedade salarial de então, onde as relações sociais eram delineadas em meio a uma conjuntura de pleno emprego.

Verificou-se que este novo rearranjo econômico e social promoveu o surgimento de fenômenos, como, o desemprego estrutural, a precariedade do trabalho, além da ampliação e disseminação da pobreza nos países de capitalismo avançado e naqueles que se encontram em desenvolvimento. Este contexto social desfavorável exigiu, segundo a mencionada autora, a atuação do Estado no sentido de proteger grande contingente de trabalhadores, desempenhando ações como a implementação de programas de transferência de renda.

Sposati (1997) contempla esta modalidade de programas como sendo resultado do esforço da sociedade em desenvolver políticas sociais, que enfrentem a desigualdade e o desemprego e, que ao mesmo tempo, sejam capazes de garantir condições básicas de dignidade e cidadania (SPOSATI, 1997). Trata-se, portanto, de uma estratégia de enfrentamento da exclusão social, ou *apartheid social* oriundo, segundo a autora, do

desmanche do Estado de Bem-Estar Social e da crise salarial provocada pelo desemprego, pelas novas formas de trabalho e pelo processo neoliberal de acumulação.

No Brasil, esta discussão ganhou visibilidade somente nos anos noventa, quando foi aprovado no Senado Federal o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM - Projeto de Lei nº 80/1991) destinado a todos os brasileiros residentes no país, que auferissem uma renda que corresponda, atualmente, a cerca de 2,25 salários mínimos. A implantação deste programa ocorreria de forma gradual, atingindo todo o universo previsto (indivíduos nativos e inativos, maiores de 25 anos) em 2002. A partir de 1995 houve várias iniciativas de implementação de programas deste tipo, mas de alcance local. Destacam-se neste ano os programas implantados nos municípios de Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Santos/SP e Brasília/DF.

Silva e Silva (2007) assinala que o PGRM foi alvo de variadas críticas de acento liberal, que destacavam o risco de que a transferência de renda iria causar desestímulo ao trabalho. Foram assinalados, ademais, outros problemas que tocam em questões como, o elevado custo do programa, a possibilidade de desonestidade das pessoas ao declararem o seu rendimento, as dificuldades na administração, a corrupção do governo, a desmobilização de lutas sociais pela busca de melhoria das condições de vida, o caráter assistencialista desses programas e o estímulo à informalização da economia (SILVA E SILVA, 2007).

A discussão pública sobre os Programas de Transferência de Renda, as pressões exercidas pelos efeitos sociais negativos da reestruturação produtiva dos anos 90, que encerrou o período apresentando uma incidência de pobreza no patamar de 35% da população brasileira (cerca de 55 milhões de pessoas) e ainda o ambiente político marcado pela vitória da esquerda (eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República), que fez do combate à fome e à pobreza (Silva, 2003)²⁹ uma causa nacional, são alguns dos fatores que levaram à elaboração e implementação do PBF, em 20 de outubro de 2003.

Tendo em vista a discussão a respeito do PGRM, Silva e Silva (2007) frisa que o debate público em torno dos Programas de Transferência de Renda, remete às mais diversas concepções políticas e ideológicas, repercutindo nos ideários que se situam tanto à direita quanto à esquerda. Por esta razão, o autor da proposta, na busca de um consenso favorável,

se valeu muitas vezes de pressupostos distributivistas, preconizando a necessidade de redistribuição de renda para o enfrentamento da pobreza, como também se valeu de pressupostos liberais, que apelavam para o livre

²⁹No seu discurso de posse no Congresso Nacional, em 01 de Janeiro de 2003, o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva remeteu-se a sua campanha eleitoral, em que prometera erradicar a fome no Brasil e convocou a todo o país para transformar o fim da fome numa grande causa nacional.

mercado e para a soberania do consumidor. Fundamentava-se em matrizes teóricas, as mais divergentes, indo deste Marx, até as figuras do debate contemporâneo, como Friedman, Gorz e Tobin. Evocava o direito de distribuição da riqueza socialmente produzida, perspectiva dos que defendem a renda mínima como base num ideário progressista/distributivista, ao mesmo tempo em que identificava sua proposta com o Imposto de Renda Negativo de Milton Friedman, marcadamente de expressão liberal (SILVA E SILVA, 2007, p. 42).

Esta discussão nos leva a vislumbrar diferentes posturas diante das políticas sociais usadas pelo Estado como meio de equacionar as contradições sociais nas sociedades capitalistas, destacando, desta forma, o seu papel regulador, sobretudo no campo da proteção social. Para expor estas diferentes posturas, Zimmermann e Silva (2009) recorrem ao conceito de “desmercantilização” cunhado por Gosta Esping-Andersen (1990). Segundo a leitura destes autores, o termo é adequado para

analisar as políticas sociais tendo como referência o grau de autonomia e independência que essas políticas conseguem garantir aos indivíduos e (ou) famílias de sobreviverem para além das relações do mercado (ZIMMERMANN E SILVA, 2009, p. 346).

Zimmermann e Silva (2009), seguindo o pensamento de Esping-Andersen, destacam a importância das políticas sociais implantadas pelo Estado na medida em que elas possibilitam um razoável nível de qualidade de vida aos cidadãos, independente da sua inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, as políticas sociais implantadas podem promover a “desmercantilização” das relações sociais, livrando os cidadãos da obrigação de vender a sua força de trabalho no mercado capitalista, sem colocar em risco a sua sobrevivência. Esta concepção se faz mais relevante em situações em que os cidadãos são obrigados a aceitar trabalhos caracterizados pela escravidão ou que os rebaixam a situações degradantes de vida.

Neste contexto, os mencionados autores frisam a existência de variadas correntes que se conflitam na análise da categoria de “desmercantilização das políticas sociais”. Para eles, o que está em jogo, em última instância, seria “a imunidade do mercado, sobretudo na força, nos limites e na qualidade dos direitos sociais” (ZIMMERMANN E SILVA, 2009, p. 346). Analisando a obra de Esping-Andersen, eles ainda identificam as três principais tendências no que se refere à discussão sobre a desmercantilização promovida pelas políticas sociais: as conservadoras, as liberais e as socialistas.

As forças conservadoras foram as primeiras a se oporem à mercantilização do trabalho, ao liberalismo, à democracia e ao capitalismo, uma vez que estes colocavam em

xeque o sistema e os privilégios feudais, que controlavam os trabalhadores. Neste cenário, mesmo havendo certo grau de mercantilização, as pessoas tinham a sua sobrevivência garantida pelas organizações comunais e familiares, assim como pela igreja, que assistia os mais destituídos. Com isto, se infere que as políticas sociais conservadoras ofereceram as bases para o moderno Estado de Bem-Estar, proporcionando certa segurança social aos indivíduos e freando a mercantilização do trabalho e do trabalhador.

Opondo-se aos conservadores surgem os liberais, cuja tese principal é a do mercado regulador, que garante emprego a todos os que têm vontade de trabalhar, tornando-os capazes de providenciarem o próprio sustento e apregoando, assim, a inviabilidade da proteção social oferecida pelo Estado. Para os liberais, a implantação da proteção social, ao invés de erradicar a miséria, produz pobreza e desemprego. Além disso, segundo este modo de pensar, “a proteção social causa corrupção moral, desperdício, ociosidade e incentivo aos vícios, como o consumo de bebidas alcoólicas” (ZIMMERMANN E SILVA, 2009, p. 349). Os autores, no entanto, recorrendo aos estudos de Karl Polany (2000), constatam as debilidades da tese liberal, uma vez que nem todos os indivíduos podem trabalhar (idosos, doentes e deficiências que impedem de ingressar no mercado de trabalho), necessitando da ajuda da família.

Deve-se considerar, também, que a poupança tendo em vista o futuro, defendida pelos liberais, não é possível em muitos casos, na medida em que os salários são insuficientes, e, ademais, todos os indivíduos estão sujeitos a serem surpreendidos por crises econômicas prolongadas, tendo que contar com o auxílio e a solidariedade dos outros. Dessa forma, desvenda-se, para os liberais, variadas situações que exigem a instituição de uma proteção social. Assim, contando com o apoio de instituições como a família, a igreja ou a comunidade, os liberais entram em contradição com a própria tese, uma vez que estas instituições não se pautam rigorosamente pela lei do mercado.

Diante destas circunstâncias em que os liberais são obrigados a reconhecer a importância de instituições fora da lógica do mercado, eles lançam mão de políticas sociais orientadas por princípios que não desestimulam o mercado: o *princípio da menor elegibilidade*, que implica os testes de meios (comprovação da pobreza), tornando condicional a assistência social oferecida pelo Estado; *a caridade e a lógica do seguro*. A caridade se baseia na prática do voluntariado e a lógica do seguro pauta-se em arranjos contratuais, exigindo a contribuição individual para o futuro auferimento do benefício, incentivando ao trabalho e à produtividade, e desestimulando, ao mesmo tempo, a assistência não contributiva.

Os socialistas representam a tendência que preconiza a desmercantilização, tornando os indivíduos mais independentes do mercado de trabalho. Zimmermann e Silva (2009),

seguindo o raciocínio de Esping-Andersen (1990), confirmam que a mercantilização do trabalho leva o trabalhador a perder o controle sobre o próprio trabalho (alienação), proporciona a dependência do mercado, além de sancionar o controle dos patrões sobre os trabalhadores. A mercantilização também promove a divisão e a fragmentação das classes trabalhadoras, uma vez que o mercado incentiva a competição entre eles. Tudo isso faz com que a desmercantilização seja algo desejado pelos trabalhadores e o princípio orientador das políticas sociais.

Neste sentido, torna-se compreensível “a imprescindibilidade de se lutar pelo direito a uma renda aquém do trabalho assalariado” (ZIMMERMANN E SILVA, 2009, p. 351). Com esta renda vislumbra-se a possibilidade de os trabalhadores garantirem um nível razoável de qualidade de vida, sem terem de se submeter ao mercado, vendendo sua força de trabalho. Este fator, no entanto, gera a animosidade dos patrões que buscam controlar os trabalhadores e acumular riquezas produzidas pelo trabalho.

Ainda seguindo o pensamento de Esping-Andersen (1990), exposto por Zimmermann e Silva (2009), faz-se necessário destacar alguns critérios para que as políticas sociais de fato consigam gerar um efeito desmercantilizador e a desejada emancipação dos trabalhadores: preconizar os direitos para além da carência absoluta e elevar as condições de vida dos beneficiários aos padrões de renda da nação.

Diante disso, ao levarmos em consideração o formato do PBF, acima exposto, percebemos o seu alinhamento com as políticas liberais, uma vez que adota rígidos critérios de menor elegibilidade (comprovação da pobreza) e o princípio das condicionalidades (frequência à escola, aos serviços de saúde e serviços sociais), desembocando na focalização do seu público-alvo. Sabe-se, no entanto, que o PBF é alvo frequente de críticas de orientação liberal. O argumento do desestímulo ao trabalho, por exemplo, ainda que seja desqualificado por alguns estudos (Brasil, 2008; Brasil, 2010), é comumente apresentado por opositores do Programa.

Seguindo a linha de análise acima exposta, notamos que a racionalidade subjacente a esta crítica é marcada por um ideário, que teme o processo de desmercantilização das políticas sociais, uma vez que elas poderiam afastar os beneficiários do trabalho. De fato, o recurso auferido proporciona maior liberdade aos beneficiários à medida que os possibilita recusarem serviços pouco remunerados e com excessivo nível de exploração (WEISSHEIMER, 2006). Este fator prejudica a lógica da oferta-demanda que orienta o mercado trabalhista. Seguindo esta lógica, uma maior disponibilidade da oferta de mão-de-obra favorece a redução do seu

preço (os salários), o que caracteriza, para os analistas de tendência socialista, a mercantilização do trabalho e uma maior dependência do mercado.

Os Programas de Transferência de Renda são vistos também como meras “fantasias”, cuja função seria tapar a boca do pobre, evitando assim a redistribuição da renda (DEMO, 2005). Pedro Demo destaca a postura subserviente dos cidadãos beneficiados por programas de transferência de renda, uma vez que estas políticas sociais não contribuem efetivamente para a redistribuição da riqueza, mas, ao contrário, colaboram com a sua concentração pelas elites, realizando assistências minimalistas e residuais³⁰. A intenção do autor é mostrar que num contexto capitalista o Estado não promove a redistribuição de renda e poder, a menos que seja regulado pela força política dos cidadãos. Para o autor, não convém, portanto, acreditar na “santidade” do Estado, nem nas suas intervenções, mediante as políticas sociais.

Demo (2005) argumenta que, tanto o Estado quanto o Mercado são fenômenos histórico-estruturais, com os quais se deve sempre contar, mas as suas delimitações variam de acordo com a articulação da sociedade, formadas por cidadãos e suas associações. Seria um equívoco, neste sentido, enaltecer o Estado e condenar o Mercado sem uma avaliação mais profunda. Considerando este fato, o autor sugere que num contexto neoliberal o Estado é Estado capitalista, pautado pelas elites econômicas, portanto, as políticas sociais provenientes desta instância não poderiam promover a “redistribuição” de renda, mas somente uma mera “distribuição”, sem colocar em xeque o lugar ocupado por elas na organização social. Os programas de transferência de renda, portanto, proporcionariam uma inclusão, mas nivelando a população por baixo, mantendo-a na margem do sistema. Nos programas como o Fome Zero, segundo este sociólogo, “os pobres são parte integrante do sistema, mas estão incluídos na mais extrema margem, como párias da sociedade” (DEMO, 2005, p. 452).

Esta orientação minimalista dos programas de transferência de renda também é constatada por Ivo (2008), que atribui este fenômeno à onda liberal que começou a ganhar espaço mundial na década de 1970, questionando o Estado de Bem-Estar Social diante da competitividade imposta pelo processo de globalização da economia e perante os problemas de legitimidade do Estado Nacional. Segundo a autora, no Brasil, este processo se choca com o projeto interno de democratização da sociedade (década de 1980), promovendo ajustes

³⁰Distinção entre os Programas de Renda Mínima (PRM) e Programas de Renda Básica (PRB): nos PRM o benefício é focalizado nas populações mais pobres, distribuído por apenas um período curto de tempo, exige contrapartidas dos beneficiários e o valor transferido é mínimo; os PRB têm uma pretensão universal (favorece a todos os cidadãos), é incondicional (não exige contrapartidas), é vitalício (por toda a vida) e refere-se a um valor suficiente para suprir as necessidades básicas dos beneficiários (JUSTO, 2010).

institucionais (década de 1990), que reorientaram os princípios e o desenho dos programas sociais. Neste embate de perspectivas, visualiza-se um dilema:

De um lado, a mobilização da sociedade brasileira ampliou o espaço público, criando novas regras de convivência e arenas públicas, por meio das quais a sociedade canalizou suas demandas, estabeleceu princípios jurídicos que firmaram uma nova matriz civilizatória, institucionalizada na Constituição de 1988. De outro lado, a integração periférica do país na economia globalizada e as mudanças de reestruturação produtiva comprometeram os princípios que orientaram a construção de uma democracia assentada numa sociedade real³¹, a partir da década de noventa, e promoveram ajustamentos no encaminhamento da questão social de um paradigma universalista para ações focalizadas de política social (IVO, 2008, p. 149).

Trata-se de perceber que a retomada da questão da pobreza, nos anos noventa, orientou-se para a redução dos efeitos adversos dos ajustes estruturais e da reestruturação produtiva, operando mediante um modelo de política social marcado pela focalização de ações urgentes, de caráter compensatório e mitigador, nos segmentos mais pobres da sociedade. Além de abandonar o princípio da universalidade³², a focalização implica, também, gerenciar as políticas sociais num contexto de restrição de gastos sociais impostos pelos ajustes econômicos, o que, na prática quer dizer, de acordo com a autora, “dar flexibilidade e contingenciamento aos benefícios da assistência, o que se sobrepõe ao sentido amplo do direito, da justiça redistributiva e da responsabilidade do Estado social” (Ivo, 2008, p. 188).

Para Ivo (2008), esta *racionalidade econômica* implica, além de outros fatores, em “garantir novas fatias de consumidores para o mercado” (Ivo, 2008, p. 189), potencializando a microeconomia mediante a transferência de renda direto aos beneficiários e promovendo a sua integração ao mercado como consumidores e pequenos empreendedores. Este estímulo ao consumo e à demanda de serviços de assistência promove, segundo a autora, uma ruptura entre o trabalho e a proteção social³³, transformando os direitos de proteção em ações de assistência e a política redistributiva em gestão técnica do social.

Mais especificamente em relação ao Programa Bolsa Família Anete Ivo reconhece aspectos positivos representados principalmente pelo “ineditismo da ampla cobertura”, pelo

³¹Sociedade resultante da ação social dos diversos movimentos sociais organizados.

³²Princípio da Universalidade: de caráter redistributivo mais amplo, com vista à produção da justiça social, baseado nos direitos sociais promulgados na Constituição de 1988.

³³O estreito vínculo entre Trabalho e Proteção Social é visualizado de forma emblemática no Estado de Bem-Estar Social, onde vigora um pacto entre o Capital e o Trabalho, segundo o qual o primeiro se compromete em instituir uma sociedade de pleno emprego e de bem-estar social e o segundo, em abdicar do ideal revolucionário, para permitir a paz social necessária à florescência dos anos gloriosos. Mediante este pacto os indivíduos estabeleciam ligação com o Estado e tinham acesso aos direitos trabalhistas (SILVA E SILVA, 2007).

“alívio do orçamento doméstico das famílias extremamente pobres”, além da “transversalidade entre as ações focalizadas e as políticas universais de educação e saúde”, que constituem uma obrigação constitucional. A autora, no entanto, aponta fraquezas no PBF destacando uma ruptura do “contrato” entre o cidadão e o Estado no que diz respeito à qualidade dos serviços de educação e saúde, que constituem as condicionalidades a serem cumpridas pelos beneficiários. De acordo com a autora, “a exigência das condicionalidades só poderia ser feita desde que o Estado apresentasse condições de prover devidamente esses bens públicos” (IVO, 2008, p. 193). A má qualidade destes serviços oferecidos pelo Estado, “pode representar uma ‘quebra de contrato’ por parte do governo, já que a obrigação entre as partes torna-se unilateral” (IVO, 2008, p. 196).

Outro aspecto crítico destacado pela autora está relacionado ao fato de o PBF não constituir um direito constitucional. O programa pode ser submetido a avaliações e melhorias de gestão, mas não representa um direito garantido. Trata-se de “um benefício atribuído pelo governo aos cidadãos mais desprovidos, tendo caráter flexível” (IVO, 2008, p. 198). A sua manutenção depende de decisões influenciadas por questões burocráticas e está submetida aos constrangimentos da política econômica. Finalmente, Anete Ivo frisa a incapacidade de o PBF atingir a meta proposta de combater a pobreza e promover uma “emancipação sustentada”. Isto não somente porque o PBF não está vinculado às políticas estruturais mais amplas, mas também porque os valores transferidos aos beneficiários são extremamente baixos, dificultando a superação das condições de pobreza (IVO, 2008, p. 193).

Outra postura que remete aos objetivos do PBF é abordada por Silva (2009b). Em um de seus estudos, este autor destaca o debate entre diversos autores (Patrus Ananias, Frei Beto, Zilda Arns, Contardo Calligaris e Walquiria Rego, etc.), frisando a discussão acerca do papel das condicionalidades na promoção da autonomia dos beneficiários. O autor explicita a incompatibilidade entre as condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família e a pretensa autonomia dos beneficiários. Para este autor, a noção de emancipação implica a ideia de autodeterminação individual e coletiva, que se contrapõe às condicionalidades, uma vez que estas promoveriam o controle social dos beneficiários³⁴. Portanto, para que o PBF seja, de fato, emancipatório, faz-se necessário a eliminação das condicionalidades, o acesso universal, adotando, assim, o critério de cidadania para o seu auferimento. Deve-se “considerar os

³⁴Para este autor, as condicionalidades contribuem para transformar o trabalho, não em um direito, mas num dever, fortalecendo os mecanismos de controle social e impulsionando seus beneficiários a aceitar qualquer tipo de emprego para fugir do estigma de receptor de ajuda (SILVA, 2010).

benefícios distribuídos como direitos de cidadania, cuja cessão deve estar condicionada apenas à condição de cidadão ou cidadã” (SILVA, 2009b, p. 204).

Mesmo considerando a diferença entre a Renda Básica de Cidadania e o Programa Bolsa Família, o autor considera que esse último pode ser uma iniciativa importante na direção da Renda Básica³⁵, uma vez que os Programas de Transferência de Renda são vistos atualmente com menos resistência do que na década de 1990, quando emergiram as primeiras propostas e experimentos no Brasil. Para Silva (2010), a ampliação do público atendido pelo Programa Bolsa Família³⁶ representa um passo rumo à universalização, que caracteriza a Renda Básica, sendo necessária, ainda, a retirada das condicionalidades, porque essas, mesmo quando são positivas, como no caso da frequência escolar das crianças, não deixam de estigmatizar os beneficiários, além de significar um controle elitista da população e exigir altos custos para manter a burocracia responsável por vigiar o cumprimento das mesmas (SILVA, 2010). Destaca-se, portanto, no pensamento deste autor, a atitude otimista quanto à possível implantação da Renda Básica no Brasil, sendo necessária, porém, a superação das diversas posturas políticas e ideológicas que impedem o avanço definitivo para a instituição desta política social, a partir do Programa Bolsa Família (SILVA, 2011).

Zimmermann e Silva (2008) também apresentam uma importante abordagem que pode lançar luzes sobre as análises a respeito do Programa Bolsa Família, destacando o papel dos programas de renda mínima na redução da pobreza e da desigualdade social. Depois de averiguar a implantação deste tipo de programa em vários países da Europa (Dinamarca, Reino Unido, Finlândia, Suécia, Alemanha, Países Baixos, Áustria, Bélgica, Irlanda, França, Espanha e Portugal), os autores focam a atenção na Alemanha, realizando uma comparação entre os períodos anteriores à implantação dos programas e os períodos em que eles já haviam sido instituídos. Ao final, os autores concluem:

³⁵Com base no Projeto de Lei nº 266/2001, de autoria do senador Eduardo Suplicy, foi sancionado em 8 de janeiro de 2004, a Lei de Renda Básica, com previsão para implantação a partir de 2005. Trata-se de um programa nacional com proposta de implantação gradual, devendo iniciar com o atendimento dos mais pobres, destinados a todos os brasileiros ou estrangeiros residentes no país por cinco ou mais anos (SILVA e SILVA, 2007).

³⁶A última ampliação do público do Programa Bolsa Família realizou-se através do Plano Brasil Sem Miséria, inaugurado em 2 de Junho de 2011, objetivando incluir mais 800 mil famílias que atendem as exigências de entrada no programa, mas que não eram beneficiadas (Dec. nº 7.492/2011).

Antes das transferências governamentais, o índice GINI³⁷ na Alemanha era de 0,39 em 1969. Após as transferências governamentais, esse índice caiu para 0,25, ou seja, uma redução de 33,9%. Em 1978, antes das transferências governamentais, o índice GINI na Alemanha era de 0,43. Após as transferências governamentais, esse índice caiu para 0,24, uma redução de 42,5%. Já em 1998, antes das transferências governamentais, o índice GINI na Alemanha era de 0,44. Após as transferências governamentais, esse índice caiu para 0,27, uma queda de 39,2%. Essa redução na desigualdade de renda foi possível graças à intervenção do Estado, especialmente através de programas de transferência de renda (ZIMMERMANN E SILVA, 2008, p. 4).

Com estes resultados, os autores se contrapõem aos críticos dos programas de transferência de renda, confirmando sua posição favorável aos programas de renda mínima. Eles ressaltam, no entanto, que a eficácia de tais programas depende do valor transferido (deveria aspirar à renda média da nação) e dos critérios de elegibilidade dos beneficiários (deveria pretender a universalização).

Sob a perspectiva dos Direitos Humanos, Zimmermann (2006) reconhece avanços e deficiências no Programa Bolsa Família. A partir desta perspectiva, este autor vislumbra até que ponto este programa colabora para a concretização do “direito humano à alimentação adequada”, que integra as diretrizes voluntárias aprovadas em 2004 pelo FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Ratificando o reconhecimento mundial adquirido pelo PBF no que diz respeito ao combate à fome, o autor destaca não somente a quantidade de pessoas beneficiadas (o autor se refere às mais de 8,5 milhões de famílias em janeiro de 2006), mas também a qualidade do programa, resultado da unificação dos programas anteriores.

A unificação promoveu a redução dos gastos administrativos e viabilizou uma coordenação integrada intersetorialmente. Para o autor, esta iniciativa constituiu um avanço significativo do ponto de vista dos direitos humanos, uma vez que

a centralização em um único programa evita a fragmentação e permite maior clareza em relação aos órgãos públicos responsáveis pela implementação. Em outros termos, com essa centralização há uma maior facilidade em definir a qual órgão uma pessoa deve recorrer em caso de solicitação do Programa, medida esta imprescindível para facilitar o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis (ZIMMERMANN, 2006, p. 151).

³⁷Coefficiente GINI é uma medida utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Esse índice varia entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade. Segundo dados do relatório do PNUD, em 2006 o índice GINI no Brasil era de 0,58.

Todavia, sob o aspecto dos direitos humanos, Zimmermann vislumbra variados problemas, destacando a imposição de condicionalidades aos beneficiários para a alocação do recurso, uma vez que um direito humano não pode estar condicionado ao “cumprimento de exigências e outras formas de conduta”. Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao valor auferido pelos beneficiários. Para o autor, o atual valor “é muito baixo para garantir o direito a uma Alimentação Adequada, principalmente no que tange à provisão da quantidade mínima de alimentos”. Além disso, Zimmermann chama a atenção para o fato de que um direito humano deve ser estendido a todos, sendo a condição de pessoa a única exigência para o auferimento do benefício. Este princípio, segundo o autor, deveria conduzir o PBF à universalização, atendendo a todos os que o requisitassem.

Weissheimer (2006) é outro autor que analisa a implementação e os impactos do PBF nos seus primeiros anos de existência. Uma das perguntas que orienta o seu estudo diz respeito aos critérios usados para medir a sua eficácia. Tentando lançar luzes sobre esta questão, Weissheimer frisa que a mídia brasileira preocupou-se em destacar mais as críticas (paternalismo e assistencialismo) ao programa do que os seus resultados concretos na realidade dos beneficiários. O autor busca averiguar as diferentes posturas diante dos programas sociais destinados às populações mais pobres do Brasil, desde aquelas posições mais economicistas, preocupadas com os gastos realizados pelo Estado, até aquelas que se baseiam nas repercussões do programa nas vidas reais dos beneficiários. Neste ínterim, o autor sugere que o volume de recursos destinados aos programas sociais como o Bolsa Família não deveria representar gastos, mas investimento.

Ressaltando as discussões a respeito dos programas de transferência de renda, o autor visualiza aspectos importantes como a necessidade de se descobrir um modelo de desenvolvimento que melhor contribui para o avanço da erradicação da pobreza e para a segurança alimentar das populações mais pobres. Neste contexto, realça-se a necessidade de abolir a palavra “gasto”, “quando se trata de dar educação, dar saúde e dar alimento aos setores mais pobres da população³⁸”. Ademais, importa que os programas de assistência aos mais pobres, sejam acompanhados de medidas que os emancipem em relação à Assistência do Estado³⁹. Destaca-se ainda, a urgência em aperfeiçoar as instituições, de forma que fortaleça o conceito de segurança alimentar e promova a participação da sociedade civil na formação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, uma vez que a adoção do projeto político

³⁸Referência ao discurso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, no Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, publicado pela *Agencia Brasil*, em 24 de maio de 2006.

³⁹Referência à fala do Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, publicada na *Agencia Carta Maior*, em 29 de maio de 2006.

neoliberal nos últimos anos retirou do Estado importantes ferramentas institucionais para a formação e a aplicação de políticas públicas (WEISSHEIMER, 2006).

Apesar destes limites e desafios mais gerais, o autor salienta a repercussão positiva do PBF nos indicadores sociais e econômicos. Corroborando esta visão, ele assinala que o Programa Bolsa Família, juntamente com o melhoramento do salário mínimo, influenciou no aumento dos níveis de consumo, especialmente de alimentos, e na elevação da expectativa positiva quanto ao futuro do país. Especificamente em relação ao PBF, destaca-se que “as pesquisas indicam melhoria da nutrição infantil e também, de modo mais indireto, na redução do trabalho infantil” (WEISSHEIMER, 2006, p. 82). Igualmente, ele sugere o rebatimento positivo do Programa nos indicadores de desigualdade social, na elevação da renda das camadas mais pobres da população e no aumento da frequência escolar no ensino público.

Essas informações sinalizam as mudanças que ocorrem nas vidas das pessoas que compõem as classes mais pobres da população brasileira. Esta transformação faz-se mais visível à medida que o autor lança mão de pesquisas⁴⁰ realizadas com os próprios beneficiários sobre o impacto do Programa nas suas rotinas de vida. Entre os resultados desta pesquisa, o autor salienta o fato de que o recurso é gasto majoritariamente com alimentação (76,4% dos entrevistados). O segundo item mais procurado refere-se àqueles relacionados com os estudos dos filhos, como material escolar (11,1% dos entrevistados). Outro aspecto do estudo que chama a atenção do autor é o fato de que um significativo percentual dos entrevistados (41,6%) garantiu que suas famílias passaram a receber um melhor tratamento no local de moradia depois do ingresso no Programa. Esta última informação,

aponta para dois aspectos positivos: em primeiro lugar, para uma maior possibilidade destas famílias avançarem na direção da construção de redes locais de sociabilidades; em segundo lugar, para uma melhora na própria autoestima dos núcleos familiares, um elemento fundamental para a construção de estratégias voltadas para a saída da situação de pobreza extrema (WEISSHEIMER, 2006, p. 98).

Weissheimer ainda destaca a repercussão do Programa no que diz respeito ao acesso ao crédito: “Cerca de um terço dos entrevistados (33,1%) respondeu que o crédito da família com os comerciantes do bairro melhorou após o ingresso no Bolsa Família” (WEISSHEIMER, 2006, p. 98). Para o autor, a facilidade de crédito representa um fator

⁴⁰O Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense realizou para o MDS uma pesquisa de avaliação do Bolsa Família, em março de 2006. Foram realizadas 4.000 entrevistas com os responsáveis legais pelo recebimento do benefício. Dos 53 municípios estudados, 27 foram as capitais dos Estados e nenhum município selecionado recebia menos de 25 bolsas. (WEISSHEIMER, 2006, p. 92).

relevante pelas possibilidades concretas que representa na melhoria das condições de vida dos beneficiários, apesar dos limites impostos pela situação de pobreza. Todos estes aspectos levam o autor a ratificar a sua postura positiva perante o Programa Bolsa Família, programa, segundo ele, “que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil” (WEISSHEIMER, 2006, p. 12).

Justo (2010), ao vislumbrar os impactos dos programas de renda mínima, destaca elementos que mostram a sua importância nas vidas dos beneficiários submetidos à situação de pobreza, marcados pela carência de bens e serviços, fragilizados, portanto, nas suas relações sociais. Neste contexto socialmente desfavorável, segundo a autora, os programas de renda mínima, entre eles o Programa Bolsa Família, exercem repercussões consideráveis em diversas dimensões da vida dos beneficiários. Uma destas dimensões projeta o PBF como elemento significativo rumo à criação de um novo direito, o direito à renda. Para a autora, este novo direito repercutirá na eliminação da pobreza, na diminuição das desigualdades, e, principalmente, na melhoria da distribuição de renda e diminuição da exploração do trabalho, que implica, por sua vez, a criação de uma alternativa à necessidade das pessoas venderem a sua força de trabalho no mercado para a obtenção da renda necessária para a sobrevivência.

Ainda de acordo com Justo (2010), os Programas de Transferência de Renda não somente contribuem para a reflexão em torno da noção de Cidadania⁴¹ (a cidadania esteve historicamente ligada aos direitos trabalhistas), mas também provoca uma ponderação a respeito do “pacto social que estabelecemos uns com os outros, do tipo de sociedade que queremos para o futuro” (JUSTO, 2010, p. 14). Trata-se aqui de perceber o impacto simbólico destes programas, uma vez que, para a autora, a garantia de uma renda produz entre aqueles que a recebem um sentimento recíproco de igualdade (independentemente de fatores como, origem, classe social, raça, sexo, opção sexual, religião, etc.) e ainda proporciona uma sensação de pertença a uma sociedade, que se solidariza em torno de um pacto, “para o qual conviver com a pobreza, a fome e desigualdades extremas se torna cada vez mais inaceitável” (JUSTO, 2010, p. 14).

Este valor simbólico potencializado pela inserção nos programas de renda mínima, para além da dimensão material proporcionada pelo benefício, consiste num tema especialmente significativo para a autora (JUSTO, 2007; 2010). Ela frisa que os beneficiários, ao possuírem regularmente uma renda, ainda que seja mínima, além de adquirirem certa

⁴¹Importa destacar aqui, tanto a aceção formal do conceito de cidadania, que indica o pertencimento a uma determinada comunidade política, quanto o seu sentido mais substantivo, representando um conjunto de direitos.

autonomia (podem decidir quando, como, onde e porque gastar o recurso que receberam), experimentam sentimentos de um mínimo de segurança (contar com uma renda certa todo mês proporciona certa estabilidade, um certo conforto e certa possibilidade de projetarem um futuro), permitindo que eles esbocem expectativas no futuro (por exemplo, contar com melhores condições para os filhos, uma vez que os programas os vinculam à educação formal, considerada por eles como importante meio de ascensão social).

Outro aspecto destacado pela autora no que diz respeito à dimensão simbólica e pessoal consiste no sentimento de autoestima experimentado pelas beneficiárias dos programas de renda mínima na medida em que podem investir na melhoria da aparência, comprando roupas novas, maquiagem e cremes, etc., o que as faz se sentirem melhores e mais felizes. A possibilidade de as beneficiárias comprarem algo que precisem, ou pagarem as contas, ou ainda poder partilhar com o marido a responsabilidade de prover o sustento da família representa outro fator que promove também a autoestima delas. Estes processos subjetivos, que ocorrem no âmbito pessoal ou familiar, podem, para a autora, potencializar a vida social para além da família. Com efeito, o recurso alocado e os cursos oferecidos pela prefeitura criam oportunidades das beneficiárias se desvencilharem dos serviços domésticos e criarem redes sociais mais amplas no bairro e na sociedade como um todo (JUSTO, 2007).

3.3 O Programa Bolsa Família no Município de Maracanaú

A história de Maracanaú registra a Lagoa de Maracanaú como o lugar em torno do qual surge o núcleo populacional que deu origem ao município, remetendo-nos à década de 1870 (Sousa, 1996). Esta lagoa situa-se numa região configurada pelas serras de Aratanha e de Maranguape e pelos rios de Urucutuba, Timbó, Cocó e Maranguapinho. Nesta área destacam-se também as Lagoas do Acaracuzinho, de Jaçanaú e a Lagoa de Pajuçara, que atraíram também pequenos grupos populacionais. Sousa identifica os índios pitaguaris como os moradores mais antigos da região, responsáveis pelo surgimento da “Aldeia Nova”, que virou em 1882, Vila de Santo Antônio do Pitaguari. Atualmente, os Pitaguaris constituem um grupo de cerca de 3000 pessoas, segundo informações dos órgãos municipais. A área de 703 hectares, localizada na serra da Aratanha e adjacências, onde hoje habita a maioria dos Pitaguaris, é a mesma onde viveram seus ancestrais (SOUSA, 1996, p. 51).

Segundo o mencionado historiador, a chegada da linha férrea em Maranguape, por volta de 1875, objetivando o escoamento da produção algodoeira rumo ao Porto de Fortaleza, contribuiu significativamente para a ocupação e o processo de urbanização do território. O

impulso deste processo deve-se também à construção do Hospital Regional (1952), cuja especialidade era o tratamento da tuberculose, conhecida como “peste branca”. De acordo com Nascimento (2006), tratava-se do segundo maior Sanatório do Brasil, em disponibilidade de leitos. Na década de 1980, com o controle da doença, a instituição altera o seu perfil, ampliando a diversidade de serviços oferecidos e passando a atender a população em geral.

O processo de povoamento, ademais, nos remonta à construção da Colônia Antônio Justa (1942), reservada para o isolamento compulsório das pessoas atingidas pela hanseníase. Segundo Freitas, a construção da Colônia foi considerada, pelos jornais da época, como evento de grande importância social. Uma das manchetes dos periódicos frisava que “esse fato representou uma das maiores realizações de alcance verdadeiramente patriótico com que o poder público poderia dotar o Ceará” (FREITAS, 2007, p. 1). Este estabelecimento, juntamente com a Colônia Antônio Diogo (Redenção - CE), constituíam as duas instituições que admitiam as pessoas portadoras do mal de hansen em toda a região nordeste do Brasil (NASCIMENTO, 2006).

A partir da década de 1980, com a atuação do MORHAN (Movimento de Reintegração de pessoas atingidas pela Hanseníase), a derrubada dos portões de isolamento e uma a ocupação desordenada, a Colônia passa por importantes transformações. As Irmãs Capuchinhas atuaram na instituição até a década de 1990, quando se decidiu transformá-la em um bairro de Maracanaú. Atualmente, o bairro Antonio Justa sofre de variados problemas de ordem social e de infraestruturas, tendo em vista as ocupações ocorridas nas últimas décadas. Hoje, ainda existe na área um hospital estadual, que serve de residência para 20 pacientes remanescentes da antiga Colônia Antônio Justa (FREITAS, 2007).

Ensejando viabilizar a urbanização de Fortaleza, que concentrava quase toda a produção industrial, inicia-se, a partir da década de 1970, o deslocamento das indústrias para Maracanaú (distante apenas 22 quilômetros da Capital), implantando-se neste lugar o I Distrito Industrial do Estado do Ceará. Este fato promoveu relevantes mudanças sociais e econômicas, além de favorecer a instalação de diversos conjuntos habitacionais para a moradia dos operários. O Conjunto Industrial, inaugurado em 1979, figura como o primeiro bairro construído para a residência dos trabalhadores das indústrias instaladas no território.

No ano de 1983 o Distrito de Maracanaú, até então subordinado ao Município de Maranguape, conquista sua emancipação política mediante os esforços do Midema – Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú – que conseguiu sensibilizar e mobilizar a população para este fim. A partir de 1986, Maracanaú integra-se à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), formada atualmente por 15 unidades territoriais (ANEXO

A): Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama e Cascavel.

Maracanaú possui a segunda menor área territorial (ANEXO B) da Região Metropolitana (111, 334 Km²), mas de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE/2010), o município é o terceiro mais populoso (209.057 hab.) da RMF, perdendo somente para a Capital (2.452.185 hab.) e para o Município de Caucaia (325.441 hab.). A população maracanaense é majoritariamente urbana, com quase a totalidade dos habitantes residindo na cidade. Constata-se também que a população é consideravelmente jovem, uma vez que 25% do seu total têm até 14 anos de idade, dos 15 aos 19 anos de idade o censo registra 10% da população total e a faixa dos 20 aos 29 anos de idade compreende 20% do conjunto populacional. O contingente a partir dos 65 anos de idade totaliza 10.523 pessoas, representando apenas 5% dos maracanaenses. Quanto à configuração de gênero, o Município possui 48% da população formada por homens e 52% composta por mulheres.

Sob o aspecto econômico, Maracanaú destaca-se por sediar o maior distrito industrial do Estado, fazendo deste setor o principal motor de sua economia, que gera cerca de 75% de toda a arrecadação municipal (Sousa, 1996) e o que produz mais empregos no município (CAGED). Este setor coloca o município em 2º lugar em termos de arrecadação, no Estado do Ceará, ficando atrás apenas da Capital. De acordo com as últimas atualizações (IBGE/2008), Maracanaú possui o terceiro maior PIB *per capita* do Ceará (R\$ 15.620,27), perdendo somente para os municípios de Eusébio (R\$ 23.204,78) e Horizonte (R\$ 15.946,59). Além disso, Maracanaú é o segundo maior exportador do Ceará, destacando produtos, tais como, tecido, couro, produtos de ferro e aço, equipamento de cozinha e peça de veículo (JA, 2011).

Para visualizarmos mais detalhadamente o perfil social de Maracanaú na atualidade recorreremos ao mapa dos indicadores da Educação Fundamental, serviço cuja responsabilidade maior recai sobre o Município. Vejamos os dados seguintes, fornecidos pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará):

TABELA 5 - Indicadores Educacionais do Ensino Fundamental

Indicadores	Ano 2008		Indicadores	Ano 2009	
	Quantidades	%		Quantidades	%
Matrículas	32.852	100	Matrículas	33.870	100
Abandono	821	2,5	Abandono	609	1,8
Aprovação	29.106	88,6	Aprovação	30.178	89,1
Reprovação	2.923	8,9	Reprovação	3.082	9,1

Fonte: IPECE (2010).

Analisando as informações acima, contidas no Anuário Estatístico do Ceará, podemos abordar alguns indicadores educacionais do ensino fundamental no município de Maracanaú. A partir de uma perspectiva mais geral, podemos notar na evolução dos indicadores uma pequena mudança em relação aos anos referenciados. Constatamos, primeiramente, que não ocorreu no intervalo de tempo indicado grandes alterações em relação ao número de matriculados no ensino fundamental do município. Enquanto no ano de 2008 fez-se 32.852 (trinta e duas mil, oitocentos e cinquenta e duas) matrículas, no ano de 2009 realizou-se 33.870 (trinta e três mil, oitocentas e setenta), representando um acréscimo de cerca de 3% nas matrículas efetuadas. Continuando o discreto ritmo de evolução, percebemos, posteriormente, uma leve melhora no Índice de Aprovação dos alunos. No ano de 2008 foram aprovados 29.106 (vinte e nove mil, cento e seis) alunos, representando 88,6% do total matriculado, enquanto no ano de 2009 este número alterou-se para 30.178 (trinta mil, cento e setenta e oito) alunos, chegando a um percentual de 89,1% da totalidade. Este avanço é percebido ao vislumbrarmos o Índice de Reprovação. Houve um pequeno retrocesso, na medida em que no ano de 2008 registrou-se que 8,9% dos alunos foram reprovados, enquanto que em 2009 constatou-se a reprovação de 9,1% dos discentes.

Quando observamos o Índice de Abandono, verificamos um cenário um pouco mais positivo na medida em que no ano de 2008 constatamos que 821 (oitocentas e vinte e uma) crianças abandonaram a escola, enquanto no ano de 2009 este número reduziu-se para 609 (seiscentos e nove). No entanto, este dado não deixa de ser preocupante, uma vez que a Educação é considerada pelos órgãos oficiais do governo, fator decisivo no combate à pobreza (Educação, 2011). Sobre este aspecto, podemos, ainda, frisar a ocorrência do índice de analfabetismo em meio à população maracanaense, que registra o elevado percentual de 9,7% (IBGE/2010) de analfabetos com 15 anos ou mais de idade⁴².

Se compararmos estes resultados com os dados de todo o Estado do Ceará, podemos vislumbrar um quadro mais favorável, uma vez que o número de matriculados no ensino fundamental diminuiu em 1,96%, ou seja, houve uma redução de 23.928 (vinte e três mil, novecentos e vinte e oito) matrículas no Estado, enquanto em Maracanaú ocorreu um acréscimo de 3%. Nos Indicadores de Abandono e Aprovação Maracanaú seguiu a tendência do Estado, mas no Indicador de Reprovação, percebemos o município andar na contramão do Estado, aumentando, ainda que de forma discreta, o seu percentual de alunos reprovados. No

⁴²O Censo de 2000 (IBGE/2000) constatou uma situação mais desfavorável no que diz respeito a este quesito, Maracanaú registrava quase o dobro (15,0%) de analfabetos com quinze anos ou mais de idade neste período.

que diz respeito ao analfabetismo, Maracanaú permanece entre os três municípios do Estado do Ceará com menor taxa de analfabetos de 15 anos ou mais de idade.

Recorrendo aos Anuários Estatísticos do Ceará dos anos 2009 e 2010, podemos também observar alguns indicadores de saúde do Município.

Tabela 6 - Indicadores de Saúde do Município de Maracanaú

Ano 2007			Ano 2009		
Nascidos vivos	Óbitos	TMI (por mil nascidos vivos)	Nascidos vivos	Óbitos	TMI (por mil nascidos vivos)
3.713	34	9,2	4.565	45	9,9

Fonte: IPECE (2009; 2010).

Como podemos observar neste quadro os indicadores de saúde referentes à mortalidade infantil no ano de 2007 mostram que a cada 3.713 (três mil, setecentos e treze) nascidos vivos, 34 (trinta e quatro) chegam a óbito, correspondendo a uma Taxa de Mortalidade Infantil de 9,2%. No ano de 2009 houve um aumento de 852 nascimentos, o que representa um acréscimo de 22,94%. Ao compararmos esta cifra com a do Estado, constatamos que o município está bem abaixo da média do Ceará, que detém uma Taxa de 15,83% de óbitos para cada mil nascimentos, que implica 2.113 (duas mil, cento e treze) mortes de pessoas menores de 1 ano de idade.

Ensejando sintetizar os indicadores de qualidade de vida em Maracanaú, destacamos o IDH-M (IGBE), que mede o nível de qualidade de vida no âmbito local. O município apresentou no ano 2000 um índice de 0,736⁴³, ocupando o segundo lugar no ranking estadual, atrás apenas de Fortaleza (0,786), se posicionando acima da média do Estado (0,699). Este resultado se inscreve numa articulação entre os índices de Educação (0,863), de Longevidade (0,760) e de Renda (0,585).

Mediante estas informações sobre o município de Maracanaú vislumbramos um perfil social e econômico marcado por grandes contradições. Estas são visualizadas também ao observarmos os dados disponíveis sobre o Programa Bolsa Família no município. O Cadastro Único, implementado em Maracanaú a partir de 2002, indicava, na época, um contingente de quase 30 mil famílias em situação de vulnerabilidade social (Secretaria de Assistência Social

⁴³O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) indica que os índices que variam de 0 a 0,5 são classificados em baixo desenvolvimento humano, os índices entre 0,5 e 0,8 são classificados em médio desenvolvimento humano e os índices entre 0,8 e 1,0 são considerados de alto desenvolvimento humano.

e Cidadania - SASC), enquanto o Programa Bolsa Família, instituído no município em 2003, contemplava mais de 20 mil famílias (Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, Projeto de Revitalização do Cadastro Único de Maracanaú – 2005), o que correspondia a 66% dos inscritos no mencionado cadastro. Verificando a evolução destes dados, constata-se atualmente, que o Programa Bolsa Família ainda abrange, atualmente, um contingente de 22.158 famílias em Maracanaú, correspondendo a uma cifra de 55,20% da população inscrita no Cadastro Único (41.118 famílias)⁴⁴.

Como exposto no primeiro item deste capítulo, o PBF, ao ser uma política social que implica a ação conjunta das três instâncias de governo (Federal, estadual e municipal), exige instrumentos adequados que atuem nestes três diferentes níveis administrativos e territoriais, mas levando sempre em consideração a integração das ações, visando ao objetivo do programa, qual seja, combater a fome e a pobreza, potencializando o desenvolvimento social e humano do seu público-alvo.

No âmbito municipal, o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) é um instrumento essencial para o funcionamento deste Programa. Com efeito, o CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social⁴⁵. Além disso, consta entre as funções do CRAS a de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades territoriais a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

Na tabela abaixo listamos os CRAS estabelecidos no Município de Maracanaú, indicando o número de famílias correspondente a cada um deles:

⁴⁴Fonte: Cadastro Único (Junho/2011). Acesso realizado mediante o GESUAS (Gestão do Sistema Único de Assistência Social de Maracanaú).

⁴⁵O número de CRAS em cada município depende do tamanho de sua população: em um município que tem até 20.000 habitantes orienta-se o estabelecimento de 1 unidade deste equipamento público; em municípios de até 50.000 habitantes instrui-se a presença de 2 CRAS; 4 unidades em municípios que tenha entre 50.000 e 100.000 habitantes; em metrópoles ou capitais é recomendado o estabelecimento de 8 ou mais. (Sistema, 2011b).

Tabela 7 - Unidades do CRAS em Maracanaú⁴⁶

CRAS	%	CADÚNICO	%	PBF
ALTO ALEGRE	15,23	6.109	15,31	3.392
ANTONIO JUSTA	7,56	3.033	8,61	1.907
BOA ESPERANÇA	7,22	2.897	6,68	1.480
INDÍGENA	2,70	1.084	3,38	7.49
JEREISSATI	33,56	13.463	29,84	6.613
MUCUNÃ	8,86	3.553	10,04	2.224
PAJUÇARA	18,94	7.600	20,08	4.450
PARQUE SÃO JOÃO	5,93	2.379	6,06	1.343
TOTAL	100%	41.118	100%	22.158

Fonte: Cadastro Único (Junho/2011).

Verifica-se nesta tabela que no Município de Maracanaú o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família está muito aquém daquele que consta no Cadastro Único, cujo perfil também pode ser qualificado como socialmente vulnerável, uma vez que as famílias nele listadas apresentam uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Como indicado acima, estes dados podem mostrar o grau de contradição e desigualdade social quando se leva em consideração os níveis de desenvolvimento econômico apresentados no município.

Os CRAS, que são os responsáveis pelo acompanhamento das famílias e o gerenciamento dos serviços de assistência social básica (inclusive o Programa Bolsa Família) ao longo do território municipal, desenvolvem em Maracanaú, atividades, tais como, cadastramento das famílias, levantamento e identificação das necessidades das famílias, atendimentos psicossociais individuais e em grupo, visitas domiciliares e institucionais, encaminhamento aos serviços oferecidos na rede social, ações sócio-educativas com as famílias, como cursos, palestras e oficinas (www.maracanau.ce.gov.br). Como indicado na tabela acima, existem no município pelo menos três CRAS sobrecarregados (CRAS Jereissati, CRAS Pajuçara e CRAS Alto Alegre), responsabilizando-se por contingentes populacionais excessivamente numerosos, comprometendo, assim, a qualidade das intervenções e dos encaminhamentos realizados pelos profissionais em regiões de grande vulnerabilidade social.

Buscando abordar a implementação do PBF no Município de Maracanaú, importa considerar os elementos que configuram a vida econômica e social dos beneficiários, uma vez que este fator não somente condiciona as estratégias traçadas por eles na tentativa de galgar melhores condições de existência, mas também visualiza os meios e instrumentos aos quais

⁴⁶Interessa notar que na época em que fora realizada a pesquisa exploratória (Julho de 2010) havia somente seis CRAS instalados no Município. Até o período da segunda presença em campo (Fevereiro de 2011), foram instaladas mais duas unidades (Boa Esperança e Parque São João), totalizando oito CRAS em Maracanaú.

eles recorrem, ensejando produzir e reproduzir as suas próprias identidades, afirmando-se como sujeitos na ação/interação com os outros e com a realidade que os cerca. Com efeito, o êxito das políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, depende da sua capacidade de interagir com as potencialidades culturais e humanas disponíveis no contexto local, buscando negociar com a realidade, respondendo as demandas nelas inscritas.

Mediante consulta aos dados do Cadastro Único (Julho/2011), constatamos que 97,10% dos titulares do benefício no Município de Maracanaú são do sexo feminino, representando um contingente de 21.515 famílias. As famílias representadas por homens atingem um percentual de 2,90%, o que significa 643 famílias. Confirma-se, desta forma, a prioridade da mulher como titular do benefício do programa em tela. Importa perceber que, num contexto de cultura ocidental, marcado pelo patriarcalismo, em que os papéis de gênero estão socialmente definidos, a prioridade de mulheres no auferimento dos benefícios pode desembocar em constrangimentos familiares ou mobilizar os beneficiários para uma ruptura com a cultura predominante.

Através do Cadastro Único pode-se constatar também que em Maracanaú, a iluminação utilizada majoritariamente nos domicílios das famílias beneficiárias é proveniente da rede pública, perfazendo um percentual de 71,82% das famílias (15.918 famílias) do Programa Bolsa Família. As famílias que possuem Registro Comunitário chegam a 12,74% dos beneficiários e aquelas que usam Lampião para iluminação doméstica correspondem a 12,02% das famílias (2.663 famílias). Já as famílias que recorrem à Vela como meio de iluminação doméstica representam 1,89% das famílias (419 núcleos) do Programa Bolsa Família.

Constata-se também que a rede pública representa a forma de abastecimento de água mais frequente entre os beneficiários em Maracanaú, chegando a atingir um percentual de 84,92% das famílias contempladas pelo programa (18.817 famílias), enquanto os poços/nascentes constituem a forma de abastecimento de 4,71% das famílias beneficiadas (1.044 famílias). Estas ocorrências merecem ser considerados, uma vez que estudos com os beneficiários do PBF demonstram que boa parte deles reserva o recurso auferido para efetuar o pagamento de água e energia, fazendo disso um compromisso prioritário. Trata-se de uma estratégia cotidiana, que garante certa segurança aos beneficiários, possibilitando que eles se lancem em outras atividades para conseguir o sustento diário. Este dado pode também sugerir o grau de importância que os beneficiários atribuem ao uso de eletrodomésticos, possibilitando-os, por exemplo, sentirem-se participantes de uma sociedade como a nossa que valoriza e promove o uso de utensílios e serviços modernos.

Outro elemento que se destaca no perfil dos beneficiários do município diz respeito à escolaridade. O Cadastro Único fornece dados que esclarecem este aspecto:

Tabela 8 - Escolaridade dos beneficiários do PBF

ESCOLARIDADE	PBF	%
Sem Escolaridade	1216	5,49
Até 4ª Série	4997	22,55
Com 4ª Série	1462	6,60
De 5ª a 8ª Série	6231	28,12
Ens. Fund. Comp.	1895	8,55
Médio Incompleto	1952	8,81
Médio Completo	4312	19,46
Sup. Incompleto	40	0,18
Sup. Completo	49	0,22
Especialização	2	0,01
Mestrado	1	0,01

Fonte: Cadastro Único (Junho/2011).

Verificamos que os maiores índices percentuais entre os titulares do benefício do Bolsa Família cursaram entre a 5ª e a 8ª série (28,12%). Em seguida, apresentam-se aqueles que fizeram até a 4ª série (22,55%) e os que possuem o Ensino Médio completo (19,46%). De forma geral, percebemos que há beneficiários em todos os níveis de estudo no município de Maracanaú, mas nota-se a tendência de uma menor incidência nos níveis mais elevados. Este dado pode confirmar a clássica relação existente entre a escolaridade e a pobreza, indicando que quanto mais alto é o nível de escolaridade menos possibilidade de se deparar em condições de pobreza e extrema pobreza (com casos a se considerar). Percebe-se em geral grande valorização dos estudos entre os beneficiários, de forma que o acesso à educação leva-os a forjar melhores perspectivas de futuro para os filhos e gerações posteriores.

A valorização dos estudos converge para o fato de a compra de material escolar representar um dos principais gastos realizados com os recursos do Programa Bolsa Família (WEISSHEIMER, 2006). Ademais, o baixo nível de escolaridade entre os titulares do programa pode explicar a alegria vivida por eles (principalmente mães) em ter os filhos frequentando a escola, revelando a satisfação de ver que os filhos têm o que elas não puderam ter. Esta situação repercute subjetivamente forjando sonhos e expectativas em pessoas, cujas vidas são marcadas por grandes dificuldades econômicas e sociais.

O tipo de material com o qual é feito o domicílio pode revelar, entre muitos elementos, as condições de vida dos seus moradores, assim como os sonhos ou frustrações que os habitam, no que refere ao ideal do bem-morar ou bem-viver, tão divulgado numa sociedade

moderna e capitalista como a nossa. Podemos constatar, mediante as informações do Cadastro, que 88,86% dos beneficiários do Bolsa Família em Maracanaú vivem em casas construídas com alvenaria e revestimento (19.691 famílias), enquanto 2,17% (480 famílias) moram em casas de alvenaria, mas sem revestimento. Para completar, os registros indicam que 91,60% dos beneficiários (20.298 famílias) vivem em casas que possuem piso de terra e apenas 6,81%, em casas cujo piso é construído de cimento (1.508 famílias). Pergunta-se até que ponto estas situações repercutem no imaginário dos beneficiários na medida em que o ideal de casa moderna (como assinalou uma beneficiária) promovido pelos meios de comunicação se choca com a realidade vivida cotidianamente por grande parte deles. Destaca-se também sobre os encaminhamentos realizados por beneficiários que vivem em casas alugadas e que encontram no Programa Bolsa Família suporte para dar evasão ao sonho de possuir sua própria casa, embora pequena e com todas as limitações.

Ao descrever nesse capítulo as determinações básicas do Programa Bolsa Família, assim como o debate gerado por ele na sociedade brasileira, buscamos mostrar que esta política social não está delineada de forma definitiva e imutável, mas da mesma forma que é resultado de um processo anteriormente iniciado (Aprovação do PGRM, Programas de transferência de renda remanescentes, alterações realizadas depois da sua implementação, etc.) ela continua sob pressões, críticas e negociações de diversas matizes, podendo adquirir uma nova configuração no futuro.

Nossa proposta de estudo pretende abordar os reflexos do PBF nas vidas dos seus beneficiários, forjando subjetividades e promovendo identidades no contexto social, econômico e cultural em que está inserido. Neste sentido, descrevemos o processo de implementação do Programa no Município de Maracanaú, visualizando elementos que configuram a vida real dos seus beneficiários. Partimos do fato de que a interação entre os elementos vitais até expostos influenciam decisivamente as vidas dos mencionados sujeitos, cujas identidades e ações se renovam constantemente perante as novas situações com as quais se deparam.

4 O BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ: IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL

Ao abordar os reflexos do Programa Bolsa Família nas vidas dos seus beneficiários, faz-se necessário termos em conta a realidade da pobreza no Brasil e as suas implicações na vida dos pobres que, para Telles (1999), representam a figura clássica da destituição.

Nesse lugar de uma pobreza transformada em condição natural, não existem sujeitos. Nele, homens e mulheres se veem privados de suas identidades, já que homogeneizados na situação estigmatizadora da carência. Sem existência jurídica definida, nem mesmo lhes cabe o recurso legal a que em princípio os (outros) trabalhadores podem recorrer quando se percebem lesados nos seus direitos (TELLES, 1999, p. 95).

Neste fragmento de texto a autora nos dá a conhecer o *status* dos pobres frente a um sistema social que historicamente naturalizou as suas aviltantes condições sociais não somente mediante a legitimação jurídica⁴⁷, mas também através da indiferença diante do espetáculo dessas condições. Segundo essa autora, nesta ordem estabelecida estes indivíduos são destituídos até mesmo de suas subjetividades:

Os pobres são aqueles que não têm nome, não têm rosto, não têm identidade, não têm interioridade, não têm vontade e são desprovidos de razão. Nessa (des)figuração, é definido também o seu lugar na ordem natural das coisas: são as classes baixas, as classes inferiores, os ignorantes, que só podem esperar a proteção benevolente dos superiores ou então a caridade da filantropia privada (TELLES, 1999, p. 117).

É neste contexto de destituição social onde se implementa o Programa Bolsa Família, recolocando os temas da pobreza e da miséria no debate público da atual sociedade brasileira. Colaborando na reconfiguração de um novo cenário, aludimos à sanção da lei 12.435 (Julho de 2011) que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representando o coroamento de um processo já manifesto em 1993 (criação da Lei Orgânica da Assistência Social) e em 2004 (aprovação da Política Nacional de Assistência Social).

⁴⁷ A legitimação jurídica do *status* do pobre tem lugar a partir da Era Vargas, mediante a regulação do mercado de trabalho, com a Consolidação das Leis Trabalhistas e o estabelecimento dos mínimos sociais. Esta legislação deixou de fora, por exemplo, um contingente expressivo de trabalhadores ocupados em atividades irregulares de pequeno comércio, no meio urbano, constituindo o setor “informal” da economia (IVO, 2008).

Diante disso, ensejamos visibilizar as subjetividades dos beneficiários do Programa Bolsa Família indicando até que ponto este programa social potencializa a aparição de sujeitos dotados de capacidades de agir sobre a realidade que os circunda, mesmo estando condicionados por situações desfavoráveis. Trata-se de focar os movimentos subjetivos revelando a presença de identidades que se reestruturam constantemente em meio às condições sociais dadas, rebatendo nas relações estabelecidas com o conjunto da sociedade.

4.1 A Contribuição do Programa Bolsa Família na Construção de Subjetividades

Baseando-nos na reflexão de Bertrand (1989), vislumbramos as construções simbólicas dos beneficiários do Programa Bolsa Família frente à realidade social que os circunda. Para essa autora, nos estudos sobre a sociedade uma abordagem crítica do mundo simbólico dos atores sociais faz-se relevante, uma vez que estamos lidando não somente com a constituição de subjetividades, mas também com a capacidade de os sujeitos forjarem projetos de ação para intervirem na sua realidade, visando galgar melhores condições de existência, e, ao mesmo tempo, produzindo e reproduzindo as relações sociais do sistema que os envolvem. Assim, esta autora explicita a estreita relação entre a ação social e o seu delineamento subjetivo. Para ela, “as representações, para serem socialmente eficientes, devem também ser subjetivamente eficientes” (BERTRAND, 1989, p. 22).

A autora nota também que a relação entre a subjetividade e a realidade social aparece à medida que o imaginário revela-se como a esfera onde o homem alcança sua realização de forma antecipada, ou seja, o âmbito simbólico constitui o domínio onde o ser humano supera idealisticamente os sofrimentos infligidos por uma realidade social contraditória, satisfazendo seus interesses e necessidades mais profundas e tomando-se como um ser unificado e reconciliado. Dessa forma, podemos ver nos ideais os reflexos do desejo humano de reconciliação consigo mesmo e com a realidade que o circunda.

Nesta perspectiva, ao nos aproximar do imaginário simbólico dos beneficiários identificamos uma série de representações que dizem respeito às suas condições sociais. Trata-se de idealizações, sonhos e expectativas ligadas a contextos precisos, que adquirem valor vinculante na configuração de suas subjetividades e de seus projetos de ação.

Isto nos leva a perceber que a inserção no Programa Bolsa Família, na medida em que potencializa sonhos e expectativas de melhores condições de vida, viabiliza a expressão de sujeitos portadores de identidades, vontades e razão em meio a um mundo social, cujos

sistemas políticos, econômicos e jurídicos encontram-se pautados em princípios marcadamente excludentes, em que os pobres não têm vez nem voz (TELLES, 1999).

Sobre a importância do Programa no futuro de sua família, uma entrevistada⁴⁸ destacou imediatamente o valor dos estudos. Aprofundando a sua resposta ela diz:

Sem o estudo, não tem futuro nenhum a vida da gente. Tem que estudar! Tem um emprego bom, né! Emprego! Tem muita coisa! Com o estudo melhora a vida da gente. Com o estudo você pode trabalhar numa coisa boa! Ter seu próprio dinheiro, né! Sem estudar, você não consegue emprego. É difícil conseguir! Estudando, já melhora a situação! (Margarida, 5_ anos, R\$ 112, 00).

Este depoimento revela uma expectativa bastante comum entre os beneficiários. Aqui verificamos uma construção idealizada sobre a educação que é impulsionada pela inserção no Programa Bolsa Família, uma vez que a frequência escolar dos filhos dos beneficiários constitui uma das condicionalidades. Esta mesma expectativa é confirmada no depoimento seguinte:

Importância? Que eles fiquem sempre no colégio! Só quem dá o futuro é a escola! Outra coisa não dá não! Não dar de jeito nenhum! A rua não tem futuro! Só tem no colégio! Um curso, bom emprego! Isso eu digo pra eles! Que estude, porque outra coisa não pode dá. Só os estudos mesmo! Eu digo muito aos daqui: vocês estudam, porque o futuro de vocês é os estudos! Porque até para limpar um chão tem que ter curso! Sem curso, não tem emprego! (Rosa, 39 anos, R\$ 167, 00).

Embora esta postura a respeito da educação seja questionável na sociedade atual, uma vez que se constata que os estudos não promovem automaticamente a inserção no mercado de trabalho nem a melhoria das condições sociais de vida, não se pode negar que esta concepção habita com frequência o imaginário do homem moderno, assumindo contornos especiais nas percepções dos beneficiários do PBF, para os quais a educação dos filhos constitui um feito muitas vezes inacessível e uma obrigação imposta pelas determinações do Programa Bolsa Família. Importa lembrar a situação do Município de Maracanaú-CE no que se refere à questão da educação pública, que é caracterizada pela precariedade qualitativa e quantitativa, remetendo à deficiência do sistema nacional de educação pública (IVO, 2008).

Mesmo sabendo, mediante a reflexão de Bertrand, que a elaboração de idealizações se processa no dinamismo autônomo do imaginário simbólico estimulado pelo desejo de

⁴⁸ Mantemos o anonimato dos beneficiários adotando nomes fictícios nos trechos de entrevistas apresentados.

realização humana, em variadas falas dos beneficiários aparece uma relação estreita entre algumas representações e a inserção no PBF. Isso pode ser atestado no depoimento:

É pra mode pagar um curso, né! Muita coisa! Tá ai, a minha filha vai fazer catorze anos. Eu vou pagar um curso pra ela, de computação, com o Bolsa Família que ela recebe. Com este curso espero muitas melhoria pra ela! Ser uma doutora, uma engenheira, né! Qualquer coisa. Ela que vai escolher! (Quitéria, 34 anos, R\$ 90,00)

Este depoimento, além de explicitar uma idealização em relação ao futuro, potencializada pela inserção no Programa, indica que os ideais podem dispor subjetivamente os beneficiários a uma relação com as pessoas mais próximas, configurando, ou reforçando, por exemplo, os coletivos de base familiar. Neste sentido, podemos citar outro discurso:

Meu sonho era de eu ir comprando um materialzinho pra construir um cantinho pra o meu sobrinho, sabe. Esse que vive no meio do mundo, no meio da rua! Isso aqui (a casa) não é meu não. Isso aqui é do meu marido. É da família dele. Eu não conto com isso, não, sabe. Um quartinho, um canto pra mim mesmo, sabe! (Gonçala, 43 anos, R\$ 68,00)

Este reforço coletivo de tipo familiar promovido a partir da esfera dos ideais e sonhos nos remete a um intento básico do PBF. De fato, este Programa, quando elege a família como foco de atuação, busca, entre outras coisas, fortalecer os vínculos parentais, firmando uma rede de proteção contra a pobreza e as condições de vulnerabilidades sociais. Teixeira (2009), ao abordar as ambiguidades desta iniciativa, destaca um possível reforço dos laços familiares tradicionais, não deixando de frisar os efeitos subjetivos em curso, qual seja, a elaboração de grandes expectativas em relação às famílias socialmente fragilizadas, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo equacionamento das contradições sociais. A idealização do papel materno pode ser relacionada com este fenômeno, na medida em que se projeta na figura da mãe as virtudes do cuidado, do carinho e da perfeição, como bem assinala uma das entrevistadas (Leila, 47 anos, R\$ 130,00 reais).

A idealização que gera ou fortalece no âmbito da subjetividade os vínculos coletivos de tipo familiar, pode vislumbrar também uma escala mais ampla de solidariedade. Percebemos casos em que os beneficiários se elevam do nível de idealização vinculado ao âmbito da família para o nível mais abrangente do bairro e da sociedade. Diante da pergunta sobre a obrigação de o governo implementar programas de transferência de renda para os mais pobres, uma das entrevistadas desabafa:

Obrigação de dá dinheiro ao povo, não! Ele tinha obrigação de fazer coisas melhores, fora o dinheiro! Há muita coisa que não é feita no mundo! Não é nem só no Brasil! É no mundo! Essa questão que eu tava falando, a questão de cada cidade, cada bairro ter um lazer, uma segurança melhor, a saúde, muito melhor! Emprego pra pessoas que, como hoje, no caso, se você tiver o primeiro ou o segundo ano, é mais fácil de você conseguir um emprego, agora se você for analfabeto, você tem que esperar ser classificado por várias firmas, e, às vezes, nem ser de carteira assinada, pra poder trabalhar! Em questão disso, a obrigação de dá dinheiro o povo, ele não tem! Mas, ele tem obrigação, que todos eles usam nosso dinheiro de impostos que a gente paga, todos eles têm obrigação de dá uma função de vida melhor pra a gente! (Ana, 24 anos, R\$ 66,00)

Nesta representação podemos averiguar que a iniciativa do Programa Bolsa Família reforça a predisposição de alguns beneficiários a refletirem sobre os serviços básicos do seu bairro e da sociedade, tais como, lazer, segurança, saúde, trabalho e educação. A iniciativa da transferência de renda os leva a vislumbrar iniciativas de maior impacto na sociedade lançando mão das obrigações do governo em função dos impostos arrecadados. Dessa forma, estes beneficiários projetam uma imagem de si em integração com um coletivo mais abrangente, cuja aproximação se dá mediante as situações comuns de pobreza, mas também se inspirando no anseio de viverem em condições mais dignas de existência.

Esta projeção de si numa relação de solidariedade com um coletivo mais abrangente é visualizada nas formulações de Cortina (1995) à medida que ela ressalta as intuições éticas que subjazem às ações sociais do homem nas diversas sociedades. Esta autora destaca que o homem diante do seu agir social tem passado por uma evolução nas suas concepções acerca do que é justo e injusto, transpondo-se de um nível pré-convencional para um nível convencional e chegando, nas sociedades democráticas, a um estágio pós-convencional.

Seguindo está lógica, no primeiro nível a concepção de justiça tende a satisfazer meramente aos interesses egoístas do agente. No segundo nível as práticas do homem buscam corresponder às suas próprias regras e convenções ou as do grupo a que pertence. No nível pós-convencional verifica-se, de acordo com a autora, uma tendência a incorporar princípios universalistas. As sociedades democráticas desenvolvem uma consciência moral na qual o homem, diante do seu agir, coloca-se “no lugar de qualquer outro” (CORTINA, 1995, p. 31), vislumbrando-se numa relação com o conjunto da sociedade.

Diante desta evolução da consciência moral, Cortina explicita, no entanto, que não se trata de inferir que nas sociedades democráticas todas as pessoas tenham alcançado o referido nível de consciência, mas percebe-se que as instituições democráticas são baseadas em princípios universalistas. Partindo desta perspectiva, as instituições vão gerando entre a população uma cultura política marcada por tais princípios. Ademais, acrescenta a autora,

estas instituições não se manteriam se uma boa parte das pessoas não assumisse uma postura moral universalista, superando as perspectivas egoístas e particularistas. Entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, podemos ainda ratificar tais anseios em outra fala:

Eu acho que ele deveria dá era emprego, porque só o Bolsa Família não resolve, não. Melhora, né, para os meninos, para as crianças. Para comprar um caderno, uma chinela, um lápis. Mas, não resolve tanto! Dá pra comer, pra sobreviver! Eu achava melhor, o emprego! Montar uma fábrica para empregar as pessoas, os pobres, que estão desempregados (Lucinda, 40 anos, R\$ 68,00).

Estes relatos acima que colocam em evidência a ausência de serviços públicos básicos, tais como, lazer, segurança, saúde, trabalho e educação, mostram que as idealizações dos beneficiários são forjadas num estreito vínculo com as suas necessidades, indicando os aspectos nos quais eles se percebem mais vulneráveis. Para Agnes Heller (1996), as necessidades constituem a uma categoria social, uma vez que “os homens e mulheres ‘têm’ necessidades enquanto *zoon politikon*, enquanto atores e criaturas sociopolíticas” (HELLER, 1996, p. 84). Isto indica, não somente que as idealizações dos beneficiários podem ser configuradas a partir de necessidades por eles vividas, mas também aponta para o fato de eles estarem inseridos, ainda que de forma precária, no interior de uma sociedade, que formata e legitima necessidades individuais e carências (necessidades sociopolíticas). A autora frisa, no entanto, que as necessidades, por mais socializadas que sejam, no que se refere à estrutura concreta e aos objetos de sua realização, implicam diferentes vias de satisfação de acordo com as diferentes pessoas, de forma que a educação é uma necessidade socializada, mas ela é correspondida de diferentes maneiras, tais como, educação básica, educação profissional (distintas profissões), educação acadêmica (distintos áreas de estudos), etc.

Diante destas necessidades acima referidas, visualizamos também as fortes contradições sociais percebidas no Município de Maracanaú, que, de um lado, se apresenta como um dos mais desenvolvidos do Estado do Ceará, e, de outro lado, possui indicadores insatisfatórios nos serviços mencionados acima. Chama a atenção o fato de o Município possuir o mais importante Pólo Industrial do Estado, mas ao mesmo tempo apresentar altas taxas de desemprego e de pobreza, além de precária capacitação profissional e grande deficiência na educação pública.

Este cenário desqualifica a tese de que o desenvolvimento econômico desemboca automaticamente no desenvolvimento social, elevando a qualidade de vida e promovendo a diminuição das desigualdades e da pobreza. Esta é uma visão economicista que preconiza a resolução da fome e da pobreza a partir da regulação da sociedade pelo mercado

(ZIMMERMANN, 2006). Este princípio foi reavaliado pela própria corrente liberal, que reconheceu a importância da intervenção do Estado, ainda que seja mínima, em função de situações de extrema necessidade, tais como, velhice e deficiência. Estas condições extremas, no entanto, foram percebidas em outras situações que exigiram uma maior presença do estado: salários extremamente baixos e crises econômicas prolongadas (ESPING-ANDERSEN apud ZIMMERMANN E SILVA, 2009).

Estas contradições sociais existentes em Maracanaú justificam a atuação do Estado visando proporcionar melhores condições de vida para uma ampla parcela da população. Há expectativas na solução destes problemas na medida em que o Programa Bolsa Família busca integrar os variados serviços num esforço de intersectorialização, e vinculá-los às políticas estruturais, buscando promover a emancipação sustentada dos beneficiários. Esta integração entre os serviços de Assistência Social, Educação, Saúde e Trabalho, embora seja meta do programa em tela, ainda representa um desafio constatado pelos gestores locais.

No dinamismo imaginário gerador de idealizações e sonhos percebemos, também, que a implementação do Programa Bolsa Família vai ao encontro da construção da ideia de um futuro melhor, com melhores condições de vida, resultado de uma gradativa ascensão social. Ao serem perguntadas sobre o tempo de permanência no Programa, algumas entrevistadas demonstram essa expectativa:

Eu acho que até chegar a uma classe social melhor! Que não tenha mais precisão, necessidade de receber o Bolsa Família. Mas, que a pessoa tenha a sã consciência de devolver aquilo que recebia no começo se não tem mais necessidade de receber! Acho que até quando a pessoa não tiver mais condições, mesmo! (Ana, 24 anos, R\$ 66,00).

Averiguamos neste depoimento a ocorrência de casos em que os beneficiários projetam no futuro uma situação na qual eles galgarão melhores condições de vida e disponibilizarão, conscientemente, as suas vagas no Programa para outros que precisarem do benefício. Trata-se aqui da projeção de uma imagem de si em que o beneficiário se vê como sujeito emancipado e consciente de suas ações. Nesta fala, percebemos movimentos subjetivos que se processam no contexto de inserção no Programa Bolsa família, mas também notamos reflexos da racionalidade moderna, preconizando, como sugere François Dubet (1996), a evolução dos mundos comunitários rumo a estágios mais complexos e racionais de vivências (onde se percebe um alto grau de divisão do trabalho, a predominância de relações sociais formalizadas e contratuais, etc.), chamados de “sociedades”.

Esta mentalidade teleológica marca significativamente as ciências sociais modernas (WALLERSTEIN, 2002), configurando, por sua vez, a elaboração de políticas públicas. Trata-se de um desenvolvimento histórico que implica uma série de etapas a serem ordenadamente superadas visando um futuro melhor e não deixando de imprimir, segundo este autor, um efeito disciplinador nas classes populares. Este caráter disciplinar das políticas sociais é também frisado por Silva (2009), que vislumbra nas condicionalidades do Programa Bolsa Família um instrumento de controle social das populações mais pobres, uma vez que estas poderiam gerar estigma de assistidos, impulsionando os beneficiários à aceitação de empregos, às vezes degradantes.

Chama atenção entre os beneficiários a idealização de um futuro feliz, onde as pessoas gozam de forma mais plena a sua existência. Destaca-se o quanto a possibilidade de pagar um curso repercute nos sonhos dessas pessoas e as projetam em um futuro promissor. Uma das entrevistadas utiliza o recurso do Programa para pagar um curso de línguas para o filho e justifica a iniciativa da seguinte maneira:

Ahhh! Por que o curso de inglês? Futuramente ele pode entrar numa empresa, né. Que Deus o abençoe, ele chegar a fazer um estágio numa empresa. Eu penso, assim, quando ele tiver com dezesseis anos, dezessete anos, procurar um estágio pra ele numa empresa e, se ele já tiver falando um pouquinho de inglês, já vai ajudar! Depois, eu digo pra ele, “quando terminar o de inglês vai para o de espanhol!” Só assim vai abrir as portas, né. A gente ver que o que tem aí, no mundo, se for pra liberar, mesmo, futuramente não vai existir tanta coisa boa! Tem que correr atrás! Eu quero que ele seja, assim, que ele batalhe atrás do que ele achar que é o futuro dele! (Marcelina, 29 anos, R\$ 134,00).

Neste depoimento, frisamos a forma como as expectativas de um futuro melhor interagem com as representações de uma vida marcada por privações e dificuldades. Este relato confirma que as idealizações são forjadas numa relação com a realidade concreta. As idealizações são projeções positivas da realidade opressora e dolorosa vivida pelos beneficiários (BERTRAND, 1989).

Seguindo as formulações de Bertrand (1989), verificamos que os ideais são meios através dos quais os sujeitos resolvem imaginariamente seus problemas, vislumbrando aquilo que pode ser esperado como uma realidade vindoura. Dessa forma, os sujeitos agem sobre eles mesmos, projetando uma autoimagem reparadora e engrandecedora. Para a autora, frente às privações infligidas pela natureza ou pela sociedade, frente ao sofrimento infligido pelos outros homens, oferece-se ao ser humano a imagem de um eu reparado, restaurado com suas

capacidades plenamente desenvolvidas, com seus direitos restabelecidos (BERTRAND, 1986). Este desejo de realização é expresso mais claramente na fala da mesma beneficiária:

Ohhh! (risos) Se a pessoa souber falar bem o inglês, né, ele vai pra qualquer canto! Já pensou? Um dia tem uma proposta de um emprego em outro canto, aí, que precise falar, mesmo uma língua, duas língua! Ele já vai tá, senão profissional no inglês, mas já vai sabendo se desenrolar um pouquinho (risos)! (Marcelina, 29 anos, R\$ 134,00).

Esses depoimentos mostram como os ideais restauram o eu fraturado pelas contradições da realidade social, permitindo aos sujeitos viverem uma realização pessoal ou comunitária de forma antecipada, uma vez que tais ideais apontam para futuros desejados e vividos como possíveis. Esta realização também pode ser vivenciada pelos beneficiários na projeção de uma vida feliz que eles buscam proporcionar aos filhos no futuro. Podemos constatar este fenômeno em falas como a que seguem:

Eu não tive muitas oportunidades! Eu fui criada sem pai e fiquei sem mãe muito cedo! Então, eu vejo, assim, todas as oportunidades que eu não tive e que eu posso dá pra eles, se eu puder dá eu vou atrás. (Marcelina, 29 anos, R\$ 134,00)

Como indicamos até aqui, os sofrimentos e contradições sociais constituem a base social das idealizações do homem, que busca sua realização, antecipadamente, de forma imaginária e simbólica. No entanto, segundo Bertrand (1986), cada sujeito tenta remediar suas dores e feridas mediante uma via que lhe é própria. Percebemos nestes últimos depoimentos, beneficiários do PBF projetando suas idealizações de felicidade no futuro de seus filhos.

O desejo de realização, reprimido pelas condições sociais desfavoráveis, segundo a mesma autora, não fracassa diante destas condições. Para ela “a idealização é proporcional à repressão do anseio” (BERTRAND, 1986, p. 27). Este desejo encontra no imaginário um lugar adequado para se realizar e costuma tomar os eventos mais corriqueiros como base de suas construções.

Este fenômeno pode explicar os altos investimentos muitas vezes realizados em algumas práticas e acontecimentos objetivamente modestos. Para citar um exemplo fora do nosso contexto de estudo, destacamos as fortunas despendidas em cerimoniais de matrimônio ao estilo real, quando estas poderiam ser realizadas de forma simples e austera. Com este exemplo, mostramos que a construção de idealizações constitui fenômeno recorrente na subjetividade humana. Entre muitos fatores aí presentes, destaca-se o sentimento de auto-

realização, que projeta os sujeitos num mundo idealizado atribuindo-lhes importância e dignidade. Este dinamismo subjetivo leva alguns beneficiários a frisarem:

Eu me sinto mais alguma coisa! Pelo menos assim eu existo! Porque não tenho trabalho e nada! Eu me sinto mais alguma coisa! Eu recebo meu próprio dinheirinho, né? Pra não tá dependendo de ninguém. Ainda é pouquinho, mas... Pra mim, eu me sinto feliz! Porque eu tenho ele por mês. Todos os meses eu tenho ele! (Gonçala, 43 anos, R\$ 68,00).

Esta beneficiária, que vive uma situação-limite de pobreza, nos faz perceber que o Programa, embora não responda a todas as suas necessidades, desempenha uma importante função subjetiva, uma vez que através dele ela se sente reconhecida pelo governo e pela sociedade, levando-a a considerar-se “mais alguma coisa” e até mesmo a sentir-se feliz. Chama a atenção, também, o fato de o benefício possibilitar que a entrevistada forje diante dos outros uma relação de autonomia, mesmo sendo o recurso de baixo valor. Justo (2007) também destaca esta capacidade de os programas de renda mínima proporcionarem certa autonomia aos seus beneficiários, possibilitando através dos recursos auferidos, a compra de produtos para satisfazer as suas necessidades mais básicas.

Importa ainda destacar a elaboração de idealizações reforçadas pelo elemento religioso. O efeito subjetivo da inserção no Programa é enfatizado na medida em que ele é associado ao desígnio divino, sendo tomado como uma “benção de Deus”. Com frequência encontramos depoimentos que fazem referência ao sagrado:

Sonho, sonho, sonho, dizer assim, não! O que aconteceu comigo, que eu achei, como o povo diz assim, Deus tem algo reservado na sua vida, foi quando chegou o dia de eu receber e eu não sabia, porque eu já tinha vindo dois dias antes aqui no CRAS. Eu já tinha vindo dois dias antes no CRAS, a mulher consultou o site e ainda não tinha nada pra mim. Ai, eu vim com a minha sogra, sem ser pra mim, pra minha sogra vê se tinha pra ela. Quando a gente chegou na Caixa Econômica, que ela tava na fila, eu, por acaso, dei minha identidade e pedi para o moço olhar e tava lá, tava com dois dias, a minha carta, com o cartão! E o meu marido tava com um mês de desempregado e minha sogra que tava ajudando a gente! (Ana, 24 anos, R\$ 66,00)

A idealização religiosa constitui um dos fenômenos mais comuns na história das sociedades. Estudando a construção dos sentidos e significâncias nas relações sociais, Peter Berger e Thomas Luckmann referem-se à religião como sendo “a forma mais significativa de um padrão abrangente, rico em conteúdo e sistematicamente estruturado de experiências e

valores” (BERGER E LUCKMANN, 2005, p. 40), indicando, desta forma, seu grande poder de adesão ao longo da história.

Com efeito, para Bertrand, a religião constitui uma das mais eficientes construções subjetivas, pois ela se propõe a responder a esperança humana, e esta, por sua vez, sempre excederá qualquer realização (Bertrand, 1986). Diante desta capacidade de atribuir significado à vida e ao mundo, percebemos que a aura religiosa, ao ressignificar o Programa Bolsa Família na experiência subjetiva dos beneficiários, o potencializa enquanto forjador de idealizações. Outra beneficiária, ao ser indagada se ela depende do Programa pra fazer alguma coisa, responde:

Dependo! É pouquinho, mas serve! O pouco com Deus é muito e o muito sem Deus não é nada! (Inês, 42 anos, R\$ 52,00)

Este depoimento confirma, não somente o poder do imaginário que ressignifica situações, mas também ressalta o papel agregador da religião, muitas vezes subestimados pelos estudiosos, sobretudo os de algumas correntes marxistas. Diante da crise de sentido compartilhado nas sociedades contemporâneas, Cortina (1995) ressalta a importância da religião cristã na promoção dos princípios que configuraram os direitos humanos, além de promoverem valores universais, como a igualdade e a solidariedade que pautam a ética civil nas sociedades pluralistas. Com isso, a autora reconhece o papel da religião na construção de uma ética de mínimos, capaz de criar um mínimo de consenso entre as pessoas, orientando-as em inúmeras decisões vitais. Esta atitude se impõe nos tempos de hoje, frente ao risco de se atingir uma total decomposição do tecido social, aumentando ainda mais a quantidade de pessoas nas margens das sociedades.

Esta abordagem sobre as construções simbólicas nos leva a pensar também sobre a ação do homem, fazendo-o protagonista de sua própria história. Com efeito, segundo Berger e Luckmann (2005, p. 17), as “vivências puramente subjetivas são o fundamento da constituição do sentido: estratos mais simples de sentido podem surgir na experiência subjetiva de uma pessoa. Mas estratos superiores de sentido e uma estrutura mais complexa de sentido pressupõem uma objetivação do sentido subjetivo no agir social”. Visualizando esta relação entre as construções subjetivas e as ações objetivas, contemplamos os projetos de ação dos beneficiários, destacando assim as suas identidades e as maneiras com que eles se posicionam diante da sociedade em que vive.

O dinamismo subjetivo capaz de unificar o homem fragmentado pelas contradições sociais e sofrimentos da vida rebate direto ou indiretamente nas suas ações e, é, retroativamente, afetado por estas. Bertrand destaca enfaticamente a importância dos ideais não somente para a mobilização subjetiva, mas também no desempenho de ações concretas. Desta forma, a autora visualiza a relação entre os ideais e a agir humano, frisando inicialmente, que nenhuma ação é feita sem uma base emocional e assegurando que o agir não é apenas fixar um objetivo racional, mas consiste em colocar em funcionamento um poder de imaginação (BERTRAND, 1986). Trata-se de conceber os ideais como elementos que inserem os sujeitos na ação, estimulando-os a intervirem na realidade.

Nesta perspectiva, remetemo-nos aos projetos de ação elaborados por beneficiários e que tem o Programa Bolsa Família como importante suporte. Estas realizações, embora não apareçam como enormes feitos de repercussão midiática, constituem eventos subjetivamente significativos para os que as vivenciam. Destacamos como exemplo, o relato da beneficiária:

Bem interessante! A gente tinha uma televisãozinha aqui em casa, que era pequenininha. A bichinha só vivia dando o prego! Só vivia dando o prego! Ai, eu, “ah, um dia eu ainda vou comprar uma televisão pra mim! Mas, ai, como eu sou de fazer conta, eu vou deixar, eu vou juntar, vou pegar, todo mês, quando eu for receber o Bolsa Família, eu vou pegar uma parte desse dinheiro e vou guardando até dá o valor da minha televisão”! Assim eu fiz (risos) e comprei! Pra mim, foi uma realização, não pra mim, mas pra eles! Porque eles não saem porque eu não deixo eles soltos na rua, então, pra que eles não vá para as casas dos outros, assistir, então, mamãe vai fazer um esforço de comprar a televisão de vocês com o dinheirinho de vocês! Tá aí, comprei! É de vocês (risos)! Então, foi uma realização (risos)!

Eu e eles, os três, a gente foi lá olhar, porque a opinião deles conta muito pra mim. A gente foi lá olhar, “ah, mãe, essa aqui tá boa (risos)!”, “Essa aqui, mãe, tá boa!”.

Assim, eles viram, acharam bonita, a televisão, a tela, aquelas de vinte e uma, né, bonitona, grandona! Até então, a daqui de casa era pequenininha, né (risos)! Acharam bonita! “ah, mãe, essa aqui tá boa (risos)!” Quando a gente vier comprar, porque eu gosto de pesquisar, primeiro, os preços. Pra não chegar e dizer “tá aqui!”, né. Vamos lá olhar tudinho, onde a gente achar a loja mais barata, mais em conta, de acordo com o que a gente tem pra pagar, né! Eles não são muito de exigir, não, sabe! Graças a Deus, eles compreendem tudo! (Marcelina, 29 anos, R\$ 134,00).

Nesta descrição, chama atenção a relação entre os ideais, estimulados pelo desejo de realização, e a sua repercussão no agir da beneficiária, levando-a a estabelecer uma meta e a planejar a maneira como alcançá-la, tomando os recursos do Programa Bolsa Família como importante elemento. Merecem ser ressaltadas as considerações de Bertrand, que concebe os

ideais como uma forma de apropriação da realidade, o que já implica certa emancipação do sujeito, mas também como matriz mobilizadora de subjetividades para a ação.

No relato acima também podemos reconhecer as considerações de Schutz, na medida em que ele concebe a ação humana como “processo em curso que é idealizado de antemão pelo ator, ou seja, que se baseia num projeto preconcebido” (SCHUTZ, 1974, p. 86). Mediante esta abordagem este autor trás à tona a ideia de que o agir constitui um atributo do sujeito portador de autonomia, capaz de elaborar estratégias para intervir na realidade que o cerca.

Neste ínterim, o autor também chama atenção para o conjunto de experiências que configuram a “situação biograficamente determinada” do sujeito. Trata-se de levar em consideração que o sujeito porta um grande número de habilidades e conhecimentos adquiridos pelo convívio com os outros, através da própria experiência de vida, da cultura e das condições sociais em que ele se insere. Todos estes elementos, ao se articularem no imaginário, contribuíram para a elaboração de um projeto de ação e na execução dos passos necessários para sua concretização.

Neste sentido, podemos constatar a importância do Programa Bolsa Família como elemento da vida social perfazendo a “situação biograficamente determinada” do sujeito. O Programa não somente estimulou e potencializou a elaboração subjetiva do sonho de ter uma televisão mais bonita, nova e maior, por exemplo, mas também providenciou os recursos, que racionalmente utilizados, foram necessários para a realização do projeto preconcebido.

Ao vislumbrar a situação biograficamente determinada do sujeito, seguindo a intuição de Schutz, sugerimos que o beneficiário, mediante sua história pessoal e social, adquiriu uma série de potencialidades usadas no seu dia-a-dia para atingir os seus objetivos, sejam eles cotidianos e imediatos ou de longo prazo e de maior repercussão. Importa frisar que os instrumentos manipulados para atingir os objetivos propostos são disponibilizados no próprio cotidiano, sendo que a descoberta ou utilização deles será proporcional à criatividade do beneficiário, exigindo a realização de ponderações não somente em relação à combinação dos diversos instrumentos entre si, mas também a respeito dos impactos provocados por eles na realidade. O Programa Bolsa Família apresenta-se como mais um desses instrumentos disponíveis e adequadamente utilizados para a consecução do propósito.

Nesta perspectiva, vale à pena nos remeter ao filme “Mundo Surreal” (Titulo Original: Sucker Punch, 2011), em que uma adolescente, internada injustamente em um hospício, encontra na imaginação a única saída para sua difícil realidade e acha nos seus sonhos as dicas necessárias para atingir o seu objetivo, qual seja, fugir da instituição. O drama, que

especula sobre as fronteiras entre os sonhos e a realidade, é perpassado pela mensagem: “você tem todas as armas de que precisa. Agora lute!”. Relatando a forma como a adolescente alcança seu objetivo, o filme termina promovendo uma reflexão sobre “o mistério de quem protagoniza a história”.

Este longa metragem nos faz pensar no homem comum, que em meio à realidade que o circunda (ou estimulado por ela), estabelece objetivos e lança mão de suas capacidades e dos instrumentos que estão ao seu alcance na elaboração das estratégias adequadas para alcançar seus fins. Dessa forma, vemos a emergência dos sujeitos na vida cotidiana, que pautados por sua situação biograficamente determinada, investem em alternativas de ações que conduzem à meta proposta, levando-os a uma realização subjetiva.

Sem pretender indicar que a superação das situações de pobreza e vulnerabilidade sociais depende exclusivamente do desempenho pessoal daqueles que nelas se encontram, necessitando para isso apenas de um auxílio inicial, queremos destacar com a referência ao filme, o fato de que as pessoas guardam uma diversidade de condutas típicas, internalizadas na sua biografia pessoal, usadas na elaboração de estratégias e projetos de ação buscando repercutir na realidade que o situa.

Assim, o filme nos remete ao poder do imaginário que mobiliza as pessoas a buscarem saídas possíveis diante dos diversos problemas e contextos com os quais elas se deparam. Indicamos que o PBF, enquanto elemento constituinte da realidade dos beneficiários, representa um instrumento por eles usado na tentativa de conseguirem alcançar melhores condições de vida.

Voltando à lógica do agir na vida cotidiana abordada por Alfred Schutz, importa explicitar as múltiplas articulações sociais e subjetivas que se desenvolvem ao longo de uma ação em curso. O autor sugere que as ações na vida cotidiana são pautadas por esquemas tipificados e normas sociais assimiladas pelos sujeitos. Estas tipificações são resultados de relações sociais criadas por seus antecessores e contemporâneos, que permitem a comunicação no dia-a-dia.

Na fala acima percebemos uma série de condutas típicas construídas socialmente, tais como, relação comercial de compra e venda, economizar dinheiro, as noções de velho, bonito e grande, ir à loja, comparar os diferentes preços do mercado, escolher um preço acessível, pedir opiniões, etc. Ademais, todas estas ações implicam ter acesso a outros diferentes conhecimentos construídos socialmente de forma que para atingir o objetivo final a beneficiária deve apreender uma multiplicidade de relações típicas e articular-se a uma infinidade de redes sociais com objetivos específicos.

Essas redes sociais nas quais os sujeitos se veem inseridos também nos levam a constatar que a ação em curso ocorre em um contexto essencialmente intersubjetivo. Com efeito, os sujeitos não se encontram isolados no mundo, mas vivem como humanos e com humanos, o que implica, para Alfred Schutz, a constituição de um “mundo de cultura” baseado em sistemas de sentido e significância que necessitam ser interpretados. Peter Berger e Thomas Luckmann (2005), ao estudar a construção dos sentidos nas sociedades modernas, frisam a importância destes sistemas de significado para que os sujeitos possam orientar-se “numa situação cheia de opções e diante da necessidade de tomar decisões” (BERGER E LUCKMANN, 2005, p. 7).

Como assinalamos anteriormente, por trás dos padrões típicos de condutas e dos conhecimentos socialmente construídos subsistem uma infinidade de interações sociais, tanto no nível mais íntimo e próximo da família quanto nos âmbitos mais anônimos e distantes no bairro e na sociedade. A articulação com estes diversos níveis de interação pode ser vista no nosso relato à medida que constatamos que o sonho realizado da compra de uma nova televisão rebateu não somente na esfera subjetiva da beneficiária, proporcionando satisfação pessoal, mas também no âmbito intersubjetivo das relações com os filhos, com os vizinhos e com os comerciantes ávidos por lucrar.

Para Schutz, as relações intersubjetivas vivenciadas através destes padrões comuns de comportamentos e conhecimentos são heterogêneas, quantitativo e qualitativamente, a depender das situações biográficas que determinam os sujeitos. Para este autor,

O acervo de conhecimento real à mão difere de um indivíduo a outro, e o pensamento de sentido comum leva em conta este fato. Não somente difere *o que* um indivíduo comum conhece do que conhece seu semelhante, mas também o modo *como* conhecem ambos “os mesmos” fatos (SCHUTZ, 1974, p. 44).

Essa diferença de conhecimentos e os consequentes impactos nas relações sociais têm a ver, segundo o mesmo autor, com a distribuição desigual dos conhecimentos, uma vez que estes estão vinculados aos sistemas de sentidos vigentes que configuram as situações biográficas dos sujeitos. A maior ou menor articulação de um sujeito no conjunto de uma sociedade depende do seu acesso aos conhecimentos relevantes desta sociedade.

No nosso caso de estudo, percebemos que o Programa Bolsa Família na medida em que constitui para os beneficiários mais um meio de lidar com a realidade da pobreza, representa mais um conhecimento disponível, potencializando condutas e ações e promovendo uma maior articulação dos pobres com a sociedade.

Ao abordar a elaboração de projetos de ação como fator que visibiliza a emergência de sujeitos na vida cotidiana, importa resgatar ainda mais um depoimento no qual a beneficiária remete-se ao Programa Bolsa Família:

O plano mesmo que eu estou pensando é juntar o dinheiro e construir uma casa pra eu morar. Comprar o material todos os meses. Comprar aquele tanto de tijolo, ou telhas e botando no cantinho. Porque você sabe que eu moro no aluguel, e eu tenho que responder todos os meses! Tenho que pagar, se não pagar vai pra rua! Eu tenho minha casa, mas não posso morar, lá!

A senhora acha que o Bolsa Família pode ajudar neste projeto?

É (pensativa). Pode! A gente recebendo todos os meses, direitinho! Dá pra pegar aquele dinheirinho! Mesmo que todos os meses não dar pra comprar. Pega duzentos, cento e cinquenta, bota ali! Compra uma telha, bota ali! Quando tiver tudo, aí já constrói, pelo menos um barraco! (Valda, 45 anos, R\$ 112,00).

Neste relato a beneficiária lida com a expectativa de construir uma casa para morar e visualiza o Programa Bolsa Família como um meio que lhe potencializa a realização deste propósito. Aqui também constatamos alguns elementos abordados por Alfred Schutz, tais como, projetar uma ação no futuro, idealizar as repercussões desta ação na sua realidade, estabelecer as estratégias de atuação mobilizando os recursos disponíveis e necessários, considerar alternativas possíveis, etc. Todos estes elementos são pautados por experiências típicas que fazem parte do acervo de conhecimentos do beneficiário, levando em consideração sua situação biograficamente determinada. Constatamos aqui também a emergência de sujeitos autônomos, capazes de projetar e influenciar sua realidade próxima, além de entrever as relações intersubjetivas imbricadas ao longo da ação em curso.

Destacando o vínculo entre o dinamismo cotidiano dos beneficiários do PBF e a emergência de sujeitos capazes de agir sobre eles mesmos (subjetivamente) e sobre a sua realidade, sugerimos, com Alfred Schutz, que não existe fatos puros e simples, mas “todo nosso conhecimento do mundo, tanto no sentido comum como no pensamento científico, supõe construções, isto é, conjuntos de abstrações, generalizações próprias do nível respectivo de organização do pensamento” (SCHUTZ, 1974, p. 36). Com isso mostramos que a esfera do cotidiano representa um elemento significativo na constituição da vida em sociedade. Bertrand vai ao encontro desta assertiva ao ressaltar a relevância da dimensão subjetiva nas lutas pela transformação social da realidade, visualizando as idealizações como antecipações de um homem unificado e reconciliado e como representações da vivência antecipada de uma sociedade restaurada. O dinamismo do cotidiano se destaca como fomentador de relações

sociais e de padrões de sociabilidade, onde os beneficiários do Programa Bolsa Família encontram espaço para se fazerem sujeitos, elaborando suas estratégias de ação em vista de atingir seus propósitos. Com efeito, Martins (2008, p. 52) confirma esta expectativa declarando que:

Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos cétricos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.

A dinâmica do cotidiano, ao apresentar as possibilidades da aparição do sujeito capaz de agir sobre a sua realidade, representa também o espaço social adequado no qual eles têm a oportunidade de forjar as suas identidades, uma vez que a ação, como sugere Schutz, também é o meio através do qual o sujeito se faz compreender pelo outros, afirmando uma imagem de si para o outro e para si mesmo. Desta forma, “ao tipificar a conduta do Outro, estou tipificando a minha própria conduta” (SCHUTZ, 1974, p. 48).

Esta relação entre a ação social e sua identidade é observada também por Peter Berger e Thomas Luckmann (2005, p. 17) à medida que eles frisam que “é somente no agir que se forma a identidade pessoal do indivíduo”. Estes autores vislumbram também um reservatório social de sentido formado por experiências típicas obtidas na “resolução de problemas” ao longo da história.

Para estes autores, a identidade pessoal de uma criança se desenvolve na medida em que ela pauta o seu agir pelos esquemas de experiências e ações dos adultos, oriundos do reservatório de sentido da sociedade. Ela vai entendendo o sentido do seu agir em função da reação dos adultos diante de sua conduta e, neste processo, assume a responsabilidade sobre o que faz. Aqui reside, segundo os autores, a essência da identidade pessoal: “controle subjetivo sobre uma ação pela qual se é responsável objetivamente” (BERGER E LUCKMANN, 2005, p. 26).

4.2 Subjetividade, Identidade e Integração Social via o PBF

Ao longo da nossa exposição concebemos uma interface entre os ideais e o agir dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Para visualizar esta articulação, seguimos a intuição de Bertrand, que preconiza as idealizações como potencializadoras da ação. Para esta autora, em todo projeto, em todo engajamento, há uma parte de ilusão em função do desejo humano

de realização frente às situações de contradições e sofrimentos. Nesta abordagem, Bertrand destaca não somente a base social das idealizações, mas também explicita as suas repercussões subjetivas, forjando identidades.

Esta reflexão lança luzes sobre discursos e experiências dos beneficiários do PBF, vislumbrando identificações totais ou parciais com pessoas, projetos, grupos, ideais, etc. Entre os beneficiários, destacam-se, por exemplo, representações em que eles se identificam com a pessoa do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Ao ser indagada sobre a importância das condicionalidades do Programa, uma beneficiária responde:

Com certeza, porque é como eu tava dizendo, enquanto eu receber cinco centavos sem trabalhar, já é uma coisa muito grande! E ele só exige uma coisa que é obrigação da gente mesmo! Pra ele, eu acho que ele já quis inventar isso, porque talvez pra ele é importante! Porque quem inventou, não sei se posso falar o nome dele, o Lula. Quem inventou isso não foi estudado! Ele não era estudado! Eu acho que já inventou isso pensando em prol dele, quando era criança! Eu acho que ele já inventou isso por isso! Em função da história dele, que não teve. Não é como hoje, porque hoje você saiu da porta de casa, está na porta do colégio! Eu acho que no tempo dele, como ele mesmo falou, ele saía pra andar quase uma, ou duas horas pra chegar num colégio! Ele não estudou por causa disso! Como hoje muita criança, muito adolescente não estuda porque os pais não influenciam e quando fica adolescente, não querem e os pais deixam fazer o que querem! Acho que é por causa disso! (Ana, 24 anos, R\$ 66,00)

Através deste relato constatamos entre os beneficiários, elaborações que relacionam o Programa Bolsa Família ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), vislumbrando seu histórico pessoal. Este relato aponta para o fato de muitos beneficiários terem suas vidas marcadas por dificuldades e precariedades sociais, refletidas na história do Presidente. Nessas falas, percebemos que eles se sentem representados na história de vida do Presidente, levando em consideração não somente a simplicidade das suas origens sociais, mas também a sua trajetória vitoriosa, chegando a ocupar o mais alto cargo política do país. Esta identificação com o Presidente pode estar implícita na sua grande popularidade, que atingiu o índice de 87% do eleitorado brasileiro no final do seu segundo mandato de governo (Instituto Sensus/Dezembro de 2010), dando lugar a conclusões sobre o surgimento de um mito político (MANHANELLI, 2008; SEGALLA, 2011).

Para confirmar esta identificação recorreremos ainda ao discurso seguinte, que versa sobre o governo que implementou o Programa Bolsa Família, sendo importante frisar que as perguntas formuladas não mencionavam o nome do presidente.

Rapaz, eu não tenho o que falar do Lula! Pra mim, apenas a gente conhece só da televisão. É ótima pessoa! Eu votei muito nele, em toda a minha vida! Não era por causa do Bolsa Família, que eu queria que ele ganhasse, não!

Por que era?

É porque eu gostei do jeito dele! Eu gostei mesmo!!! Eu dizia, eu tenho fé em Deus que ele um dia ele ganha, porque todo mundo ganha, porque que ele não ganha? Ele batalhou muito, mas ganhou, né! Pra mim, o Lula é tudo na minha vida! (Valda, 45 anos, R\$ 112,00).

Através deste relato percebemos a idealização da figura do presidente Lula, cuja persistência e vitória política são incorporadas pela beneficiária. Trata-se de uma idealização que dá margem a uma identificação pessoal com a história e os ideais deste personagem, dando densidade às construções subjetivas não somente dos beneficiários do Programa Bolsa Família, mas também de uma parcela significativa da população brasileira. Peter Berger e Thomas Luckmann (2005), ao explicitarem o processo de constituição de sentido enquanto sistema de valores que orientam a conduta dos indivíduos, ressaltam a importância das “categorias biográficas”. Talvez possamos nos remeter a estas categorias, ao considerarmos o impacto exercido pela personalidade de Luiz Inácio Lula da Silva na medida em que este ele é objeto de idealização para os beneficiários do Programa Bolsa Família, levando-os a uma identificação.

Averiguando os processos subjetivos de identificação, nota-se entre os beneficiários algumas posturas a respeito das condicionalidades, sobretudo, aquelas que se referem à frequência escolar dos seus filhos. Podemos captar representações, tais como:

Se a pessoa está fora da escola porque ela vai continuar recebendo? Eu acho que isso já é modo de exemplar a família de botar os filhos pra ir pra escola e acompanhar! Ter aquele acompanhamento de ir na escola, saber como o seu filho tá, se ele tá bem, se ele não tá, pra você em casa ajudar ele. O pessoal diz assim, “ahh, mas se eu não sei ler, como eu vou ajudar meu filho?” Mas, se tem um vizinho que sabe, você vai com o caderno dele lá, leva o filho e “fulaninho dá pra você ajudar aqui na tarefa de meu filho, que eu não sei ler, nem escrever?” Eu acho que ninguém vai se negar a isso! Então, se quer continuar recebendo, ela tem que fazer isso, ela tem que acompanhar o seu filho! (Maria, 26 anos, R\$ 90,00).

Neste depoimento constatamos um consenso entre os beneficiários e as determinações do governo no que diz respeito às condicionalidades do Programa. Embora sejam questionadas por especialistas da área do direito, que colocam em xeque sua legitimidade jurídica, as condicionalidades têm boa aceitação entre os beneficiários. Nos seus estudos sobre Direitos Humanos, Clóvis Zimmermann (2006) explicita as polêmicas em torno destas

contrapartidas, frisando que elas ferem a lógica dos direitos, uma vez que a condição de pessoa deveria ser a exigência única para a sua titularidade. Além disso, elas se contrapõem à consciência de direitos, “em que indivíduos gozam de políticas públicas sociais por saberem que é seu direito e dever do Estado” (ZIMMERMANN, 2006, p. 8).

Como frisamos no capítulo anterior, as condicionalidades podem ser vistas também como uma forma de controle das elites e do governo sobre a população mais pobre. Para Silva (2010), elas promovem a estigmatização dos beneficiários, impulsionando-os a aceitar qualquer tipo de emprego para fugir do estigma de receber de ajuda, contribuindo, deste modo, para a fragilização da autonomia pessoal. Outros autores, no entanto, consideram as condicionalidades como fatores que colaboram para emancipação dos beneficiários na medida em que os integram ao sistema de saúde e educação (ANANIAS, 2007, p. 3).

As condicionalidades repercutem nas relações sociais desenvolvidas no cotidiano dos beneficiários, potencializando interações entre os vizinhos, como se pode visualizar no relato acima. Com efeito, para Berger e Luckmann (2005), a formação dos sistemas de sentido, como construções subjetivas e intersubjetivas, por mais complexa que possa parecer, repercute nos simples elementos significativos das experiências de todo o dia.

Nesta perspectiva, fazemos alusão aos diversos encaminhamentos realizados pelos beneficiários em função do auferimento do recurso, mobilizando a vizinhança: deixar os filhos sob os cuidados de alguém ou levá-los ao vizinho mais próximo, pedir que algum vizinho de confiança vá ao banco receber o recurso, aproveitar uma carona, reunirem-se espontaneamente em grupos para irem ao banco desenhando oportunidades de conversas informais, etc. Todos estes encaminhamentos podem ser vistos sob a ótica da elaboração de estratégias para alcançar propósitos na vida cotidiana, mas também podem forjar espaços intersubjetivos de socialização e partilha de conhecimentos, desembocando em identificações coletivas e novas iniciativas.

A importância de se ressaltar as identificações, mesmo que parciais ou limitadas, baseadas em elementos comuns, interesses comuns e, sobretudo, em ideais comuns, consiste, segundo Bertrand, no fato de que os sujeitos vivenciam um sentimento de solidariedade, que os levam a se perceberem como participantes de um conjunto maior, ou integrados à sociedade. Para a autora, trata-se de dar evasão ao “desejo ou anseio representado aqui pela meta narcisista de reconciliação de cada ser singular com um todo, o conjunto da comunidade humana” (BERTRAND, 1986, p. 27). Berger e Luckmann (2005) confirmam esta assertiva sugerindo que as identificações, enquanto sintonia ou convergências de sentidos e significâncias vividas entre os sujeitos promovem a incorporação de condutas típicas,

desembocando na formação de identidades pessoais e coletivas. Neste sentido, remetemo-nos ao relato seguinte, em que a beneficiária manifesta sua postura em relação à iniciativa do PBF:

Rapaz, eu vou te dizer! É muito gratificante isso que o governo fez! Não é babando, não! Mas, é uma coisa que você chega e tem aquele dinheirinho já certo. Ai, a gente já tem plano, principalmente o material escolar, que eu compro com ele, com esse dinheiro. Compro alimentação deles, quando falta. Principalmente quando ele tava desempregado, né, era um desaperto até bom!!! Eu pegava esse dinheiro já me aliviava! (Helena, 40 anos, R\$ 112,00).

Nas identificações encontramos-nos diante de situações que implicam uma “comunhão de sentidos” (BERGER E LUCKMANN, 2005). Este relato nos mostra que estas identificações (neste caso, entre os beneficiários e a iniciativa do governo) abrem perspectivas de diferentes ações e condutas cotidianas que levam em consideração as situações biograficamente determinadas de cada sujeito e repercutem no sentimento de auto-realização.

Retomando as contribuições de Bertrand, podemos ainda abordar o fenômeno da “projeção” enquanto importante fator na constituição subjetiva. Trata-se de perceber que diante das idealizações articuladas no imaginário, o ser humano também constrói representações negativas, que sintetizam as causas do seu sofrimento. Para a autora, “o processo projetivo, a idealização negativa é, portanto, a contrapartida da identificação a uma classe e da idealização positiva” (BERTRAND, 1986, p. 28). Da mesma forma que as idealizações positivas, as negativas também potencializam ações e atitudes. Apoiados nestes argumentos nós podemos refletir sobre o dinamismo subjetivo dos beneficiários do Município de Maracanaú, contemplando-os como sujeitos capazes de agir sobre sua realidade.

Para descobrir como a inserção no Programa Bolsa Família repercute no domínio subjetivo dos beneficiários, importa destacar ainda algumas representações elaboradas a este respeito. Sobre as concepções relativas ao governo que implementou o Programa destaca-se o seguinte relato:

Bom, como esse benefício já vem lá da Presidência, eu acho, assim, pela Presidente que entrou agora, eu espero que continue a melhoria que o Lula deixou. Ele melhorou muito! Agora em relação ao nosso Prefeito, sinceramente, esse daí (risos), eu não tenho nem palavras pra falar dele! Porque ele fez muita coisa, mas não pra nós, daqui da Colônia, não! O que ele visa é só o Jereissati, só os bairros grandes, sabe! Não tem ninguém, não tem ninguém! A Colônia é abandonada! Mas, quando ele quis voto, ele veio pra aonde? Pra aonde ele veio com a Deputada, filhazinha dele? Deu vontade de jogar era pedra! Então, pronto! Pela Presidência, a gente fica neutra porque ela chegou agora! Mas se ela continuar os projetos que esse Presidente deixou, é muito bom! Agora, o Prefeito da nossa cidade e os

Vereadores, então! Nenhuma esperança! Nenhuma, não!!! Os Vereadores e o Prefeito em si, também! Não tenho nem esperança nesses aí, não! (Maria, 26 anos, R\$ 90,00).

Notemos, aqui, o choque entre uma idealização positiva (a imagem do Presidente da República) e uma idealização negativa (as imagens do Prefeito e dos Vereadores do Município), indicando que este Programa potencializa representações diversas e opostas entre si. Confirma-se, então, que o Programa em tela pode proporcionar também adesões ideológicas e partidárias entre os beneficiários. Contrariando opiniões que atribuem aos programas de transferência de renda a acomodação política (DEMO, 2005), verifica-se que o PBF instaura um campo de conflitos em que os beneficiários se inserem na vida política. O relato mostra como o Programa serve aos beneficiários para indicar quais políticos trabalham em favor dos pobres, colaborando, inclusive, para a formação de opinião a respeito do governo. Neste sentido remetemo-nos ao relato seguinte:

A única coisa que ele faz que presta! A única coisa que ele faz que presta, porque outra coisa eu não sei! A coisa que vejo do governo só é o Bolsa Família, porque outra coisa eu não tenho! (Antônia, 38 anos, R\$ 90,00).

Notemos que estes relatos perfazem idealizações negativas nas quais os beneficiários sintetizam sua percepção a respeito do governo. No discurso acima a beneficiária destaca a inoperância do governo citando o Programa em tela como a única iniciativa a ser considerada. A idealização desse relato é constatada na medida em que, ao contrário do que diz a beneficiária, se percebe a presença do governo no bairro não somente através do mencionado Programa, como é indicado, mas também mediante outros serviços públicos. Importa notar, porém, que mesmo sendo uma idealização negativa a representação possui uma base social realista, uma vez que a presença do Estado no bairro é visivelmente deficitária, considerando as condições pobreza, a falta de saneamento básico, a falta de espaços de lazer, as precárias instalações públicas, para citar apenas alguns dos aspectos mais mencionados pelos entrevistados.

Nesta mesma perspectiva, percebemos também que, se de um lado o Programa em questão leva os beneficiários a se sentirem solidários com um grupo mais amplo em função das mesmas condições sociais (a pobreza e a vulnerabilidade), de outro lado, ele instiga os beneficiários a identificarem pessoas ou grupos de condições sociais diferentes das suas, gerando importantes sentimentos e atitudes. Notamos este fenômeno na fala a seguir, onde o sujeito manifesta suas queixas:

Queixa? Bom, a minha queixa é assim, tem muita gente que não precisa e recebe. Eu fico revoltada com isso! Tem mercantil, tem... é rico, mesmo! Rico, que eu digo assim, que tem condições melhores do que a minha, do que a maioria das pessoas que moram aqui próximo de mim. Eu vejo muito! Que não precisa e recebe, quer dizer, fica empatando as pessoas que precisam receber! Né? E essas pessoas também que... Eles deviam pegar e ficar mais em cima, fazer visitas nas casas, pra ver o que as pessoas estão fazendo com esse dinheiro! Né? (Cristina, 38 anos, R\$ 134,00).

Este depoimento expõe uma formulação bastante comum entre os sujeitos pesquisados na medida em que eles identificam no seu próprio meio pessoas que estariam auferindo o benefício de forma ilegítima. A idealização negativa que identifica outro grupo e projeta nele uma imagem pejorativa forja uma autoimagem em oposição ao grupo identificado. Neste caso específico, a informante manifesta a concepção de que os beneficiários mais pobres são os legítimos portadores do direito ao benefício, uma vez que correspondem aos critérios definidos pelo governo. Lançando mão do pensamento de Melucci (1996) a respeito do processo constitutivo da identidade coletiva, confirmamos a necessidade da identificação de um “outro”, tomado como adversário, afim de que os sujeitos possam forjar uma imagem de si. Este autor também rechaça a ideia de que o contexto social seja o único fator motivador da ação, destacando a importância da dimensão subjetiva e emocional como elemento relevante para o estímulo da ação.

Constatamos que esta situação em que os beneficiários identificam o “outro”, que não “merece” receber o benefício, tem levado à efetivação de ações concretas, como denúncias aos órgãos implementadores do Programa. Essa atitude tem sido considerada como sendo positiva por parte dos gestores e até estimuladas por eles, uma vez que transforma os beneficiários em fiscais, logrando aperfeiçoar a focalização do programa na população mais pobre. Mesmo configurando as percepções de um significativo contingente de beneficiários, estudiosos das políticas de proteção social frisam a inviabilidade dessa atitude não somente devido a pouca importância do valor auferido, mas também por postularem o princípio da universalidade da proteção social, que garante os benefícios a todos que os requisitarem, sem submetê-los às situações de caráter vexatório (ZIMMERMANN E SILVA, 2008).

Como se averiguou no relato acima a identificação do outro/adversário, mesmo sendo de forma idealizada, pode levar à formação de uma imagem de si, desembocando em atitudes e práticas concretas. No depoimento seguinte mostramos a reação de beneficiários frente ao uso considerado indevido do benefício.

Com o que eu jamais gastaria? É com bebida! Eu acho muito errado isso aí! A pessoa receber o Bolsa Família e ir para um pé de bodega e beber! E deixar a esposa e os filhos precisando! Acho muito errado isso! Muito, muito errado mesmo!

Por que a senhora acha que é errado?

Porque eu acho errado! Isso é um dinheiro que o governo dá pra mode os filhos! É pra aquelas crianças que estão precisando! Não para seu fulano pegar e gastar com o que não precisa! E tem muitas mães de família, até mães de famílias faz isso mesmo! Recebe a Bolsa Família e vem chegar de noite, sem nada, e os filhos em casa precisando! (Iranilda, 3_ anos, R\$ 68,00)

Nesta fala vemos outra interessante articulação diante da situação provocada pelo uso considerado indevido do benefício do Bolsa Família. Refere-se a uma projeção negativa das pessoas que estariam usufruindo inadequadamente do recurso auferido. Porém, levando em consideração o conceito de “situação biograficamente determinada” (Schutz, 1974), dificilmente se pode exigir uma atitude totalmente consensual entre as pessoas, uma vez que cada história é única e implica necessidades e cursos de ações singulares. Schutz confirma essa assertiva, dizendo que “exceto na pura relação Nós entre associados, nunca apreendemos a singularidade individual de nosso semelhante em sua situação biográfica única” (SCHUTZ, 1974, p. 47). Ele acrescenta ainda que a apreensão do outro é possível somente à medida que uma pessoa coloca-se imaginariamente no lugar da alteridade, usando de padrões típicos de condutas e atitudes, recorrendo a um alto grau de anonimato e idealização.

Formulando uma imagem pejorativa do “outro”, que usufrui indevidamente do recurso, os beneficiários assumem subjetivamente uma postura considerada correta em relação ao uso que eles fazem do benefício, desembocando em cursos de ações correspondentes, como o citado no relato: “É pra aquelas crianças que estão precisando!” Este processo de subjetivação, ou constituição da identidade, como reflexo do “outro” é expresso por Shutz (1974, p. 48) na medida em que, para ele, “ao definir o papel do outro, eu mesmo assumo um papel. Ao tipificar a conduta do Outro, estou tipificando minha própria conduta, que se inter-relaciona com a sua, transformando-me em passageiro, consumidor, contribuinte, leitor, etc.”.

Ainda seguindo os estudos de Bertrand (1989), podemos abordar mais explicitamente como é forjada a integração social dos beneficiários do Programa Bolsa Família na sociedade contemporânea e mais especificamente no município de Maracanaú. Trata-se de explicitar, a partir dos discursos dos sujeitos em questão e da observação dos seus contextos vitais, como eles, inserindo-se no Programa em tela, alteram suas relações com a sociedade, adquirindo mais cidadania e, portanto mais dignidade. Com efeito, Rego (2006), nas suas pesquisas com

os beneficiários das regiões mais pobres do Brasil, confirma importantes alterações na cidadania desses sujeitos, sugerindo que apesar do pequeno valor recebido percebem-se repercussões significativas, tais como, “a formação inicial de um sentimento de autonomia pessoal”, “a sensação de capacitação mínima para programar a própria vida”, além de “um sentimento de vivência de algo novo, semelhante à percepção de possibilidades decisórias sobre seus destinos”. Rego ainda destaca a importância do PBF em aspectos como a questão de gênero, o direito à vida, assim como em questões morais e éticas.

Como foi exposto acima, o protagonismo dos beneficiários no seu processo de integração social ocorre de forma articulada com a construção de sua autoimagem, configurando suas subjetividades para ação. Nota-se sintomas deste processo em depoimentos como o seguinte, em que a beneficiária responde sobre as condicionalidades do Programa:

Não, obrigada, eu acho que não! Eu acho que cada qual tem que fazer a sua parte sem precisar de ser obrigado, né! Eu acho que o governo já inventou isso, esse negócio de ter de fazer aquilo, porque tinha muita gente desleixado! Tinha muita gente que não fazia isso! Tinha gente que não fazia isso, não levava suas crianças pra vacinar, pra estudar, mesmo! Não tinha condições! Ao contrário, eu acho que agora melhorou porque causa disso! Porque, antigamente, além de não ter o estudo, ainda não tinha um incentivo também maior! Não tinha, porque não tinha estudo, não tinha incentivo. O governo não tava nem aí! Antigamente não tinha! (Leila, 47 anos, R\$ 130,00)

Destaca-se neste relato uma representação em que a beneficiária se percebe como um sujeito livre para realizar a ação que mais lhe convém. A entrevistada revela que “antigamente” não havia interação e compromisso mútuo entre governo e povo. Se de um lado, “tinha gente que não fazia isso, não levava suas crianças pra vacinar, pra estudar”, do outro lado, “o governo não tava nem aí!”. Mas, a entrevistada destaca a ocorrência de uma mudança nessa relação, vendo uma afinidade entre o governo e os beneficiários, que implica em “cada qual ter que fazer a sua parte”. Desta forma, ela visualiza a participação consciente dos beneficiários em um pacto com o governo⁴⁹, desembocando na melhoria de suas condições materiais de vida.

Rego (2008), ao vislumbrar a potencialidade do Programa Bolsa família como instrumento de promoção da cidadania, destaca a importância dos cidadãos se sentirem parte do conjunto da sociedade, necessitando que o Estado implemente políticas que favoreçam a constituição de sujeitos titulares efetivos de direitos. Com efeito, esta autora, definindo a

⁴⁹Distinguir este mencionado “pacto com o governo” do “paradigma do contrato”, pelo qual só tem direito à proteção social aqueles que contribuíram previamente. O PBF insere-se dentro dos serviços não-contributivos prestados pela Assistência Social.

cidadania como sendo “um arcabouço de direitos, prerrogativas e deveres”, defende o seu “enraizamento na vida coletiva como sentimento, cultura e sistema de referências valorativas” (p. 149) e assinala este fator como indicador fundamental do grau de democracia existente em uma sociedade. Trata-se aqui de vislumbrar a sociedade como lugar do “reconhecimento da diversidade da vida e da pluralidade dos sujeitos viventes e dos seus interesses” e, ademais,

por outro lado, o reconhecimento da sociedade pressupõe outro reconhecimento: o dos espaços visíveis nos quais os diversos sujeitos sociais possam comparecer afim de poder dizer quem são e o que desejam para suas vidas (REGO, 2008, p. 168).

Para a autora, os programas de transferências de renda para os mais pobres implica a iniciativa de reconhecê-los como participantes da sociedade, promovendo uma esfera pública mais dinâmica e inclusiva, uma vez que com estas políticas estatais vislumbra-se a possibilidade do aparecimento de sujeitos de direitos no cenário público, colaborando assim, para a formação de uma sociedade mais democrática.

Honneth (2003), estudando a constituição da identidade pessoal, ressalta a importância dos indivíduos se conceberem como portadores de direitos outorgados pela coletividade a que pertencem. Nesse sentido, este autor explicita a interação existente entre o indivíduo e o seu grupo de pertença, frisando que, se de um lado, o coletivo impõe suas normatividades e padrões de condutas aos seres individuais, do outro lado, esses seres, ao assimilarem tais normatividades, se consideram participantes do grupo, experimentando a sensação interior de serem reconhecidos pela coletividade como portadores de direitos perante ela. Trata-se de uma experiência pessoal em que os indivíduos desenvolvem uma auto-relação de respeito, reflexo do reconhecimento adquirido perante a comunidade de pertença. Nesse sentido, pode-se afirmar que “corresponde à experiência de reconhecimento um modo de auto-relação prática, no qual o indivíduo pode estar seguro do valor social de sua identidade” (HONNETH, 2003, p. 137).

Este sentimento de pertença à sociedade e participação nas suas instituições pode ser visualizada no discurso da beneficiária que foi indagada sobre a sua presença no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social):

Eu fazia parte! Todo mês a gente tem um grupo, que a gente junta o pessoal pra fazer reunião sobre, inclusive, sobre o Bolsa Família! É reunião! A gente junta um grupo de cada bairro, como o daqui, que tem seis pessoas daqui, da Colônia Antônio Justa, do Mutirão Vida Nova tem quatro pessoas, do Alto da Mangueira tem mais seis. Ai, de cada bairro, que faz parte do CRAS, ela junta as pessoas. A diretora mesmo sai procurando quem quer fazer parte do grupo pra fazer a reunião.

Só pra a gente conversar sobre isso, saber quem usufrui melhor do Bolsa Família, quem tem necessidade maior. Eu acho muito bom, porque assim, a gente sabe pra quem tá servindo melhor e pra quem não tá, né. Porque tem gente que diz, “ahh, eu não recebo o Bolsa Família e tem tanta gente que tem comércio, tem condições melhor e recebe o Bolsa Família e eu, até hoje me cadastrei e nunca recebi!” Como eu, no caso, antes de eu receber, eu reclamava muito, também, como tem muita gente lá no grupo, que reclama. Mas, assim, às vezes, também, a gente tem que ver que as pessoas, cada um tem que ter consciência de si, né! Não vai adiantar, eu ou mais cinco pessoas só reclamar, porque é a pessoa que tá sendo reivindicada, não tá tendo consciência disso, né! A gente conversa mais na reunião sobre isso.

Lá vocês apresentam reclamações, queixas, ...

E elogios!!! (Ana, 24 anos, R\$ 66,00)

Chama atenção neste depoimento o ímpeto participativo da beneficiária, que parece encontrar espaço na Assistência Social do Município. O CRAS é tomado pela beneficiária como um ambiente, onde se promove discussões a respeito do funcionamento dos programas oferecidos pelo governo, ou ainda como um lugar de formação, onde os beneficiários expõem suas opiniões e até as modificam no curso dos debates. Trata-se de observar que a entrevistada expressa a existência de uma sintonia entre os beneficiários e a mencionada instituição na medida em que ambos criaram um espaço de diálogo e negociação.

Rego frisa a importância de que haja sintonia entre o cidadão e as instituições numa sociedade democrática. Para ela,

a cidadania democrática é vivida como sentimento e costume encarnados em instituições garantidoras de sua efetivação, pode-se dizer que é este o movimento fundamental que configura o coração da democracia (REGO, 2008, p. 166).

Neste fragmento, a autora explicita a necessidade de que haja numa sociedade democrática uma estreita articulação entre as instituições e os cidadãos e suas demandas num movimento de legitimação recíproca. Dessa forma, uma sociedade democrática é caracterizada não somente pela presença de instituições, cujo funcionamento é pautado pelas necessidades dos cidadãos, mas também convém que tais instituições assegurem a possibilidade de manifestação das diversas identidades e subjetividades. De tal modo, a democracia realiza sua razão de ser e os cidadãos afirmam suas identidades. Neste contexto, é imprescindível a presença do Estado como agência pública que concede, reconhece e garante os direitos, desempenhando papel central na formação e manutenção da cidadania contemporânea frente ao poder invasivo e desagregador do mercado (REGO, 2008).

Como sugerimos até aqui, a integração social dos beneficiários se articulam com as situações biograficamente determinadas dos sujeitos. No discurso seguinte vemos o quanto a autoimagem influencia na maneira de o beneficiário viver em sociedade, rebatendo nas suas relações sociais e estratégias de ação:

Mudou! De a gente ficar feliz de ter como se tivesse um salário, né? Não é um salário, mas melhora a situação d'agente! Pra mim, é como se fosse um salário! Eu fico feliz de naquele dia eu ir lá e receber e que vou fazer minhas compras e não vou ficar devendo!

É desconfortável “ficar devendo”?

Ahh! E como é! (risos). Eu evito até de dever porque é ruim! Ai com ele já ajuda bastante! Já evita de ficar devendo! Se controlando pra não dever, né, nas lojas. De todo jeito tem que evitar as coisas, dever! (Margarida, 5_, R\$ 112,00)

Percebemos neste discurso a preocupação da beneficiária de não “ficar devendo” no comércio, destacando mais uma situação em que o Programa Bolsa Família exerce papel significativo. Aqui, a dotação do benefício é vinculada ao pagamento das dívidas contraídas no comércio. Neste caso, vislumbramos o Programa como um suporte através do qual a beneficiária não somente mantém o crédito para poder continuar realizando suas compras, mas também visualizamos o Programa como um suporte que a ajuda a preservar a sua imagem perante os membros do seu bairro. Este aspecto parece ser significativo, uma vez que entra em cena uma questão moral, afetando diretamente a autoestima da beneficiária e influenciando sua disposição de relacionar-se com os outros. De fato, a informante destaca sua realização em poder realizar suas compras sem “ficar devendo” e expressa o constrangimento pessoal e social vivido diante das dívidas.

Este fenômeno se reveste de importância à medida que nos encontramos em um contexto de bairros caracterizados pela pobreza, onde o acesso aos recursos necessários para a manutenção da vida é limitado e poucas são as opções dadas para adquiri-los. Esta situação faz com que a manutenção de uma imagem confiável perante os outros, sobretudo perante o comércio local, torne-se fator importante para garantir a vida física e até moral. Junta-se a isso o fato de que o benefício auferido representa a única dotação regular para muitas famílias, não tendo outra alternativa segura para a quitação das dívidas contraídas ao longo do mês. Com efeito, consultando os principais comércios da localidade, constatamos uma grande recorrência às compras mediadas pelo benefício do Programa Bolsa Família como forma segura de pagamento.

Nesta mesma perspectiva, aludimos a outro relato que visibiliza o constrangimento de uma beneficiária que contava com os recursos do Bolsa Família para quitar sua dívida. A entrevistada relata como ocorreu um bloqueio inesperado do seu cartão, frisando o seguinte:

Eu não sei! Eu não sei! É ruim, porque o compromisso que a gente tem, que às vezes, a gente faz, né, a gente se suja por causa desse dinheiro, né! A gente dá a palavra da gente e de repente, não vem!

O que provoca na senhora essa situação?

Oh, teve uma vez que eu tinha feito uma compra, né. Ele tava desempregado, e eu tinha feito uma compra no mercantil e dei minha palavra que naquele dia eu faria o pagamento! (Helena, 40 anos, R\$ 112,00)

Aqui a beneficiária enfatiza o aspecto ético, que é afetado por ela não ter quitado a dívida contraída no comércio em virtude do bloqueio do recurso. A partir destes relatos, constatamos que a inserção no Programa Bolsa família colabora para a manutenção e fortalecimento dos vínculos dos beneficiários com a sociedade na medida em que evita que eles “sujem” seus nomes na rede comercial. Trazendo esta reflexão para o ambiente mais próximo do beneficiário, podemos entrever também como a não quitação das dívidas pode repercutir nas relações com os vizinhos, motivando constrangimentos e até inibindo contatos e contratos informais entre os sujeitos.

Retomando os estudos de Schutz (1974), verificamos como ocorre a relação interativa entre o sujeito e o conjunto da sociedade. Para este autor, as formas típicas que constituem os padrões de conduta sociais estabelecem os vínculos entre os indivíduos, desde as relações mais próximas de caráter familiar até aquelas mais longínquas e anônimas no âmbito da sociedade. Trata-se de vislumbrar a comunicação em meio a uma comunidade de sentido, cujos membros interagem mediante condutas típicas através das quais se entendem. Ao transpor esta leitura para o mencionado relato averiguamos que o Programa Bolsa Família é um significativo instrumento usado pelos beneficiários, visando manter seu vínculo com a sociedade na medida em que ele possibilita maior acesso aos bens produzidos pela modernidade.

Estes sujeitos que emergem através do mercado na sociedade moderna não deixam de chamar a atenção dos setores industriais, comerciais e financeiros. Os meios de comunicações veiculam constantemente a chegada ao mercado das classes de baixa renda, que abrangem as pessoas beneficiadas por programas sociais do governo. Destaca-se a preocupação desses setores em criar alternativas acessíveis a este contingente de pessoas, que buscam satisfazer as suas necessidades recorrendo ao comércio (CLASSES, 2010) e ao setor financeiro

(SISTEMA, 2011a). Esta integração com a sociedade se processa repercutindo subjetivamente nestas pessoas, que provenientes de situações de miséria e pobreza, têm a oportunidade de acessar o mínimo para sobreviver e abrirem-se ao mundo moderno caracterizado pelo mercado, a tecnológica, o sistema educacional, os serviços de saúde, etc.

Este vínculo com a sociedade pode ainda ser vislumbrado no relato seguinte, em que a beneficiária responde sobre as mudanças que ocorreram na sua vida mediante a inserção no Programa Bolsa Família:

Bom. Depois do Programa Bolsa Família, veio o Projovem, né, que muitos jovens, que viviam na rua agora vai, né, como o meu. O meu é exceção, não vivia na rua, mas agora tá participando do projeto do Pró-jovem. Apareceu muito curso de graça, né. Tudo era pago, né, pelo menos no meu tempo, tudo era pago! Tinha que comprar livros, tinha que tudo, né. E agora, não. Meu menino faz o curso de inglês, que é de graça. Eu fui saber lá no Centro, o curso de inglês, por meses, a gente paga sessenta reais. Quanto é que não estou economizando! Ele ganhou quatro anos! Ele foi, fez a prova, tem que ser selecionado, né. Ele passou e graças a Deus, já fez um ano e já vai começar agora o segundo ano!

A senhora já conseguiu mais alguma coisa através do Programa?

Não. Não. O meu menino entrou agora no Projovem, né! Aí, dizem que ele, com três a quatro meses, ele recebe trinta e três reais. Aí, dizem que quando ele tiver com dezoito anos, muitos jovens daqui já receberam cartas pra trabalhar, pra fazer estágio. Ai, eu tô esperando, né, que venha! (Cristina, 38 anos, R\$ 134,00)

Neste relato, aparece o Programa Projovem Adolescente como outra estratégia de integração social usada pelos beneficiários do Programa Bolsa Família. Este Programa contempla os adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, visando “o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola” (Brasil, 2011g). Aqui, são desenvolvidas atividades sócio-educativas e de formação geral em vista do ingresso no mercado de trabalho. O Projovem merece especial atenção no contexto de Maracanaú em função do Aterro Sanitário, que ocasiona a inserção precoce de crianças, adolescentes e jovens pobres em trabalhos que apresentam altos níveis de insalubridade.

Nesta perspectiva, remetemo-nos aos Programas Complementares, mediante os quais os beneficiários interagem com a sociedade moderna a partir da educação, do trabalho, da cultura, do microcrédito, da capacitação, etc. Estes programas potencializam uma maior integração dos beneficiários com a sociedade, oferecendo oportunidades e condições para superar a pobreza de forma sustentável (MDS). No município de Maracanaú, destacam-se os Programas de Inclusão Produtiva, tais como, Família Cidadã e Trabalhadora (projetos de capacitação e iniciativas na área do empreendedorismo e do Associativismo), Economia Solidária e Desenvolvimento (cursos específicos na área), Programa Próximo Passo (cursos

de capacitação na construção civil) e Jovem Aprendiz (estágios nas Empresas e Indústrias do Município).

As pesquisas de Hespanha e Matos (2000) nos ajudam a vislumbrar a importância dessas iniciativas no processo de integração social frente aos efeitos do desemprego e da derrocado do Estado de Bem-Estar Social nas sociedades europeias. Estes pesquisadores consideram este tipo de programa como sendo

políticas orientadas para manter os trabalhadores em atividade, quer promovendo a criação de novos empregos — sejam eles de que natureza forem — quer aumentando a empregabilidade dos desempregados, quer ainda atribuindo-lhes uma ocupação útil (HESPANHA E MATOS, 2000, p. 90).

Estes empreendimentos, chamados pelos autores de “políticas de ativação social”, priorizando a inserção no mercado do trabalho, se propõem potencializar os sujeitos para a integração na sociedade moderna. Interessante frisar nestas políticas a abertura para se considerar as situações particulares de cada trabalhador desempregado, desenvolvendo as suas capacidades e habilidades. Além disso, merece destaque na busca da integração social a importância que se dá às “ocupações socialmente úteis”, que implicam atividades não relacionadas ao mercado de trabalho. Neste sentido, o objetivo diz respeito à inclusão no tecido social mais amplo, vislumbrando atividades de cunho cultural, por exemplo.

Este acesso aos meios da sociedade moderna pode ser descrito também no relato seguinte em que a beneficiária compra uma televisão:

Eu e eles, os três, a gente foi lá olhar, porque a opinião deles conta muito pra mim. A gente foi lá olhar, “ah, mãe, essa aqui tá boa (risos)!”, “Essa aqui, mãe, tá boa!”.

Quais os critérios que eles usaram pra escolher?

Assim, eles viram, acharam bonita, a televisão, a tela, aquelas de vinte e uma, né, bonitona, grandona! Até então, a daqui de casa era pequenininha, né (risos)! Acharam bonita! “ah, mãe, essa aqui tá boa (risos)!” Quando a gente vier comprar, porque eu gosto de pesquisar, primeiro, os preços. Pra não chegar e dizer “tá aqui!”, né. Vamos lá olhar todinho, onde a gente achar a loja mais barata, mais em conta, de acordo com o que a gente tem pra pagar, né! Eles não são muito de exigir, não, sabe! Graças a Deus, eles compreendem tudo!

Qual o significado do Bolsa Família, pra senhora?

É um programa muito importante! Tem muita importância pra mim, pra minha família, porque a gente acabou que, como a gente disse, a gente realizou um sonho de comprar um televisózinha! Tem muita importância! É um programa de muita importância mesmo! (Marcelina, 29 anos, R\$ 134,00)

Este relato nos ajuda a visualizar, ainda que parcialmente, alguns aspectos do vínculo estabelecido entre os beneficiários e a sociedade moderna, mediado pelo Programa Bolsa Família. Nota-se não somente o acesso aos bens e valores da modernidade, representados aqui pela televisão e os atributos considerados (nova, grande, bonita, etc.) e a inserção no dinamismo do mercado, mas também convém observar a dimensão subjetiva dos atores, que realizam um “sonho” projetado com antecedência. Ao acessar aos valores e bens da sociedade moderna, podemos dizer que os beneficiários interagem com uma ampla coletividade, realizando a passagem de um nível particular e ou singular, e associando-se a uma esfera mais universal e abrangente de sociabilidade.

Os beneficiários com frequência ressaltam a importância do Programa Bolsa Família elencando os produtos adquiridos através do recurso recebido. Neste sentido, podemos dizer que o Programa constitui um significativo meio de acesso ao consumo de bens e serviços, considerados imprescindíveis na vida moderna. Uma beneficiária revela que através do Programa Bolsa Família ela garante o abastecimento de água e de energia. Aprofundando sua resposta, ela destaca a importância da energia elétrica:

Pra ser sincera, é (risos)! É muito ruim quando tá faltando energia a gente não gosta, né! É muito ruim! É bom a gente ter energia, porque hoje em dia tem usos, tem televisão, som, DVD, geladeira, então, se não tivesse energia seria muito ruim! Então, eu prefiro pagar energia do que eles virem, cortarem e eu ficar sem energia!

Como a senhora imagina uma casa sem energia?

Affff! Não quero nem pensar! E ainda mais aqui neste bairro, que tem muita muriçoca! Ai, sem o ventilador, ninguém não dorme! À noite, tudo claro, é muito bom! Quando tá faltando energia, a gente acha muito ruim, porque fica muito escuro e muito deserto! Então, a gente corre mais perigo, ainda, com tudo escuro! Fica mais fácil dos ladrões chegarem e saquear a casa da gente! (Maria, 26 anos, R\$ 90,00)

Neste discurso importa destacar o fato de que o sujeito recorre ao Programa Bolsa Família como meio através do qual ele acessa serviços e mercadorias, conseguindo integrar-se à sociedade moderna. Merece aqui menção os estudos de Arjun Appadurai, que analisando os processos de circulação das mercadorias nas sociedades, afirma que “o próprio capitalismo é uma formação cultural e histórica e que, nessa formação, as mercadorias e seus significados desempenharam um papel crucial” (APPADURAI, 2008, p. 69). O autor destaca não somente a função das mercadorias que colocam em funcionamento o sistema mercantil das sociedades capitalistas, mas também, e, sobretudo, a importância das mercadorias enquanto portadoras de

significados, sendo meios de comunicação intersubjetiva e inter-grupais, possibilitando, assim, a emergência e a expressão dos sujeitos nos seus contextos sociais.

De fato, o relato mostra alguns elementos que enfatizam a importância da energia elétrica na vida da beneficiária e do seu bairro. Trata-se de destacar, aqui, a percepção da entrevistada frisando o fato de que este produto/serviço potencializa e promove o uso de outros produtos, tais como, televisão, som, DVD, geladeira e ventilador. É de conhecimento geral que estes produtos integram frequentemente a vida moderna, sendo veículos de interação com a sociedade contemporânea. Para ressaltar esta interação com a vida moderna, vale à pena remeter-nos aos termos usados pela informante ao ser colocada diante da possibilidade de não ter energia elétrica na sua casa. Diante desta hipotética situação a beneficiária usa expressões como, “escuridão”, “deserto” e “perigo”, indicando as grandes alterações porque passaria a sua rotina e a vida do seu bairro, repercutindo seguramente no seu entrosamento com a sociedade em geral e nas relações sociais mais próximas.

A situação acima mencionada, mesmo sendo hipotética, não constitui uma realidade distante da beneficiária, uma vez que encontramos ao longo da investigação residências cujo fornecimento de energia havia sido interrompido por falta de pagamento. Constatamos também o uso de energia mediante “práticas de improvisos”, além de áreas no interior do bairro que não possuem acesso a este serviço. Todas estas informações, além de ajudar a caracterizar o contexto social do bairro e do município de Maracanaú, colaboram na composição de um cenário, onde se destaca a iniciativa da beneficiária de priorizar a aquisição da energia, dando ao Programa Bolsa Família um objetivo fixo e predeterminado.

Com efeito, o benefício do Programa, sendo em muitas famílias o único recurso com data de retirada fixa e segura, acaba se transformando em um meio de assegurar a manutenção dos serviços mais básicos e imprescindíveis na vida destas famílias. Esta situação também nos leva a visualizar as condições laborais de muitas das famílias contempladas pelo PBF. Encontramos vários núcleos familiares cujas rendas são obtidas mediante trabalhos informais, estando condicionados ao aparecimento de vagas temporárias e até à época do ano mais favorável a tais ocupações. As profissões de pintor e pedreiro, por exemplo, são pouco requisitadas na estação de inverno, quando as chuvas não são favoráveis a estas atividades. Segundo os gestores do Programa, esta é uma situação bastante comum não somente entre os beneficiários do Programa, mas atingindo grande contingente da população do município.

Este relato lança luzes sobre o papel do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários, mas, sobretudo colabora para visualizarmos o protagonismo destes sujeitos, que utilizam, estrategicamente, os meios disponíveis para galgar um espaço mais digno na

sociedade, tendo em vista acessar a melhores condições de vida, buscando superar as contradições sociais.

Este relato também nos revela a pertinência dos estudos de Appadurai, sugerindo, que “o consumo é eminentemente social, relacional e ativo, em vez de privado, atômico e passivo” (APPADURAI, 2008, p. 48). Para este autor, a demanda, ou o consumo, não diz respeito meramente a caprichos ou necessidades individuais, mas trata-se de um impulso socialmente regulado, cuja geração invoca uma complexa articulação entre os diversos setores de uma sociedade (políticos, econômicos, culturais), de forma que, consumir implica participar de uma ampla e dinâmica rede social.

Para explicitar o dinamismo social implicado no consumo fazemos alusão ao seguinte relato, no qual a beneficiária inicia respondendo sobre a possibilidade do Programa Bolsa Família proporcionar algum tipo de segurança na sua vida:

A segurança que eu tenho é que eu não vou ficar sem o meu gás, até ser cortado (gargalhadas)! Principalmente no inverno! Imagine aí, você sem gás, ter que ficar cozinhando no carvão se ninguém faz carvão no inverno! Eu tenho costume de dizer, Deus me perdoe, que sem o gás eu tô sem as minhas pernas (risos)!

A senhora já cozinhou em fogão à carvão?

Bastante! Eu passei a gravidez do meu segundo menino, que hoje tem três anos, minha gravidez dele todinha cozinhando no carvão! Nove meses cozinhando no carvão!

A maioria das pessoas daqui usa gás?

A maioria, mas tem deles que, tem gente como ali em cima tem uma colega minha, ela usa gás pra cozinhar o feijão e coisa, mas quando a coisa demora mais, ela compra carvão pra poder demorar mais o gás!

Quem usa gás pode se sentir melhor do que as pessoas que usam carvão?

Não! Eu acho que é uma burrice! Eu acho uma burrice porque no caso, assim, eu acho que a pessoa que usa carvão gasta mais do que quem compra gás! Gasta mais, porque você compra uma saca de carvão por onze ou doze reais. Se você for comprar, por exemplo, uma saca de carvão, dá pra você cozinhar três ou quatro dias. Se for comprar o mês todinho, cada três dia uma saca de carvão vai dá mais do que um boião de gás no mês! Vai gastar mais do que um boião de gás! O boião de gás é mais vantagem porque você vai gastar trinta e cinco reais pra usar o mês todinho, com o gás! Entendeu? E com o carvão, é isso que eu tô dizendo, você vai comprar uma saca por onze ou doze reais pra usar dois ou três dias. Assim, quem vai usar pra tudo, pra fazer café de manhã, pra poder fazer o almoço, à tarde fazer a merenda, à noite fazer a janta, o máximo é três dias! Ai, ainda tem o caso de você morar com o vizinho de parede-meia, arranja confusão porque faz fumaça! Eu morava ali, e arranjava muita confusão, porque o povo reclamava porque fazia fumaça! Já aconteceu! Confusão por causa de fumaça! Eu morava parede-meia e quando fazia fumaça, arranja confusão! (Ana Clara, 24 anos, R\$ 66,00).

A beneficiária destaca neste depoimento a importância da obtenção do gás de cozinha através do recurso proveniente do Programa Bolsa Família, frisando a sua utilidade prática na vida cotidiana. Ressaltando o fato de que o recurso promove uma “segurança”, ainda que seja mínima, a entrevistada nos remete a uma sensação experimentada por um número expressivo de beneficiários pesquisados, confirmando um parecer também expresso no discurso dos gestores. Esta situação foi constatada nas pesquisas de Rego, que estudando o impacto dos programas de transferência de renda nas vidas dos beneficiários frisa que “comparece nas falas a sensação de capacitação mínima para programar a própria vida, antes impossível, pois parte do tempo era obrigatoriamente dedicado a ‘caçar comida’” (REGO, 2006, p. 2).

O consumo do carvão ainda possui bastante incidência nas cozinhas dos mais pobres, de forma que o acesso ao gás de cozinha representa uma prática de grande significado social. A vida dos beneficiários é permeada por alguns costumes e práticas que parecem remontar à vida pré-moderna, destacando a repercussão do PBF, na medida em que ele os possibilita incorporarem práticas e costumes que dizem respeito à vida moderna. Isto nos leva a vislumbrar o significado prático e simbólico do consumo do gás de cozinha, assim como de outros produtos mais comuns na vida contemporânea.

A beneficiária, recorrendo ao argumento financeiro para desqualificar o uso do carvão, se expressa de forma visivelmente pejorativa em relação a esta prática. Entendemos que esta reação implica atribuir um *status* inferior de distinção social àqueles que fazem uso do carvão de cozinha. Com efeito, o antropólogo Arjun Appadurai, ao analisar a demanda dos artigos de luxo no capitalismo, atribui um *uso retórico e social*, frisando que tal registro “está intimamente ligado a outros registros mais cotidianos e de alta rotatividade, da linguagem das mercadorias na vida social” (APPADURAI, 2003, p. 59). O autor sugere, então, que, dependendo do contexto em que nos situamos, qualquer mercadoria pode sintetizar o significado social contido nos bens de luxo, atribuindo distinção e *status* aos consumidores.

Nesta linha de argumentação, remetemo-nos também a Mary Douglas e Baron Isherwood, que destacam o consumo como fator que visibiliza categorias socialmente determinadas. A postura destes autores converge para uma leitura cultural do consumo em que esse é desvinculado de visões preconceituosas e pejorativas, revestida de juízos morais e ideológicos, e assume um caráter simbólico portador de significados. Para eles, “dentro do tempo e do espaço disponíveis, o indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja na cidade ou no campo, nas férias ou em casa” (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009, p. 116).

A partir desta abordagem, pode-se dizer que o consumo possui o poder de classificar, que implica tanto a capacidade de incluir quanto de excluir. Trata-se, segundo os autores, de considerar “os bens como marcadores, a ponta do iceberg que é o processo social como um todo. Os bens são usados para marcar, no sentido de categorias de classificação” (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009, p. 123). Neste dinamismo classificatório, os bens são observados sob uma perspectiva inclusiva, remetendo ao uso de outros bens (ver o penúltimo relato) e ao forjamento de identidades e relações sociais elaboradas em função deles. Mas, o consumo, classificando coisas e pessoas, apresenta também uma face excludente, uma vez que determina padrões e sentidos de convivência que implicam a separação e o distanciamento, tal como podemos averiguar na fala acima, em que a beneficiária se refere de forma pejorativa aos consumidores de carvão.

Tudo isso mostra que o Programa Bolsa Família potencializa os seus beneficiários ao ingresso na sociedade moderna, colaborando para que eles participem de forma mais ativa nas relações sociais estabelecidas, levando em conta suas habilidades e capacidades singulares, acumuladas ao longo de suas biografias pessoais. O mencionado Programa na medida em que contempla o mais pobre, caracterizado pela destituição (TELLES, 1999), tem sido considerado pelos seus beneficiários como um meio através do qual eles fazem, embora limitadamente, sua aparição num sistema social marcadamente excludente, auxiliando-os no forjamento de suas identidades enquanto sujeitos de ação capazes de influenciarem sua realidade mais próxima no contexto social do município de Maracanaú.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem realizada ao longo deste trabalho, que buscou situar o Programa Bolsa Família no contexto social e econômico do Brasil e mais especificamente do Município de Maracanaú-CE, averiguou sua repercussão nas vidas dos beneficiários, sugerindo alguns apontamentos conclusivos que nos parecem pertinentes. As informações oferecidas pelos beneficiários do PBF, assim como os dados obtidos junto aos órgãos implementadores, em nível municipal, e ainda os subsídios adquiridos no contato com o contexto vital dos entrevistados (especialmente no Bairro Antônio Justa), ao serem submetidos a um adequado processo de análise e confrontados com os estudos de variados autores, nos permitem explicitar algumas repercussões no mundo subjetivo, nas ações e na interação dos beneficiários com e na sociedade em que vivem.

O PBF, ao completar oito anos de implementação, constitui objeto de estudos devido à pertinência do objetivo que se propõe, qual seja, combater a pobreza. Mas esta relevância do Programa é tributária também de um debate nacional e internacional a respeito dos programas de transferência de renda. No Brasil, mesmo tendo iniciado tardiamente, na década de 1990, este debate tomou proporções significativas, repercutindo de forma variada nos diversos setores políticos, sociais e econômicos da sociedade. Dessa forma, seguindo o pensamento de Pastorini (1997), podemos visualizar o PBF como a síntese de um processo histórico onde estão envolvidas as demandas de setores diversos da sociedade, assim como suas lutas e negociações, além de aparecer explicitamente o Estado, outorgando e declarando benefícios, legitimando a sua existência perante o sistema social.

A partir desta lógica, frisamos que, se de um lado, o PBF representa a conquista de segmentos populares da sociedade brasileira, que lutam por melhores expectativas e condições de vida, de outro lado, implica a concessão destes setores, permitindo o domínio dos setores elitistas, que, ao concederem esses benefícios às classes populares, consolidam sua hegemonia social, política e econômica. Diante disso, importa realçar que o mencionado Programa, mesmo apresentando inúmeras limitações (baixo valor auferido, abrangência insuficiente em relação ao conjunto de potenciais beneficiários, precariedade dos programas complementares, não constitui um direito adquirido, etc.), tem repercutido de forma positiva nas vidas cotidianas dos beneficiários que vivem em situações de miséria e pobreza, sobretudo por ser em muitos casos a única renda familiar segura, chegando a representar o principal meio de manutenção da vida.

Esta pesquisa ratifica esta assertiva, destacando os estudos de vários especialistas (ZIMMERMANN, 2006; REGO, 2008, 2006) que atribuem ao PBF o mérito de promover o direito à vida. Esta constatação ainda é confirmada à medida que verificamos que o recurso proveniente do Programa é usado, sobretudo, na compra de alimentos, indicando que um grande percentual dos beneficiários vive em situação de extrema pobreza, encontrando-se em condições nas quais não há nem a garantia de manutenção física. Mesmo considerando as limitações da abordagem sobre a pobreza que baseia-se na renda, distinguindo os pobres dos extremamente pobres, Rocha (2003) frisa que essa abordagem ainda é válida em países como o Brasil, que possuem contingentes significativos da população vivendo em situação de insegurança alimentar. A relevância desta constatação para a nossa pesquisa está no fato de que a manutenção da vida constitui o pré-requisito básico para, a partir daí, se vislumbrar qualquer outro aspecto da existência cotidiana dos beneficiários do programa em questão.

Ademais, a pesquisa realizada nos indica que garantir a vida ultrapassa a mera manutenção física do ser humano, uma vez que, nesta iniciativa está em jogo não somente a preservação do ser biológico, mas também os processos subjetivos que os tornam sujeitos capazes de agir sobre si mesmos, sobre os outros e sobre a sua realidade, interagindo com ela. Diante disso, podemos vislumbrar as repercussões do Programa que, ao ser posto ao alcance de pessoas em situação de miséria e pobreza, transforma-se em instrumento que potencializa idealizações e identificações, contribuindo na projeção de ações com as quais se busca angariar melhores condições de existência. Esta articulação entre o ser físico/biológico e a subjetividade é percebida, por exemplo, em entrevistas em que os beneficiários expressam sentimentos de realização, mesmo sendo o benefício auferido de baixo valor, suficiente apenas para comprar alimentos para manter a vida.

Isto nos remete às elaborações de Honneth (2003) que, estudando as expressões de lutas por reconhecimento social travadas nas sociedades contemporâneas, vislumbra o processo de formação das identidades individuais, relacionando a noção de autorrespeito ao sentimento de pertença a uma coletividade. O autor, lançando mão das contribuições de George Herbert Mead, frisa que a participação numa coletividade, mediante a apreensão de suas normas, leva o indivíduo a conceber-se como portador de direitos, de modo que pode contar legitimamente com o respeito de algumas de suas exigências. Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito, ao perceber-se como integrante da sociedade mediante o reconhecimento dos outros, se concebe como sujeito de direitos, desenvolvendo um modo de auto-relação prática no qual ele pode estar seguro do valor social de sua identidade. Trata-se de uma “atitude positiva para consigo mesmo que um indivíduo pode adotar quando reconhecido

pelos membros de sua coletividade como um determinado gênero de pessoa” (MEAD, apud HONNETH, 2003, p. 137). Estas elaborações nos levam a visualizar importantes impactos no mundo subjetivo dos beneficiários na medida em que eles assimilam o PBF como uma forma de reconhecimento do governo e da sociedade.

Estas repercussões subjetivas são percebidas na medida em que a inserção no Programa deslancha na elaboração de sonhos de um futuro melhor, para si e para a família, na auto-realização experimentada em poder adquirir um bem ou um serviço desejado, no sentimento de segurança mínima em contar mensalmente com um rendimento para satisfazer as necessidades mais elementares, proporcionando tempo e disposição para buscar formas de complemento de renda, na sensação de serem reconhecidos pelo governo, etc. Verificou-se que essas situações repercutem positivamente na construção da autoimagem dos beneficiários, levando-os a experimentarem uma melhoria na autoestima e maiores motivações para enfrentarem os desafios da vida. Tudo isso desempenha importante papel na configuração de suas identidades, reforçadas não somente diante de identificações positivas de condutas, posturas, personagens e grupos de pertença, mas também perante identificações negativas (projeções), que vislumbram posturas e personagens pejorativamente considerados.

Essas idealizações e identificações forjadas no contexto social criado pela implementação do Programa Bolsa Família rebatem nas atitudes, ações e estratégias encaminhadas pelos beneficiários. Com efeito, constatamos a realização de projetos de ações, tendo como suporte os recursos disponibilizados pelo Programa em questão, ensejando concretizar sonhos pessoais e familiares, ou simplesmente visando a dar prosseguimento a estratégias de sobrevivência diante das precárias condições de vida. Estes projetos acionistas favorecem a consolidação de identidades e potencializam a emergência de sujeitos capazes de intervirem na sua realidade, considerando as habilidades e singularidades determinadas pelas suas situações biográficas. A dialética entre estas articulações subjetivas (sonhos, identificações, autoestima, etc.) e objetivas (projetos, ações, intervenções na realidade) implica a realização de interações com mecanismos (políticos, econômicos e sociais) mais abrangentes que conduzem a sociedade como um todo. Trata-se de interações mediadas pelo Estado, pelo consumo, pela educação formal, pela qualificação profissional, e outros, operadas dentro do sistema social contemporâneo.

Outro aspecto a ser ressaltado, por incidir frequentemente nas representações dos beneficiários, diz respeito ao valor do benefício auferido. Mesmo repercutindo de forma significativa nas formações subjetivas dos beneficiários, o valor do benefício alocado pelo Programa ainda é pouco representativo para o objetivo a que se propõe, qual seja, o combate à

pobreza. Este fato é ratificado por vários estudos (ZIMMERMANN, 2006; JUSTO, 2010) e, ainda nas formulações dos próprios órgãos implementadores do Programa. O recurso auferido, segundo estes depoimentos, tem provocado importante impacto no equacionamento da miséria, ou extrema pobreza, possibilitando a aquisição dos alimentos mais básicos, no entanto, quando se fala do problema da pobreza, que implica não somente um maior valor do benefício, mas também dispositivos sociais mais complexos (saúde, educação, emprego, habitação, etc.), o Programa apresenta as suas limitações.

Visando a erradicar a pobreza, o governo tem vinculado ao Programa Bolsa Família os serviços de educação, saúde e assistência social. No entanto, a este respeito, pode-se questionar tanto a qualidade como a quantidade dos serviços públicos prestados pelo Estado - objeto de crítica de grande parte dos beneficiários - quanto o sistema de contrapartidas que integra o Programa. Embora política e ideologicamente polêmica, uma das soluções indicadas por alguns especialistas para a solução da pobreza remete à implementação de um programa de renda básica que, levando em consideração o nível de qualidade de vida da nação, teria as características da universalidade, da vitaliciedade e da incondicionalidade. Este programa, segundo os estudiosos, além de lograr a erradicação da pobreza, ainda teria o mérito de diminuir a desigualdade social, característica histórica da sociedade brasileira.

Finalmente, mais um aspecto que se impõe na discussão se refere à progressiva extensão do Programa Bolsa Família, que se destaca em relação aos programas de transferência de renda anteriormente implementados. No primeiro ano de funcionamento o PBF beneficiou um público de 3.615.596 de famílias, enquanto atualmente seu público abrange um universo de mais 12 milhões de famílias em todo o território nacional, propondo-se a um novo aumento nos próximos meses, mediante o Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo governo federal. Esta evolução do Programa tem sido observada por alguns estudiosos (JUSTO, 2010; SILVA, 2010; SUPLICY, 2010), prevendo sua universalização, rumo à vigência da Lei da Renda Básica de Cidadania, sancionada em 2004. Segundo o autor desta lei, trata-se de um direito de todas as pessoas, não importando sua origem, raça, sexo, condição civil ou mesmo socioeconômica. Esta iniciativa visa assegurar à participação de todos os cidadãos na riqueza da nação, recebendo uma renda que, na medida do possível, seja suficiente para atender as necessidades vitais de cada pessoa (SUPLICY, 2010).

Diante destas considerações, importa olhar o assunto a partir de outro ângulo. Se, de um lado, entre os beneficiários, se percebem sensações de serem reconhecidos pela coletividade, desembocando na afirmação de identidades e potencializando o surgimento de atores engajados na luta pela melhoria de suas condições de vida, de outro lado, estas

subjetividades são marcadas pela visão de que o PBF é insuficiente. Trata-se de perceber o sentimento de que o governo poderia fazer mais. Esta questão remete às elaborações de Pastorini (2004), que analisa criticamente a implantação da teoria da modernização⁵⁰ nos países latino-americanos. Sob esta perspectiva, as ações desenvolvidas pelo Estado, visando a combater a pobreza não questionam os fatores que a produzem, mas buscam a integração dos pobres ao sistema social moderno. Esta lógica constitui fundamento de fortes críticas tecidas ao PBF, assim como aos programas de transferência de renda em geral.

Neste sentido, Pastorini (2004), ao estudar a evolução da questão social nas sociedades capitalistas, destaca o equívoco de algumas tendências analíticas que procuram substituir a noção de luta de classes pela ideia da exclusão/inclusão social, vislumbrando os problemas da marginalização, da pobreza e da vulnerabilidade como meros desajustes momentâneos. Para a autora, esta postura implica desconsiderar o fato de que vivemos em sociedades capitalistas, atravessadas por interesses contraditórios e em conflito e onde esses problemas constituem parte inerente da lógica do modo de produção adotado. Pautando-se por este raciocínio, a autora coloca em xeque a eficiência das políticas sociais que tomam a integração social como a saída contemporânea capaz de restabelecer a coesão social, mas sem colocarem em questão as estruturais do sistema capitalista, qual seja, a dinâmica da acumulação e exploração, promotores históricos da pobreza e da marginalização.

Perante o dinamismo social já explicitado e as expectativas acima expostas, confiamos no poder de mobilização da sociedade civil que, da mesma forma que colocou o problema da pobreza na agenda política da sociedade contemporânea, ainda possui a criatividade e o poder necessário para gerar espaços onde as diversas subjetividades e identidades possam apresentar-se para realizar as suas reivindicações ensejando melhores condições de existência.

⁵⁰A Teoria da Modernização, desenvolvida e viabilizada por instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.) a partir da década de 1980, se propõe a integrar as regiões periféricas ao mundo capitalista, através da estabilização macroeconômica (priorizando a revisão das relações fiscais e a reestruturação do sistema de previdência pública), das chamadas “reformas estruturais” (liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais) e da retomada do crescimento. Segundo Pastorini (2004), essas medidas foram acompanhadas, a partir dos anos 90, por programas paliativos focalizados para o alívio da pobreza no continente latino-americano.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9 – 28.

ANANIAS, Patrus. **O caminho da emancipação social**. São Paulo, 1 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0107200707.htm>>. Acesso em: 20 out. 2011.

APPADURAY, Arjun. **A Vida Social das Coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008.

ARCEBISPO inicia luta contra fome e miséria. [S.I.], 1999. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/domhelder/1999/dh2808g.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DE MARACANAÚ – ASCOM. **Maracanaú é destaque em jornada**. Maracanaú, 2011. Disponível em: <<http://www.maracanau.ce.gov.br/assistencia-social-e-cidadania/maracanau-e-destaque-em-jornada.html>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

BARÓN, Francho. **El Plan Social de Lula entra em Campaña**. Madrid, 24 ago. 2009. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/plan/social/Lula/entra/campana/elpepiint/20090824elpepiint_7/Tes>. Acesso em: 28 ago. 2009.

BAUER, Martin e AARTS, Bas. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, Martin W; GASKELL, George e ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências sociais**. 3ª Edição. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1997.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido**. Orientação do homem moderno. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

BERTRAND, Michèle. O Homem Clivado – A Crença e o Imaginário. **Enciclopédia Aberta da Psique**. São Paulo, nº 4, p. 15-40, 1989.

BETTO, Frei. **Bolsa Família é Política de Governo e Projeto de Poder**. São Paulo, 9 mar. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,bolsa-familia-e-politica-de-governo-e-projeto-de-poder,335632,0.htm>>, acesso em: 03 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Bolsa Família não freia busca de emprego**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/bolsa-familia-nao-freia-busca-de-emprego>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Observatório de Boas Práticas na Gestão do PBF**. Brasília, 2009b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/observatorio/visualizar_pratica_publica?co_pratica=3178&co_versao=2&tp_regiao=35&sg_uf=CE&ano_publicacao=&nm_municipio=MA RACANAU&tp_categoria=&ck_premiada=>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social**. Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/mds/simposio-internacional-sobre-desenvolvimento-social>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Mercado de trabalho em Fortaleza (CE) conta com a forças de beneficiárias do Bolsa Família**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/migracao/noticias/mercado-de-trabalho-em-fortaleza-ce-counta-com-a-forca-de-beneficiarias-do-bolsa-familia?day:int=2&month:int=9&year:int=2011>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Valores dos Benefícios**. Brasília, 2011c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>. Acesso em: 10 out 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **O que são condicionalidades?** Brasília, 2011e. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades/>>. Acesso em: 10 out 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Bolsa Família transfere R\$ 1,4 bilhão aos beneficiários em todo o País**. Brasília, 2011f. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/julho/bolsa-familia-transfere-r-1-4-bilhao-aos-beneficiarios-em-todo-pais>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Descumprimento de condicionalidades**. Brasília, 2011d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/condicionalidades/advertencias-e-sancoes>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Fome Zero: conceito**. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Projovem adolescente**. Brasília, 2011g. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Fome Zero**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

CÂMARA, Dom Hélder. **Ano 2000 Sem Miséria**. Recife: INSTITUTO DOM HÉLDER CÂMARA, 1990.

CAMPOS, André; POCHMANN, Marcio. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. Dinâmica e manifestação territorial. Vol. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CLASSES C e D representam mercado de R\$ 800 bilhões. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, Ano 78, n. 117, 10 nov. 2010. Economia, p. 16.

COGGIOLA, Osvaldo. **Programas Sociais ‘focados’ de combate à pobreza e à fome**. Uma abordagem crítica. [200-] Disponível em: <<http://www.insrolux.org/textos07/programasocialcoggiola.pdf>>, acesso em: 28 nov. 2011.

CORTINA, Adela. **Ética civil y religión**. Madrid: PPC, 1995.

DEMO, Pedro. Santo Estado, Maldito Mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Sociedade e Estado**. Brasília: Vol. 20, nº 2, maio/agosto, 2005.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil no pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume-Dumará, 1995.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos Bens**. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

EDUCAÇÃO é a melhor saída contra a pobreza [S.I]. Fortaleza, Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/mundo/2010/09/29/noticamundojornal>>. Acesso em: 12 set. 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: University Press, 1990.

FERRAZ, Lúcio Flávio. **Programa Bolsa Família: Impactos na Distribuição da Renda**. 2008, 46f. Monografia (Especialização em Orçamento Público). Tribunal de Contas de União. Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, DF, 2008.

FREITAG, Aline. **O Programa Fome Zero na Região das Missões: A política social de combate à pobreza pela redistribuição de renda**. 2007. 80f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universalidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

FREITAS, Maria Elany. **Espaço de Convivência Antônio Justa**. International Leprosy Association (ILA), 2007. Disponível em <<http://www.leprosyhistory.org/cgi-bin/showdetail.s.pl?ID=231&type=lep>>. Acesso em 07 set. 2011.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. **Ação da Cidadania Memória**. Faces e Dimensões da Campanha Contra a Fome. Rio de Janeiro: INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO/, 1994.

GOHN, Maria da glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HESPANHA, Pedro; MATOS, Ana. Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 88 – 109, jul/dez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Repercussão do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional – Relatório Síntese**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2009/index.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. Fortaleza, 2010. **Anuário Estatístico do Ceará**. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2010/index.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio**. Pobreza e Política Social. Salvador: Annablume, 2008.

JA. **Maracanaú é o segundo maior exportador do Ceará**. Maracanaú, 2011. Disponível em: <<http://www.maracanau.ce.gov.br/secretaria-de-desenvolvimento-economico/maracanau-e-o-segundo-maior-exportador-do-ce.html>>. Acesso em: 23 set. 2011.

JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello, Direito à Renda Básica de cidadania: um marco na história brasileira. **IHU ONLINE**. Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito. São Leopoldo, Unisinos, 2010, p. 13-16.

_____. **Política de Transferência de Renda e Cidadania no Brasil**. Implicações Político-Sociais dos Programas Municipais de Renda Mínima a partir do Estudo Comparativo dos Casos de Campinas, Jundiaí, Santo André e Santos (1995-2006). 2007, 210f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 2007.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA POBREZA – LEP. A quem se destina o Plano “Brasil Sem Miséria”? Perfil dos extremamente pobres no país. **Relatório de Pesquisa**. Fortaleza, 2011a. Universidade Federal do Estado do Ceará – Curso de Pós-graduação em Economia, nº 10, Junho/2011.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA POBREZA – LEP. Distribuição da Renda Pessoal nas Áreas Censitárias do Estado do Ceará na Década de 2000. **Relatório de Pesquisa**. Fortaleza, 2011b. Universidade Federal do Estado do Ceará – Curso de Pós-graduação em Economia, nº 9, Abril/2011.

LIMA, Keyla de Souza. **Contribuições do Programa Bolsa Família na inclusão social em Maracanaú – Ceará**. 2008. 108f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

LOPES, José Rogério. Territorialidades urbanas, desigualdades e espaços de coexistência. In: LOPES, José Rogério; MELO, José Luiz Bica (Orgs.). **Desigualdades sociais na América Latina: outros olhares, outras perguntas**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 98 - 120.

MACMILLAN, Andrew. Implicações da Estratégia Fome Zero para outros Países. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero. Uma História Brasileira**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 3, 2010, pp. 102-115.

MADEIRO, Carlos. **Reajuste do Bolsa Família vai injetar R\$ 1,3 bilhão na economia do nordeste em 2011**. Maceió, 02 mar. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2011/03/02/reajuste-do-bolsa-familia-vai-injetar-r-13-bi-na-economia-do-nordeste-em-2011.jhtm#comentarios>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

MANHANELLI, Carlos. LULA: a imagem de um mito. In: QUEIROZ, Adolpho Carlos F. e MACEDO, Roberto G. (Org.). **A propaganda política no Brasil contemporâneo**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2008, p. 29-35.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**. Cotidiano e História na modernidade anômala. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A Sociedade vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, Licemar Vieira. **Ação da Cidadania e Programa Fome Zero: O combate à Fome no Brasil a partir da articulação Estado/Sociedade Civil**. Estudo de Casos. 2004. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais aplicadas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes. Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

MODESTO, Lúcia. **Bolsa Família: regras e resultados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. Brasília, 06 out. 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>, Acesso em: 06 ago. 2011.

MOREIRA, Zeca. **Bolsa Família melhora a saúde do Brasileiro**. Brasília, 01 jul. 2011. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/2886/162/bolsa-familia-melhora-saude-do-brasileiro.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

NACIF, Luzimar Calazans. **O Programa Bolsa Família: Seus Impactos na Construção da Cidadania**. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

NASCIMENTO, Francisco Correia. **Raízes de Maracanaú**. Fortaleza: Premius, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às Avessas**. Rio de Janeiro, 4 fev. 2007. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/chicooliveira040207.pdf>. Acesso em: 19 ago. de 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 53, p. 80-101, março, 1997.

PEIXOTO, Socorro Leticia Fernandes. **Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**, 2010, 193f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Humanidades, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2010.

PELIANO, Anna Maria. Lições da História: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero. Uma História Brasileira**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 1, 2010, pp. 24 - 41.

_____. **Retrospectiva do Papel do Estado no Combate à Pobreza**. Plenárias de 2010 do CONSEA. Brasília: 06 out. 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/plenarias/2010/reuniao-do-dia-06-de-outubro-de-2010-1/retrospectiva-papel-estado-combate-a-pobreza>>. Acesso: nov 2011.

PIOVESAN, Flávia. Pobreza como Violação dos Direitos Humanos. In: **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge (Orgs). Brasília: UNESCO, 2003, p. 135-162.

PLASENCIA, Janett Ramírez. **Cidadania em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REGO, Walquiria Leão. Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008.

REGO, Walquiria Leão. Bolsa Família: um direito fundamental. São Paulo. 27 out. 2006. Disponível em: <WWW.valoronline.com.br/indique.aspx>. Acesso em: 27 out. 2006.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Editores Amorrortu, 1974.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA - SENARC. **Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família**. Brasília: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 4º Andar, 2006.

SEGALLA, Amauri. O Brasil depois do Mito. **Revista ISTOÉ**. São Paulo, n. 2147, p. 60-66, 2011.

SENNA, Mônica de Castro Maia (et al.) *Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?* **Revista Katálisis** [online]. Vol.10, n.1, pp. 86-94, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Social Brasileira no Século XXI**. Prevalência dos programas de transferência de renda. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Josué Pereira. Brasil tem condições de instituir programa de Renda Básica de cidadania. **IHU ONLINE**. Mãe, modelos múltiplos. Unisinos, São Leopoldo, p. 55-57, 2011.

_____. Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família. **Ciências Sociais Unisinos**. v. 45, número 3, p. 196-205, set/dez, 2009b.

_____. Renda Básica fortalece a autonomia. **IHU ONLINE**. Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito. Unisinos, São Leopoldo, p. 24-26, 2010.

SILVA, Leiriane de Araújo. **As múltiplas faces da pobreza**: uma análise sobre as formas de manifestação e enfrentamento da pobreza no município de Maracanaú-Ceará. 2009a, 71f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE, 2009.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Leia da Íntegra o discurso de Lula no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2011.

SILVA, Tiago Falcão. **Mito de Sísifo ou a Grande Transformação?** A experiência brasileira com programas de transferência direta de renda. 2006. 104f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, SP, 2006.

SISTEMA financeiro de olho no novo filão. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, Ano 78, n. 227, 18 abr. 2011a. JCEmpresas & Negócios, p. 3.

SISTEMA Único de Assistencial. **Cidadania**. Brasília: TV Senado, 23 ago. de 2011b. Programa de TV. 18 min. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?ind_click=8&txt_titulo_menu=Cidadania&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=S&COD_PROGRAMA=7&COD_VIDEO=108122&ORDEM=0&QUERY=&pagina=7>. Acesso em: 10 set. 2011.

SNYDER, Sack, **Mundo Surreal** (Original: Sucker Punch). Gênero Ação/Suspense. EUA/Canadá: Warner Bros. Pictures, 2011, 109 min.

SOUSA, Manuel Alves. **Maracanaú**: História e Vida. O vôo das Maracanãs Auriverdes e o Pousos dos Ventos da Industrialização. Fortaleza: Tropical, 1996.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 18, nº 51, p. 16-19, fev. 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Brasília, 2009, p. 13-55.

_____. **Renda Mínima e Crise Mundial. Saída ou agravamento**. São Paulo: Cortez, 1997.

SUPLICY, Eduardo. Renda Básica de Cidadania. Uma luta pela dignidade e liberdade. **IHU ONLINE**. Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito. São Leopoldo, Unisinos, p. 11-13, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, UFMA, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

THOMASI, Adriana. **Cidade Cearense Vira Vitrine de Programa Social do Governo**. Portugal, 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=25946>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Fim do Mundo Como o Concebemos**. Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**. Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZIMMERMANN, Clóvis R. e SILVA, Marina da C. As experiências internacionais de renda mínima na redução da pobreza. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 82, março, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/082/82zimmermann.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O Princípio da Desmercantilização nas Políticas Sociais. **Caderno CRH**, Salvador: v. 22, n. 56, p. 345-358, maio/ago. 2009.

ZIMMERMANN, Clóvis. FIAN Brasil – Rede de Informação e Ação pelo direito a se Alimentar. **Fome Zero**. Goiania, Jan, 2005.

ZIMMERMANN, Clóvis. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v. 3, n. 4, p. 144-156, 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis; SILVA, Marina. O Programa Bolsa Família: lições da experiência alemã. **Revista Espaço Acadêmico (Online)**, v. 9, n. 98, p. 55-60, julho, 2009.

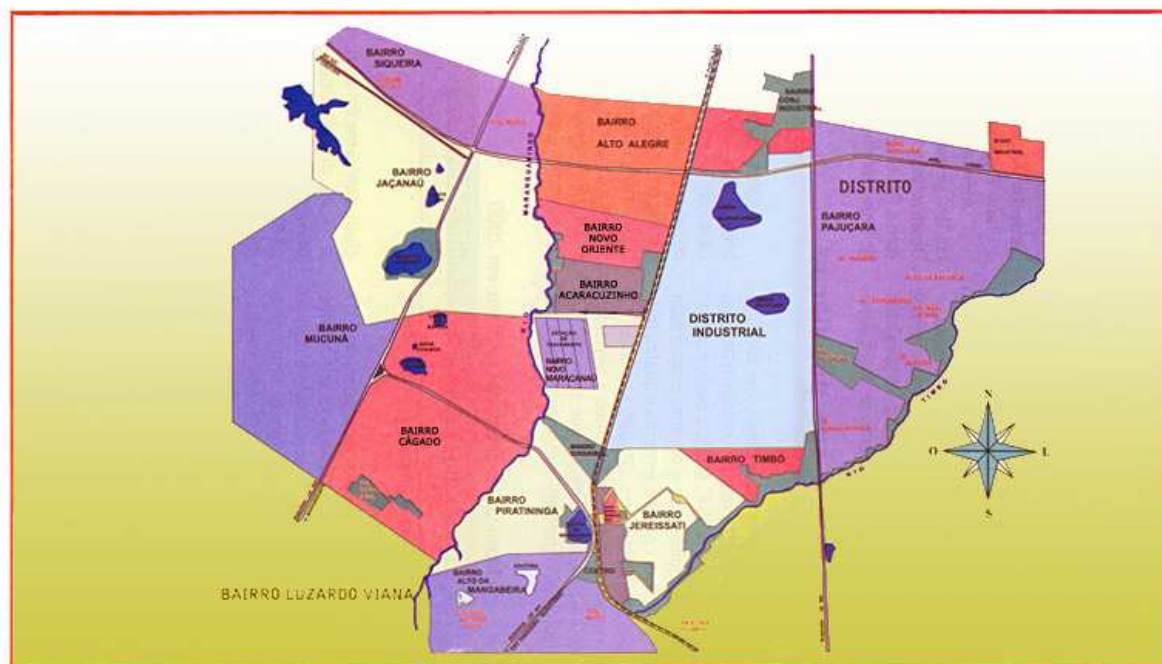
APÊNDICE A – Tópico Guia das entrevistas com os beneficiários do PBF⁵¹:

- 1) Há quanto tempo recebe o benefício? Quanto recebe?
- 2) Quantas pessoas compõem a sua família?
- 3) Quais os procedimentos práticos para o recebimento do benefício?
- 4) O que significa o Bolsa Família pra você?
- 5) Quais os principais gastos feitos com o benefício? E como?
- 6) O Programa já trouxe algum benefício para a sua comunidade?
- 7) Com o que você jamais gastaria o benefício? E Por que?
- 8) Você já realizou ou espera realizar algum sonho ou objetivo com o benefício? Como?
- 9) Qual a importância do Programa para o seu futuro e o da sua família?
- 10) O benefício lhe facilitou a vida de alguma forma? Como?
- 11) Como você se sente sendo beneficiária do Programa?
- 12) O que mudou na sua vida depois que você começou a receber o benefício? E o que você ainda espera que mude?
- 13) Até quando você acha que o Bolsa Família deve existir?
- 14) Além do benefício, o que você acha mais importante no Programa? E Por que?
- 15) Qual a sua principal queixa a respeito do Programa Bolsa Família?
- 16) O que você mudaria no Programa? Por que?
- 17) Qual é o melhor para os beneficiários, o dinheiro, ou, as compras (os produtos)? Como assim?
- 18) Quando se fala mais sobre o Programa Bolsa Família? Em que momentos você mais sente a sua importância?
- 19) Já conseguiu alguma coisa/serviço por meio do Programa, além do benefício?
- 20) Como você vê o Governo (municipal, estadual e federal)? Em que momentos ele aparece na sua vida pessoal e comunitária? Isso mudou depois do Bolsa família?
- 21) Como o cumprimento das condicionalidades (Educação, Saúde, Assistência Social) tem contribuído para melhorar a sua vida e da família?
- 22) O que é pobreza para você?

⁵¹ Entrevistas realizadas entre os dias 07 e 28 de fevereiro de 2011.

ANEXO A – Mapa Político Administrativo da Região Metropolitana de Fortaleza⁵²

⁵² Mapa Político de Maracanaú: 783 × 599 pixel, tamanho do ficheiro: 29 KB, tipo MIME: image/png. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RMF_Atualmente.PNG>. Acesso em: 10 dez. 2010.

ANEXO B – Planta da Cidade de Maracanaú⁵³

⁵³ Mapa da Cidade de Maracanaú. Ilustração de um dos livros didáticos distribuídos pela Prefeitura nas escolas (Souza, 1996). Disponível em: <<http://www.maracanau.ce.gov.br/maracanau/nossos-mapas.html>>. Acesso em: 29 jan. 2012.